



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

ANTONIO CLEISON DE SOUZA COSTA

PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: Agentes territoriais locais e os Crimes
Violentos Letais Intencionais (2013-2017) no bairro Cabanagem, Belém-PA.

BELÉM-PA
2020

ANTONIO CLEISON DE SOUZA COSTA

PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: Agentes territoriais locais e os Crimes Violentos Letais Intencionais (2013-2017) no bairro Cabanagem, Belém-PA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do território.

Orientador: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

BELÉM-PA
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837p COSTA, ANTONIO CLEISON DE SOUZA
PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: Agentes
territoriais locais e os Crimes Violentos Letais Intencionais
(2013-2017) no bairro Cabanagem, Belém-PA. / ANTONIO
CLEISON DE SOUZA COSTA. — 2020.
118 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Dispersão urbana, Espaço, Território, CVLI,
Socioeconômico. 3. Universidade Federal do Pará. I. Título.

CDD 304.209813

ANTONIO CLEISON DE SOUZA COSTA

PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: Agentes territoriais locais e os Crimes Violentos Letais Intencionais (2013-2017) no bairro Cabanagem, Belém-PA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Geografia, na área de concentração de organização e gestão do território.

Data da avaliação: 24 de Julho 2020

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
(Orientador – PP GEO/UFPA)



Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
(Examinador Interno – PP GEO/UFPA)



Prof. Dr. Jader Duarte Ferreira
(Examinador Externo – UNAMA)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem sua infinita graça nada seria possível. À minha mãe Maria Dinamar de Souza Costa, a qual devo tudo que conquistei e tudo que ainda irei alcançar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me conceder a oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA), após um difícil processo de seleção e por já ter passado pela Qualificação de Mestrado. Assim como, me concedeu forças para suportar todos altos e baixos do processo de construção da Dissertação de Mestrado, sem sua infinita misericórdia, nada seria possível.

A minha mãe, Maria Dinamar de Souza Costa, a qual tenho enorme gratidão por todos os valores que me foram passados, os quais foram fundamentais para a construção do meu caráter.

Ao Professor Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, por toda a paciência e preocupação com a minha trajetória acadêmica, estando presente nos momentos de dificuldades. Aqui deixo o meu muito obrigado por nunca ter desistido de mim e sei que nunca terei palavras para descrever a minha gratidão.

Aos amigos e colegas da turma de mestrado e de graduação, Gerson Assunção, Denise Carla, Alexandre Patrício. Deixo o meu muito obrigado por todas as contribuições e diálogos, sem dúvida foram essenciais para absorção de muito conhecimento.

Em especial ao meu amigo Carlos Madureira, que desde início da minha vida acadêmica foi meu grande incentivador para o meu egresso na Pós-Graduação, aqui expresso o meu muito obrigado por tudo que fez por mim e por compartilhar momentos de muita de experiência durante nossa caminhada.

A Profa. MSc. Letícia Malcher, ao celebrarmos o final desta longa caminhada, deixo o meu muito obrigado por ter me motivado a sempre questionar, a duvidar, a pensar e a sonhar. Jamais ter deixado de me apoiar e incentivar, serei eternamente grato por ter compartilhado comigo momentos bons e ruins durante nossa trajetória acadêmica.

A Comissão de Regularização Fundiária (CRF), que na pessoa da Prof. Dra. Miryam Silvana Silva Cardoso, me concedeu a oportunidade de ser bolsista no Projeto “Meu Endereço: Lugar de paz e justiça social” e toda a sua equipe. Deixo meu muito obrigado.

Assim, deixo meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram de forma direta e indireta para a construção da presente Dissertação de Mestrado. E aqui, pedir desculpas se esqueci de citar alguém que contribuiu para a minha formação e, no mais, quero expressar minha gratidão e meu infinito obrigado.

RESUMO

A complexidade da questão urbana aponta para o agravamento da violência nas periferias da Região Metropolitana de Belém (RMB), uma vez que, a violência aparece de várias formas, no entanto, homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte são as formas mais graves. Muitas vezes, relacionados a fatores diversos na consolidação e ampliação da territorialidade dos agentes territoriais Primários, aqui definidos como: traficantes, milicianos e o Estado, os quais fazem uso das relações de poder para afirmarem cenários tendenciais extremamente preocupantes, o que tem levado ano a ano o crescimento dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). De fato, surgem novas territorialidades a partir de nexos com a territorialização dos agentes territoriais Primários. Dessa forma, reconhecendo a presença dos agentes territoriais no bairro Cabanagem, a presente investigação parte do seguinte questionamento: De que forma os agentes territoriais Primários exercem influência no aumento das ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais no bairro Cabanagem, em Belém-PA, no período 2013 a 2017? Partimos da ideia que as ações dos agentes territoriais Primários, a partir das disputas por territórios explicam o aumento das mortes violentas no bairro estudado. Para tanto, o objetivo principal da presente Dissertação de Mestrado foi investigar a dinâmica dos agentes territoriais Primários e a relação com os Crimes Violentos Letais Intencionais entre 2013 a 2017. Desta forma, a metodologia tomou como base o materialismo histórico e dialético, revisão bibliográfica, pesquisa documental junto a Companhia Habitação do Estado (COHAB), pesquisa em campo com a coleta de entrevistas, imagens e o uso do Geoprocessamento para a elaboração de mapas temáticos e de situação. Esses elementos metodológicos foram fundamentais na construção de mecanismos que nos auxiliassem a compreender a dinâmica espaço/tempo de produção do espaço e das dinâmicas territoriais, assim como, o privilégio de fazer parte do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi fundamental para a consolidação da pesquisa, culminando no que já foi desenvolvido nos três capítulos e na elaboração final do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Dispersão urbana, Espaço, Território, CVLI, Socioeconômico.

ABSTRACT

The complexity of urban issue points to the worsening of violence in the Metropolitan Region of Belém (MRB) peripheries since violence appears in several ways, however, homicides, robbery-homicides and bodily injury followed by death are the most serious forms. They are often related to several factors in the consolidation and expansion of the Primary territorial agents territoriality, defined here as: traffickers, militiamen and the State, that use power relations to affirm extremely worrying trend scenarios, which has led, year by year, to the growth of Intentional Lethal Violent Crimes (ILVC) rates. In fact, new territorialities emerge from nexuses with the Primary territorial agents territorialization. Thus, by recognizing the presence of territorial agents in Cabanagem neighborhood, this investigation starts from the following questioning: How do the Primary territorial agents influence the increase in occurrences of Intentional Lethal Violent Crimes in Cabanagem neighborhood, in Belém-PA, from 2013 to 2017? We start from the idea that the actions of the Primary territorial agents, based on disputes over territories, explain the increase in violent deaths in the studied neighborhood. Therefore, the main objective of this Master's Dissertation was to investigate the dynamics of the Primary territorial agents and the relationship with Intentional Lethal Violent Crimes (ILVC) from 2013 to 2017. Thus, the methodology was based on dialectical and historical materialism, bibliographic review, documentary research with the Housing Company of the State of Pará (COHAB), field research with the collection of interviews, images and the use of Geoprocessing for the elaboration of thematic and situation maps. These methodological elements were fundamental in the construction of mechanisms to help us understand the space/time dynamics of space production and territorial dynamics, as well as the privilege of being part of the Geography Graduate Program (PPGEO) from the Federal University of Pará (UFPA) was fundamental for the consolidation of the research, culminating in what has already been developed in the three chapters and in the final elaboration of the work.

KEYWORDS: Urban dispersion, Space, Territory, ILVC, Socioeconomic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Localização do Bairro da Cabanagem – Belém - PA.....	14
Figura 2 - Mapa da Aerofotografia dos Conjuntos Habitacionais da Área de Expansão da Avenida Augusto Montenegro	55
Figura 3 - Folder do projeto “Grande Cabanagem”	58
Figura 4 – Gráfico sobre a procedência das famílias (1992).....	60
Figura 5 – Gráfico sobre o Percentual Renda Nominal Mensal Per Capita (1992).....	61
Figura 6 – Gráfico sobre o Percentual de Renda Nominal Mensal Per Capita (2010).....	62
Figura 7 – Gráfico sobre as características das construções, tipologia das residências (1992)	62
Ilustração 8 – Gráfico sobre domicílios particulares permanentes por tipo das paredes externas (2010)	64
Figura 9 – Mapa da Planta do Projeto “Urbanizar 2” A Grande Cabanagem – COHAB – 1992	66
Figura 10 – Mapa da Progressão da Ocupação de 1977 a 2016	68
Figura 11 - Rua Benajamin década de 1990.....	72
Figura 12 - Passagem Conego	75
Figura 13 - Rua do Tubo	76
Figura 14 – Quadro da síntese dos agentes territoriais Primários e Secundários	82
Figura 15 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2013.....	92
Figura 16 - Rua do Fio.....	93
Figura 17 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2014.....	95
Figura 18 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2015.....	97
Figura 19 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2016.....	99
Figura 20 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2017.....	101
Figura 21 - Passagem Fé em Deus	104
Figura 22 – Passagem são Francisco	105
Figura 23 - Passagem Lisboa.....	105
Figura 24 - Rua Amazonas	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da cidade de Belém-PA entre 1649-2010.	48
Tabela 2 - Descrição dos lotes referente ao projeto Grande Cabanagem	59
Tabela 3 - Número de mortes no bairro Cabanagem – Faixa Etária (2013 – 2017).....	87
Tabela 4 - Número de mortes no bairro Cabanagem-Local de ocorrência – (2013 – 2017)	88
Tabela 5 - Número de morte no bairro Cabanagem – Sexo – (2013 – 2017).....	89

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COHAB	Companhia de Habitação do Estado do Pará
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
ERCI	Não foi encontrado o significado
FBSP	Fórum Nacional de Segurança Pública
GAPTA	Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEGUP	Secretaria de Estado e Segurança Pública
SEDUC	Secretaria de Estado e Educação
SIAC	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
SISP-WEB	Sistema Integrado de Segurança Pública

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL	28
1.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO COMO FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
1.2 A TERRITORIALIDADE COMO UMAS DAS DIMENSÕES DO TERRITÓRIO.	34
1.1.2 Da territorialidade a multiterritorialidade.....	35
1.3 AS RELAÇÕES DE PODER NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS.....	36
1.1.3 O poder disciplinador como instrumento de morte	38
1.1.1.3 O conceito de território na perspectiva da produção do espaço urbana	40
CAPÍTULO 2: URBANIZAÇÃO CAPITALISTA	42
2.1 A CIDADE ENQUANTO PRISMA DO CAPITAL.....	43
2.1.1 O Estado como elemento chave.....	45
2.2 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO BELENENSE.....	47
2.1.2 Do rompimento do “cinturão institucional” a área de expansão.	51
2.3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO BAIRRO CABANAGEM A PARTIR DA ANÁLISE DO “PROJETO URBANIZAR 2”.	56
2.1.3 Expansão capitalista e a formação inicial do bairro cabanagem.	67
CAPÍTULO 3: CONTROLE DO TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER	78
3.1 A REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DOS AGENTES TERRITORIAIS PRIMÁRIOS	79
3.2 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E A PRODUÇÃO DE CVLI NO BAIRRO CABANAGEM	81
3.1.1 A representação da dinâmica dos CVLI’s no bairro Cabanagem.....	85
3.3 A CARTOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DOS CVLI.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

APRESENTAÇÃO DO TEMA

A dispersão urbana das cidades (REIS, 2006) no país evidencia que a produção do urbano está diretamente atrelada às relações desiguais estabelecidas pelo processo de produção desigual do espaço, principalmente, pela valorização do solo urbano que se desloca para áreas menos valorizadas e com pouco ou nenhum acolhimento do Estado à população pobre. Desta forma, passam a ocupar espaços marginalizados e pobres, ou seja, “a produção espacial é expressão das contradições da sociedade que aparece na paisagem pela justaposição de riqueza e pobreza, beleza e fealdade” (CARLOS, 2015 p. 82).

Esse processo de produção do espaço urbano, notadamente capitalista, é responsável por definir a nova forma metropolitana, por meio dos novos assentamentos residenciais. Em certa medida, ampliando o agravamento da fragmentação socioespacial e, de uma forma geral, as periferias dispersas tenderiam a satisfazer a territorialização dos agentes territoriais locais.

Essa dinâmica agravou os conflitos relacionados aos agentes que tem afinidade com o tráfico de drogas: as milícias, a desigualdade socioespacial, o Estado e os crimes contra pessoa, especialmente os Crimes Violentos Letais Intencionais.

Nessa conformação espacial (HAESBAERT, 2014), nota-se que a urbanização provocou a fragmentação socioespacial nas cidades do Brasil e nas suas respectivas regiões metropolitanas (SANTOS, 2008; SOUZA, 2005). Esse fenômeno causou o aumento da violência e da criminalidade nos centros urbanos (CHAGAS, 2014). Crimes como homicídio e tráfico de drogas, que até as três últimas décadas estavam presentes quase que exclusivamente nos grandes centros urbanos, hoje se tornam muito mais presentes em todas as cidades brasileiras e apresentam taxas crescentes cada vez maiores nas cidades das regiões Norte e Nordeste (ANDRADE e DINIZ, 2013).

Dessa forma, esse processo de dispersão urbana produz uma nova reestruturação espacial (REIS, 2006), que altera a dinâmica urbana e gera novas territorialidades, que por sua vez contribuem sobremaneira para o aumento das mortes violentas (CHAGAS, 2014). Nesse cenário, a população se vê em meio aos conflitos na busca por espaços de influência pelos agentes territoriais locais (tráfico de drogas, milícias e o Estado). Assim, Souza (2005, p. 50) materializa sinteticamente essa relação ao afirmar que “[...] em muitas cidades de portes os mais variados o tráfico de varejo se disseminou a partir da última década, utilizando em larga escala os espaços pobres (favelas, loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais) como base de apoio [...]”. Ainda para Souza (2014, p. 81), “[...] correspondem a um processo de afirmação de

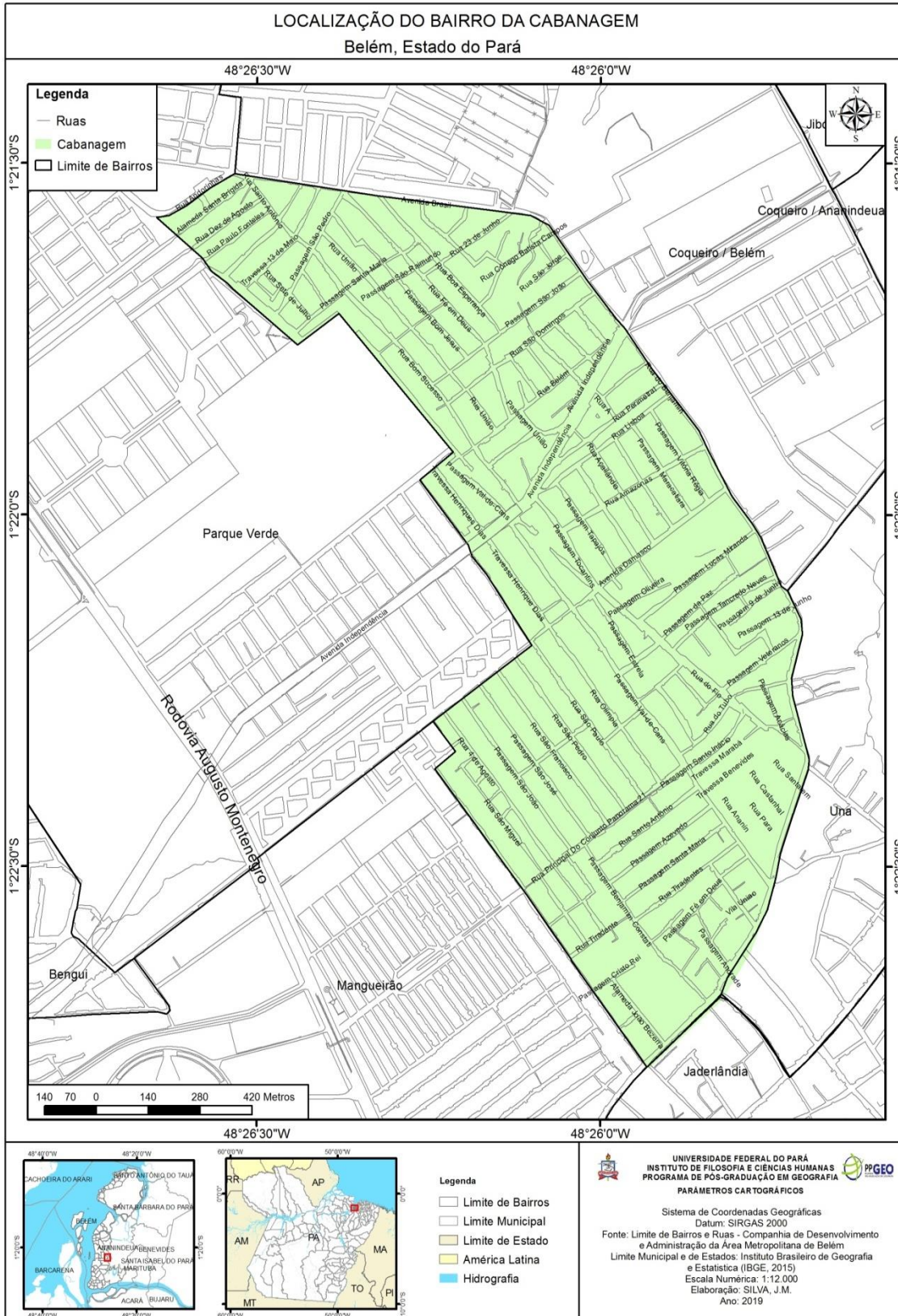
cenários tendenciais extremamente preocupantes, apontando para o agravamento e, simultaneamente, para a complexificação da questão urbana nas cidades do Brasil [...].”

A questão urbana tem sido um elemento importante quando pensamos a territorialização dos agentes territoriais locais, uma vez que, a maioria Das mortes violentas estão presentes nas periferias. Em suma, o processo de segregação e fragmentação socioespacial das cidades construíram um conjunto de elementos favoráveis à violência (BEATO, 2008; SOUZA, 2005, 2008, 2014; CHAGAS, 2014). Com isso, uma das formas mais extremas de poder aparece na imagem dos corpos que são visualizados todos os dias, principalmente, nas periferias. Esse conjunto de mortes violentas mostra como a territorialização dos agentes territoriais locais está presente de forma perversa, interferindo diretamente na organização socioespacial e redefinindo as relações de territorialidades.

Diante da complexidade da questão urbana, os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e a possível relação com os agentes territoriais locais, estão vinculadas as disputas por território de influência, no Estado do Pará, em especial, na cidade de Belém. Essas manifestações estão particularizadas, em conformidade, com as especificidades do espaço urbano e das relações sociais que nele tem seu palco, de processos sociais menos ou mais gerais, que se originam e operam na escala local.

Em decorrência disso, o recorte territorial deste estudo é o bairro da Cabanagem, com coordenada central de 1°21'58.82"S de latitude e 48°26'3.66"O de longitude. O bairro pertence ao Distrito Administrativo do Benguí (DABEM), localizado na cidade de Belém, Estado do Pará. A Cabanagem se localiza entre os bairros do Coqueiro (Belém) a nordeste, ao Una e Jaderlândia (Ananindeua) a sudeste, ao Mangueirão a sudoeste, e Parque Verde a oeste. Conforme ilustração do mapa a seguir:

Figura 1 – Mapa da Localização do Bairro da Cabanagem – Belém – PA



Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (2002) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015)

De acordo com o Anuário Estatístico de Belém de 2012, o bairro da Cabanagem tem uma área estimada em 2000 de 1,6967 Km² e perímetro de 6.923,8123 metros. E, conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro possuía em 2000 e 2010, respectivamente, uma população de 27.173 mil moradores e 27.767 mil moradores, com um total de domicílios de 6.147 mil em 2000 e 7.146 mil em 2010.

A partir da caracterização do bairro, observa-se que os conflitos por território têm afetado direta e indiretamente o cotidiano das mais diversas classes econômicas, que vão de áreas mais periféricas e pobres da cidade, a bairros tradicionais e de alto poder aquisitivo (CHAGAS, 2014). É neste sentido que há a necessidade de se analisar as questões que perpassam por um estudo que possa compreender o espaço urbano e as questões que envolvem a dinâmica territorial, sendo de suma importância abranger alguns fatos que estão relacionados, sobretudo ao processo de formação socioespacial do bairro Cabanagem (TRANDADE JR, 2008, 2016).

Não obstante, a presente dissertação cresce em importância pelo atual momento da violência, para o campo acadêmico, assim como, para os órgãos de segurança pública, a qual ficará disponível para consultas na Universidade Federal do Pará com o tema **“PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: Agentes territoriais locais e os Crimes Violentos Letais Intencionais (2013-2017) no bairro Cabanagem, Belém-PA”** orientada pelo professor Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA).

Dessa forma, a dissertação está dividida em três tópicos principais; em um primeiro momento consta a introdução, na qual abordamos a problemática central da pesquisa, a justificativa, a hipótese, os objetivos gerais e específicos, em seguida estão os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, os quais optamos por trabalhar em tópico específico.

Posterior a isso, será apresentado o que foi desenvolvido no primeiro e segundo capítulos da dissertação. Com isso, o primeiro capítulo busca se concentrar em uma discussão teórica acerca do conceito de território, no sentido de analisar as contribuições e limitações dos autores que achamos serem fundamentais para a presente pesquisa.

No segundo capítulo, a pesquisa tomou como parâmetro a busca por documentos e entrevistas, que acreditamos serem fonte de informações sobre o processo de produção do espaço urbano, especialmente a formação do espaço urbano da cidade de Belém e, conseqüentemente, entender o processo de ocupação inicial do bairro Cabanagem, assim como, suas características gerais.

Para fechar a discussão, no terceiro capítulo foi utilizado como parâmetro a questão

teórica e o material colhido em campo na perspectiva de compreender a territorialização dos agentes territoriais locais “Primários e Secundários” e os conflitos por territórios a partir das relações de poder que possivelmente podem ter contribuído para a dispersão dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) na área de estudo.

INTRODUÇÃO

Ao julgar-se a dispersão (REIS, 2006) urbana das cidades brasileiras é fundamental analisar o processo histórico de produção do espaço urbano, no sentido de compreender o tempo passado e o tempo presente. Para isso, é essencial considerar o espaço como resultado das relações sociais e a interação entre espaço e tempo na totalidade, ou seja, “o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente” (SANTOS, 2008 p. 122).

Sobre isso, a urbanização das cidades no país evidencia que a produção do urbano está diretamente atrelada às relações desiguais estabelecidas pelo processo de produção desigual do espaço, principalmente, pela valorização do solo urbano que desloca para áreas menos valorizadas e com pouco ou nenhum acolhimento do Estado à população pobre. Nesse sentido, ocupando espaços marginalizados e pobres “a produção espacial é expressão das contradições da sociedade que aparece na paisagem pela justaposição de riqueza e pobreza, beleza e fealdade” (CARLOS, 2015 p. 82), que são resultado da segregação e fragmentação socioespacial advindas da produção dessemelhante das relações capitalistas.

A análise espacial nos leva a pensar que qualquer análise superficial da produção dos grandes centros urbanos, mostra-se vinculado ao setor financeiro como possibilidade de investimento produtivo para alavancar o processo de transformação espacial. Isso se deve ao fato de que a reprodução do capital transforma o espaço em mercadoria consumível, essa necessidade se tornará provável com a interferência do Estado que irá acelerar o processo de valorização/desvalorização dos lugares e, com isso, expulsão/atração dos habitantes, que em grande medida serão empurrados para as periferias distantes (CARLOS, 2015).

Para Carlos (2015), a segregação socioespacial é condição da realização da propriedade privada e da urbanização capitalista que se realiza, no sentido que fundamenta a sociabilidade capitalista. Esse é o caminho que norteia as formas de uso e ocupação dos espaços segregados (periferias), fazendo pensar que a violência não existe exatamente apenas na apropriação/expropriação, mas em todos os danos sociais, econômicos e políticos decorrentes do processo desigual de ocupação do solo urbano.

Daí a pesquisa se deterá inicialmente em estudar a cidade capitalista como força motriz das principais transformações, em Belém, mais especificamente na zona de expansão da Avenida Augusto Montenegro. Tal apropriação se faz de áreas com menor valor imobiliário que correspondem, sobretudo, a sobrevivência com ocupação de terrenos insalubres e infraestrutura inadequada para o mínimo de desenvolvimento humano, já que são caracterizados como de difícil mobilidade e acesso e que, por sua vez, impossibilitam a entrada

e saída de trabalhadores e estudantes residentes, o que não acontece em áreas elitizadas e nos grandes condomínios horizontais (CORRÊA, 1995).

Trata-se, portanto, que a redução de acesso contribui para a exclusão social, ou seja, são ambientes que servem como “solução” “habitacional de duplo problema: a precariedade em relação à infraestrutura que gera áreas insalubres e a questão da difícil mobilidade e acesso ao local de trabalho e de estudo” (CORRÊA 1995, p.9).

De acordo com Maricato (1995), a aguardada evolução urbana contrariou as expectativas de muitos, da superação do atraso, do arcaico e da marginalidade, ao invés disso o que se presencia é o adensamento da desigualdade econômica e social, a deficiência nas ações dos órgãos de segurança pública, o avanço de mercados ilegais (tráfico de armas, de drogas, de seres humanos, milícias etc...) e a dispersão das facções criminosas.

Notadamente, cooperaram bastante para revelar a ponta do “iceberg” (dimensão extrema da pobreza urbana) evidenciando a desmedida massa de excluídos do mercado de trabalho, do consumo e dos serviços de infraestrutura urbana e essa precarização territorial nos termos de Haesbaert (2014) seria “exclusão territorial”. Em decorrência disso, projeta-se uma nova realidade com o avanço da violência (MARICATO, 1995).

É importante esta apreciação resumida para se chegar ao processo de precarização dos territórios, pois a estruturação urbana da cidade se configura como um mosaico, o qual apresenta um centro urbano confinado (TRINDADE JR, 2016), ocupado pela população de classes média e alta, e, que contrasta com uma periferia dispersa ocupada pela população depauperada.

Para além disso, a intenção está voltada para compreender a periferização de Belém e a precarização de territórios, a partir das multiterritorialidades dos agentes territoriais locais, que neste caso, refere-se, principalmente, ao tráfico de drogas, as milícias e ao Estado, os quais passam a fazer parte de uma rede organizada por meio de relações que se estabelecem dentro da microescala.

Essa é a situação predominante no bairro Cabanagem *locus* da presente pesquisa. Diante desse movimento que existe na produção dos territórios, é importante ponderar sobre todo o processo de evolução urbana que a cidade de Belém passou. Sobretudo, a partir dos anos de 1960 (TRINDADE JR, 2008, 2016), em que esteve concentrada em um primeiro momento e no segundo se dispersou, outras tendências passam a surgir, apontando um acompanhamento desigual dos agentes “incluídos precariamente” que lutam pelo direito de moradia, elaborando seus territórios e suas estratégias de sobrevivência (MARTINS, 1997).

Reforça-se que, a periferização de Belém também mostra o processo de precarização dos territórios “exclusão territorial” (HAESBAERT, 2014). Essas são as melhores definições encontradas para compreender as formas pelas quais se constroem certas territorialidades no espaço da metrópole, considerando também as relações de poder, as quais estão imbricadas nas formas de apropriação/dominação dos territórios que ajudam a configurar as multiterritorialidades.

Para isso, o controle do espaço é essencial para territorialização dos agentes territoriais locais, suas territorialidades representam a construção política e econômica de um território. Nestes termos, percebe-se o quanto a relação de poder interfere nas ameaças à vida, principalmente por meio dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

Neste cenário, é necessário distinguir aquilo que denominamos “Crimes Violentos Letais Intencionais” – (CVLI), essa classificação é utilizada pela maioria das secretarias de segurança dos Estados e tem como finalidade classificar os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), criada em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social, pois além do homicídio doloso outros crimes também devem ser contabilizados nas estatísticas referentes as mortes. Para tanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais, o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa seguida de morte, entre outros. Ainda são contados os cadáveres encontrados, ossadas e confrontos policiais (BRASIL, 2006).

Em decorrência disso, é importante compreender o valor simbólico que a morte violenta passa a ter para o controle territorial, em virtude de se apresentar como a mais pura demonstração de poder. A presente pesquisa distingue os agentes territoriais Primários e Secundários, uma vez que, os agentes territoriais Primários são caracterizados como membros que compõe o tráfico de drogas, a milícia e o Estado. Já os agentes territoriais Secundários são classificados como moradores, lideranças comunitárias, transeuntes, moto taxistas, comerciantes, feirantes, agentes de segurança pública, funcionários de escolas, do posto de saúde, alunos entre outros, os quais são impactados pela violência proveniente da dinâmica de conflitos construída pelas disputas por territórios de influência no bairro Cabanagem.

Diante desse quadro, reconhecendo a presença dos agentes territoriais no bairro Cabanagem, a presente investigação partiu do seguinte questionamento: de que forma os agentes territoriais Primários exercem influência no aumento das ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais no bairro Cabanagem, em Belém-PA, no período 2013 a 2017?

Este fato induz, em um primeiro momento, a uma relação direta entre o crescimento do número de vítimas dos crimes produzidos por mortes violentas e as disputas de poder pelo controle territorial. Diante dessas considerações, a justificativa para a presente pesquisa assentou-se na perspectiva de tentar compreender quais motivos estão ligados ao avanço dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Segundo, porque em trabalho anterior (COSTA, 2017) não extraímos respostas suficientes que contemplassem a multiterritorialidade dos agentes territoriais locais, em função disso, houve a necessidade de se ampliar o olhar, principalmente no aspecto da construção e reconstrução dos territórios (SOUZA, 2014), que se manifestam preliminarmente como um espaço de apropriação/dominação pelo uso do poder.

Dessa forma, esta situação oportuniza a proposta da pesquisa ao permitir uma análise dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) a partir das disputas territoriais pelo poder, as quais podem estar relacionadas as disputas por territórios. Diante do desafio, esta Dissertação de Mestrado tem como objetivo concentrar a análise na dinâmica dos agentes territoriais Primários e a influência no aumento do número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), por meio das relações de poder no território, no bairro Cabanagem, em Belém-PA, 2013 a 2017.

Ainda que a participação dos agentes territoriais locais tenha sido decisiva na expansão das mortes violentas, a hipótese principal deste trabalho consiste na ideia de que espaços segregados (periferias), com grandes níveis de vulnerabilidade social, seja o retrato de áreas violentas, isso será a nossa meta como resposta na presente Dissertação de Mestrado.

No entanto, iniciaremos explorando de forma específica a produção do espaço urbano, na cidade de Belém, PA, a partir do prisma capitalista e a formação das periferias como ocorrera com o bairro em questão. Mais adiante, investigaremos a precarização dos territórios como facilitador da territorialização dos agentes territoriais, a partir do conceito de **território** e, finalmente, mas não menos importante, analisaremos a territorialização dos agentes territoriais locais a partir das relações de poder.

Com isso, a presente pesquisa está dividida em três tópicos principais, buscando de forma sensível erguer um arcabouço teórico-metodológico e empírico do objeto de observação. Para isso, os conceitos geográficos aturam como protagonistas da presente Dissertação de Mestrado.

O primeiro capítulo dará ênfase em desenvolver uma análise criteriosa acerca do conceito de território que privilegie o olhar geográfico no intuito de se compreender a territorialização dos agentes territoriais Primários e Secundários.

No segundo capítulo foram apresentados os processos de formação do bairro Cabanagem, a partir do ponto de vista da cidade enquanto materialidade das relações capitalistas, em que, se confinou em um primeiro momento e se dispersou em um segundo momento (TRINDADE JR, 2016).

O terceiro capítulo trata, especificamente, da territorialização e especificidades da territorialidade dos agentes territoriais Primários e da possível influência no aumento no número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no bairro, assim como, busca compreender as características dos agentes territoriais locais (traficantes, milicianos e o Estado) que fazem uso do território como meio de expandir suas zonas de influência (zona de tensão) e a pressão exercida nas territorialidades dos agentes territoriais Secundários.

E, por fim, e não menos importante, as considerações finais, revelam a importância da geografia para a compreensão dos estudos da evolução urbana e da territorialização dos agentes territoriais Primários, por meio da identificação e espacialização, no sentido de identificarmos e mapearmos as características dos Crimes Violentos Letais Intencionais no bairro Cabanagem-PA.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta Dissertação de Mestrado ganha escopo com a dinâmica constante de discussões e pesquisas na linha de Gestão Territorial e Segurança Pública do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), tendo seu início no trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado “ESPAÇO E TERRITÓRIO: Uma análise da relação do tráfico de drogas e o número de homicídios no bairro Cabanagem (2013-2015), Belém-PA”, e que foi ampliado na presente Dissertação de Mestrado: “PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: Agentes territoriais locais e os Crimes Violentos Letais Intencionais (2013-2017) no bairro Cabanagem, Belém- PA”, ambos orientados pelo professor Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

Sobre os métodos utilizados, optamos, assim, inicialmente pelas concepções materialistas fundada na dialética da realidade, sendo necessário ao menos organizar a dialética na tradição marxista. Definir-se como um método científico e um conjunto de leis ou princípios que governam a totalidade da realidade, passam a captar o movimento da história, uma dialética relacional (BATTOMOTE, 1987).

Para Marx (2002), a dialética está fundamentada no movimento, tanto na evolução do pensamento do homem, como também, no mundo exterior. De fato só há dialética se existir movimento, e só existe movimento se, concomitantemente, houver processo histórico. O grande

desafio do pensamento é trazer para o plano racional a dialética do real, buscando a essência do fenômeno, aquilo que está por detrás da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade.

O segundo método é mais restrito, esteve embasado na coleta de dados quantitativos e produção escrita, em que o trabalho abordou inicialmente um referencial teórico conceitual que foi construído com uma ampla revisão bibliográfica, centrada na produção do espaço urbano a partir do prisma das relações capitalistas, como uma forma espacial resultante do processo de produção de localizações diferenciadas pelos agentes produtores do espaço.

Com isso, o conceito de espaço e principalmente, a produção do espaço, tornaram-se cruciais para entender o processo de formação do urbano. Para isso, algumas referências foram de extrema importância, Harvey (2013), Lefebvre (2001), Santos (2008, 2012, 2014), Corrêa (1989), Carlos (2001, 2015), Maricato (2015), Souza (2005, 2008, 2014).

Em seguida, tornou-se necessário entender a materialidade da historicidade do bairro, sobre isso algumas referências foram fundamentais, tais como: Costa (1988), Rodrigues (1996, 2000), Borges (2000), Cardoso, Ventura Neto (2013), Trindade Jr (1998, 2016) e Souza (2016), Mendes (2014). Sob a luz dessas leituras foi possível compreender a atual conjuntura do espaço e como os eventos foram fundamentais para entendermos o início do processo de ocupação.

No contexto do estudo, foi feito o levantamento da pesquisa documental das informações que estavam disponíveis nos órgãos estaduais e municipais como: Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) e a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), respectivamente, assim como, o levantamento das informações históricas sobre o processo de ocupação da cidade de Belém-PA.

Posterior a isso, realizamos a coleta de dados quantitativos. A primeira fonte acerca dos dados gerais foi o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), para a confecção de tabelas e gráficos (renda *per capita*, renda nominal mensal, modo de revestimento das residências) e os dados da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) que nos forneceram os dados referentes ao projeto “Urbanizar 2”, os quais foram tabulados com intuito de descrever percentualmente as características por meio de gráficos com as seguintes variáveis: tipologia das residências, renda *per capita*, empregados, referentes ao ano de 1992.

Dessa forma, mesmo que tivéssemos em mão as informações que foram adquiridas junto aos órgãos estaduais e municipais, houve um limite, que precisavam ser complementados com as entrevistas que por sua vez foram feitas com os moradores mais antigos. Esses nos

forneceram informações que foram essenciais para a construção teórica da compreensão do processo de formação do bairro Cabanagem.

As entrevistas foram semiestruturadas (GIL, 2008) e tinham o objetivo de obter informações dos moradores da área de expansão, principalmente sobre o processo de ocupação do bairro em questão. Assim, a pesquisa de campo foi essencial para construir as entrevistas semiestruturadas com os moradores, havendo a necessidade de se estabelecer uma relação de confiança que facilitasse o acesso à área de estudo e a abordagem aos moradores.

As entrevistas foram realizadas no período de agosto de 2018 e com um número total de cinco (5) entrevistados, é importante destacar que esse número reduzido de participantes se deu por restarem poucos moradores que são remanescentes do processo inicial de ocupação do bairro.

Por se tratarem de pessoas (entrevistados) com idade mais avançada, as perguntas foram realizadas de forma simples e direta. Portanto, os moradores foram previamente identificados e convidados a colaborar com a pesquisa:

1. Temos como intenção relacionar a pesquisa aos moradores que estiveram no início da ocupação, você poderia informar sua idade?
2. Quais são as causas mais gerais que contribuíram saída de onde você morava, descreva onde morava antes de vir ao bairro?
3. Você tem conhecimento de que ano aproximadamente veio para residir no bairro?
4. Considerando suas condições socioeconômicas, você saberia informar os motivos que a trouxeram ao bairro?
5. Levando em consideração as características do bairro quando chegou, você poderia descrever como era a paisagem do bairro?
6. Detalhando um pouco mais, como se tornou proprietária da área em que reside atualmente?
7. Levando em consideração a época de chegada ao bairro, você saberia dizer quanto tempo reside na área?
8. Se tratando das condições estruturais do início da ocupação “invasão”, você pode descrever quais eram as maiores dificuldades da época?

Estas entrevistas tiveram como objetivo buscar informações acerca da historicidade do processo de formação do bairro Cabanagem, por meio de entrevistas que estarão focalizadas nos primeiros moradores residentes. Inicialmente esperamos construir na subjetividade uma base material que explique de maneira sintética a formação inicial do bairro.

Para isso, foi importante construir uma base teórico-metodológica a partir do trabalho

de campo (entrevistas), que teve como objetivo compreender o processo inicial de ocupação, juntamente com as leituras de espaço e território, no sentido de entender a atual realidade da territorialização dos agentes territoriais locais. Isso não significa, entretanto, defender uma ideia desvinculada da profundidade que as dinâmicas capitalistas desiguais estabeleceram com o espaço, ao contrário, consisti em analisar a historicidade das múltiplas territorializações, pela afirmação de poderes por diversos grupos sociais.

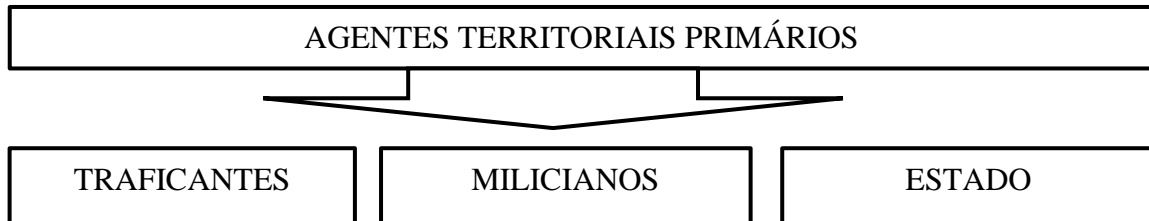
Em um segundo momento, houve a necessidade de fazer uma construção teórica no que diz respeito ao conceito de *território*, para isso, algumas referências foram basilares tais como Souza (2005, 2013, 2014), Raffestin (1993), Haesbaert (2014, 2015), Foucault (2008, 2010), Arendt (1969/1970), com o objetivo de descortinar o processo de territorialização dos agentes territoriais locais, principalmente no que concerne os conflitos por territórios de influência e a formação das zonas de tensão. Sobre isso, foi realizado um levantamento dos dados de Crimes Violentos Letais Intencionais e a luz das leituras. A partir disso, foi possível compreender a dinâmica dos conflitos entre os agentes territoriais locais e verificar se os mesmos tinham relação com o aumento nos números de CVLI's.

No terceiro momento, juntamente com o levantamento teórico, foram analisados os produtos cartográficos elaborados a partir de dados de instituições públicas, tais como a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Companhia Saneamento do Estado do Pará (COHAB), os quais foram manuseados em softwares livres de geoprocessamento o QGIS 1.8 e 2.0.1 (*Open Geospatial Consortium*), *ArcMap* em conjunto com outros dados estatísticos tabulados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP-WEB) disponibilizados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), com o banco de dados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) do Estado do Pará (padrão Excel), em especial, os que incidem com o bairro Cabanagem, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP).

No que tange as informações dos dados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), foram disponibilizados uma amostra de 218 registros de ocorrências no espaço urbano do bairro Cabanagem-PA, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, fornecidos pelo SIAC em formato padrão Excel, que foram convertidos em arquivo vetorial tipo *Shapefiles* na ferramenta de geoprocessamento QGIS 1.8., manualmente plotados os pontos de acordo com os endereços das ocorrências e tabulados conforme as informações de horário, data, semestre, bairro, dia, entre outros. Em seguida a base vetorial foi convertida para *Raster* em formato de imagem *TIFF* no QGIS 2.0.1 cuja área de influência a partir do ponto plotado será de 100 metros para gerar os Mapas de *Kernel* ou Mapas de Calor para estimar a intensidade dos Crimes

Violentos Letais Intencionais (CVLI) e, por fim, a produção cartográfica irá sobrepor os dados das instituições públicas citadas na ferramenta *ArcMap* 9.1.

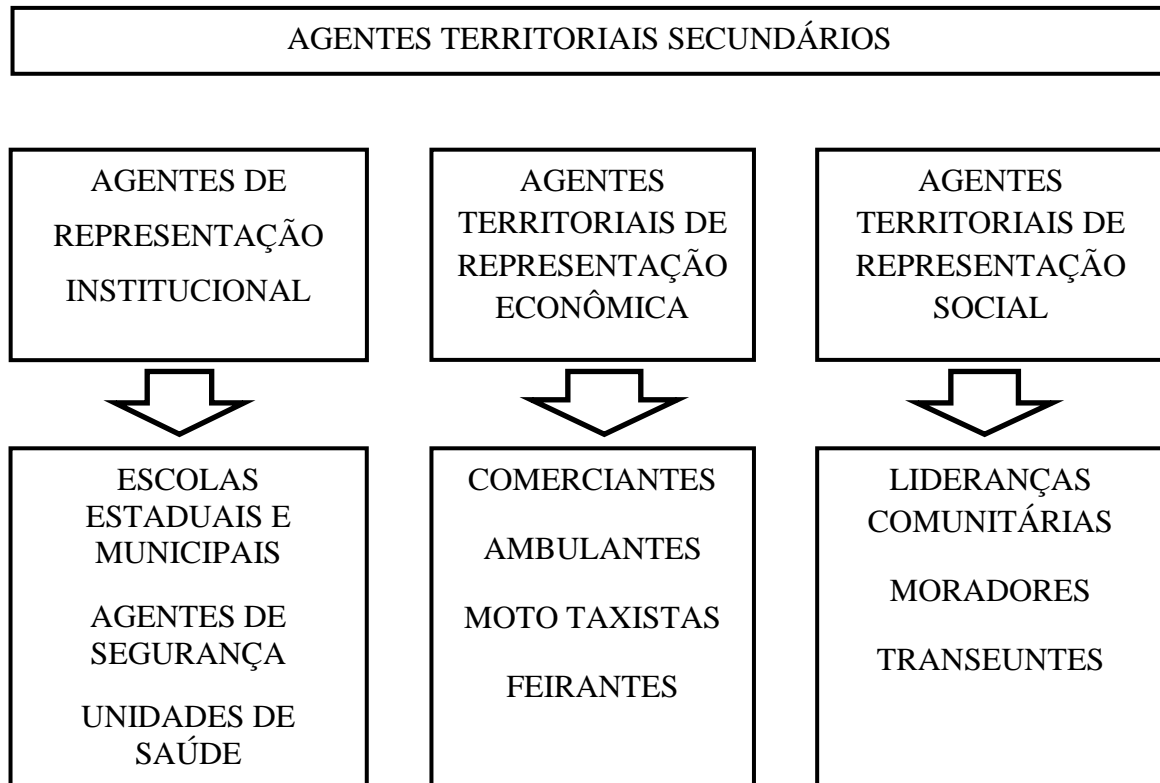
Para o terceiro capítulo foi necessária a realização de uma nova pesquisa de campo (entrevistas) com objetivo de responder as inquietações referentes aos conflitos entre os agentes territoriais Primários e a relação com os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).



Grande parte das situações que envolvem conflitos por territórios são marcadas por ações autoritárias, como as que visam o controle das territorialidades, decretada em nome da “expansão” de territórios de influência. De modo mais geral, os mecanismos que são utilizados para o exercício de poder pelos agentes territoriais Primários, interferem direta e indiretamente na dinâmica territorial dos agentes territoriais Primários e Secundários.

Esse controle de mobilidade e circulação pode se dar sob uma lógica de confinamento de ordem mais simbólica, em uma leitura mais simples, pode ser percebida pelas ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), os quais deixam marcas tanto no espaço como no imaginário da população residente, que vive o medo diário de novos conflitos por áreas de influências.

Dessa forma, para entender a possibilidade de associar a relação entre os agentes territoriais Primários e os CVLI, do nosso ponto de vista foi necessário dividir as entrevistas em três eixos: agentes territoriais Secundários com representação institucional (Polícias Militar e Civil, Escolas, Unidades de Saúde), agentes territoriais Secundários que exercem atividades econômicas (moto taxistas, comerciantes, feirantes) e agentes territoriais Secundários com representação sociais (lideranças comunitárias, moradores, transeuntes), os quais estão dispostos abaixo:



É importante assinalar, contudo, que a pesquisa também apontou que uma pequena parte dos agentes de segurança, principalmente policiais civis e militares, atua como agentes Primários. A partir daí, juntamente com a identificação dos principais agentes que estão envolvidos na dinâmica de territorialização, foi possível perceber que agentes de segurança pública que representam o Estado atuam tanto como agentes territoriais Primários como Secundários.

Para se chegar a tal análise levamos em consideração as diferenciações e complementariedades que surgiram a partir das entrevistas, as quais foram pensadas na tentativa de responder as inquietações referentes aos conflitos entre os agentes territoriais Primários e a ocorrência de CVLI. Neste sentido, as perguntas serão comuns para todos os agentes entrevistados e por se tratar de um assunto delicado foram feitas poucas perguntas e de forma direta, as quais estão dispostas a seguir:

1. Considerando a Geografia do bairro, você saberia dizer em que áreas acontecem à maioria dos Crimes Violentos? Por que acontecem nessas áreas em especial?
2. Em sua opinião, quais motivos podem explicar o número elevado de homicídios (CVLI) no bairro?
3. Você acha que os Crimes Violentos podem estar ligados às condições estruturais (iluminação pública, asfaltamento, saneamento) e socioeconômicos (educação, renda)?
4. Você tem conhecimento de quem são os autores/mandantes dos Crimes Violentos no

bairro?

5. Você acha que os Crimes Violentos têm ligação por disputas entre os agentes territoriais (traficantes, milicianos, Estado) no bairro?

Nesse contexto, a descrição das entrevistas foram fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa. O tempo e a descrição foram um pré-requisito para a pesquisa de campo, visto que envolve o comportamento de pessoas e grupos, sendo necessário observá-los e abordá-los em períodos oportunos.

Assim, os dados primários envolvem observações de campo, que resultaram, principalmente, na coleta de informações e imagens das áreas mais suscetíveis. As imagens serão de suma importância para se compreender a dinâmica de territorialização dos agentes territoriais Primários e Secundários.

Finalmente, foi realizado a elaboração final do trabalho contendo todos os elementos coletados durante a pesquisa teórica, cartográfica e com produção de tabelas e gráficos referente aos anos de 2013 a 2017, justamente com as informações empíricas de campo, estabelecendo uma análise geográfica acerca da interação entre os diversos agentes que compõe o espaço.

CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

Nosso objetivo nesse primeiro capítulo é trazer uma releitura do conceito de território, no sentido de iniciarmos uma aproximação conceitual que possa identificar algumas alterações que estão relacionadas às mudanças ocorridas na sua análise. Nesse sentido, torna-se fundamental construir uma base teórica conceitual que consiga de forma sintética apontar as mudanças e diferenciações ao longo da história.

Em decorrência disso, procurando compreender a evolução do conceito de território, foi necessário revisitar alguns autores clássicos que foram precursores pelo viés geográfico, em relação ao território, que são tomados como exemplos de abordagens histórico-conceituais. Esses componentes reverberam a importância na avaliação do avanço e nas limitações de cada autor, que julgamos nesse trabalho serem importantes para explicitar a problemática em relação a espaço/território.

Apesar de serem referenciais importantes, o que ocorre é que temos uma diversidade de autores que trabalharam o conceito em diferentes contextos, de fato, essa relação espaço-tempo torna a análise muito mais complexa. Essa é, de algum modo, a problemática do presente capítulo, uma vez que, o espaço está marcado por múltiplas formas de organização territorial e, assim, pela intensificação daquilo que queremos alcançar dentro da perspectiva de território.

É claro que essa problemática constitui o “foco” do próprio conceito e, iminentemente, demonstra determinadas questões ou relações, reconhecendo que umas são mais importantes que as outras. Trata-se de reconhecer a fundamentação do conceito, por exemplo, “enquanto “espaço” coloca seu foco no caráter de coexistência e coetaneidade dos fenômenos, o “território” discute a problemática do poder em sua relação indissociável com a produção do espaço” (HAESBAERT, 2014, p. 29).

Este sentido relacional é um dos fatores que talvez explique esse esforço em trilhar um caminho que nos leve a compreender a relação indissociável entre espaço e tempo, uma vez que, a escolha da linha de território que seguiremos neste trabalho está assentado na complexidade em que o espaço passou e tem sido afetado por novos padrões de produção do espaço. Trata-se, pois, de reconhecer tanto a espacialidade quanto a temporalidade dos eventos que deram origem a formação dos territórios.

1.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO COMO FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicialmente é necessário ressaltarmos a importância do conceito de território para a construção teórico-conceitual no sentido de entendermos a dinâmica dos ventos analisados neste trabalho. O território, como espaço focalizado a partir das relações de poder, seja de

dominação/apropriação, que se manifesta em um sentido multiescalar e multidimensional, é uma definição que está eminentemente relacionada a uma concepção de multiplicidade, seja na perspectiva da convivência de múltiplos territórios, seja na construção efetiva da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2014).

Essa abordagem anterior, em síntese, será o caminho a ser trilhado como modalidade de território a ser adotada para análise do objeto de pesquisa deste trabalho, assim como, acrescentaremos ainda, para maior coerência e explicação de nossa abordagem geográfica, a construção de conexões conceituais centradas em um grau maior na *categoria espaço*.

Como essas acepções devem estar sempre associadas à análise de territórios correspondentes, a territorialização das múltiplas territorialidades, “multiterritorialidade”, e a forma de uso do espaço “apropriação/dominação” do urbano, como um lugar resultante do processo de produção das localizações diferenciadas pelos agentes produtores do espaço reconfigura novas/velhas territorialidades. Nesta perspectiva que há possibilidade de se entender a territorialidade como elemento “chave” das dinâmicas dos agentes territoriais locais na microescala, na busca pelo poder e pelo domínio territorial, muitas vezes, sendo marcadas de forma extrema.

Antes de qualquer coisa, foi fundamental construir um caminho que nos desse uma base conceitual para entender o nosso objeto de pesquisa, o qual esteve centrado inicialmente na categoria “espaço” como base para o conceito de território. No decorrer do trabalho estamos nos referindo a território como conceito, por entender que o espaço está como *categoria* maior, como nosso conceito maior ou geral da Geografia, como bem esclarece Haesbaert (2014, p. 22) (...) “e que se impõe frente aos demais conceitos – região, território, lugar, paisagem... esses comporiam assim a “constelação” ou “família” (como preferia Milton Santos) geográfica de conceitos.

Em outras palavras, o conceito de território nasce com um duplo sentido, material e simbólico, em que epistemologicamente se aproxima de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar) tem a ver com a dominação de caráter jurídico-político, a partir da aspiração do terror, do medo (HAESBAERT, 2014).

Sobre isso, uma série de referências foram fundamentais na construção da linha teórica – conceitual deste trabalho, no entanto, a fundamentação histórico/conceitual será formulada a partir da Geografia política na Alemanha na segunda metade do século XIX. Um dos principais teóricos desse período foi Ratzel e esse autor estava preocupado com o avanço e consolidação do estado Alemão, o território apareceria como sinônimo de área e fonte de recursos naturais,

o que significava apropriação e dominação, onde a presença do homem como ser social não era levada em consideração (SAQUET, 2007).

No que concerne o fortalecimento do conceito de território é importante destacar que ele passou por transformações históricas que ficaram em evidência a partir dos anos 1960 do século XX, ou seja, confirmava-se a necessidade de rever o conceito de território. Fica clara, então, a necessidade de observar o conceito de território a partir de outras formas de poder que não seja somente a visão do Estado. Para isso, a Geografia crítica seria essencial no sentido de trazer uma nova perspectiva para as relações de produção do espaço a partir do poder imposto nas analogias de apropriação.

Gottmann (1973 *apud* SAQUET, 2007), faz uma reflexão bastante consistente da definição do conceito de território, em que são historicamente determinados. O território aparece como um compartimento do espaço e resultado de sua diversificação e organização, sendo assim ele tem duas funções principais: a) de servir como abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um trampolim como forma de oportunidades. Com isso, segurança e oportunidades demandam uma organização interna e externa, de poder e dominação. Neste contexto, o território assume uma variedade de significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes de um território preexistente.

É importante notar, ainda, que com o conceito de território surge um componente inerente a sua existência que é o poder, este está inserido nas relações sociais de determinados grupos que dão sentido a existência do território por meio da apropriação/dominação. Contudo, a análise metodológica precisa ser destacada no sentido de se ter cuidado com as categorias espaço e território, apesar de terem alguns pontos semelhantes, seus significados são totalmente diferentes (SOUZA, 2013).

Para análise do objeto de pesquisa adotado neste trabalho, as concepções de território devem estar sempre associadas as relações de poder, uma vez que, será realizado uma revisão teórica sobre as diversas referências em uma tentativa de trazer para a presente discussão autores, que achamos serem fundamentais na construção de uma base conceitual sólida.

Segundo Raffestin (1993), as relações de territorialidades devem ser construídas dentro da lógica de espaço como elemento embrionário, já que a formação do território somente é possível a partir do espaço, sendo ele a condição para a realização das atividades que passam a produzir representações dentro de uma realidade material preexistente, marcadas de forma intencional com o objetivo de dominação/apropriação fundamentados pelo uso do poder:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de ação conduzida por um ator sintagmático

(ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 140).

Dessa forma, ainda para Raffestin (1993), o espaço na realidade seria o substrato espacial, caracterizado como condição a existência do território, as relações sociais construídas no espaço e todas as atividades exercidas representam a manipulação do espaço a partir das relações de poder, as quais materializariam a formação de um território. Para melhor compreender a definição de poder Raffestin (1993, p. 52), afirma que

(...) que é preciso compreender por poder a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que ela se exerce e é constitutivas de sua organização (...) O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalmente e imanência do poder em oposição a um unidimensionalidade e a transcendência: ‘o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares’. Por tanto, seria inútil procurar o poder ‘na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiaria derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre em locais instáveis’.

Hoje mais do que nunca é importante perceber na complexa e indissociável relação de funcionalidade dos territórios a historicidade de construção do conceito. Dentro dessa complexa imbricação, é essencial ressaltar a produção do espaço como meio para as relações sociais dos grupos que estão territorializados, sejam políticas, econômicas e culturais (simbólicas), que inevitavelmente são estabelecidas a partir do uso do poder que é empregado direta ou indiretamente, instável ou estável:

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem pra si. “Local” de possibilidades é a realidade preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um autor manifeste a intenção de dele se apoderar. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Assim, afirmamos que, especialmente para a dinâmica territorial, precisam ser compreendidas pelas ações que são impostas no espaço a partir da produção dos grupos, sendo estas relações pacíficas ou conflituosas. Sobre isso, é importante destacar que a fragmentação que é realizada a partir dos conflitos dos agentes territoriais mostra que estas podem demonstrar as várias formas de poder exercidas em um mesmo território.

Ainda que o território não possa ser considerado somente como substrato espacial material, assim como Raffestin (1993) o considerava, Souza (2013) concorda ao afirmar que o que “define” o território são as relações de poder. Entretanto, o autor é categórico ao afirmar que o território só pode se materializar a partir de relações sociais das quais são projeções espacializadas:

O que importa saber é que, por conta disso, não se justifica, pura e simplesmente, confundir o território com o substrato espacial material que serve de referência para qualquer (tentativa de) territorialização. Diversamente do substrato, os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim “campos de força” (SOUZA, 2013 p. 89).

De maneira mais consistente, a população territorializa-se no intuito de construir suas próprias territorialidades, que espelham objetivos e formas distintas de poder no território. Segundo Souza (2014, p. 24),

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representação; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa e existência de intenções no e do processo de territorialização, que envolve e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjunção, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns.

Neste sentido, as relações que se estabelecem no território por um grupo de indivíduos, obrigatoriamente, devem ser compreendidas como uma relação de poder. Por sua vez, o poder torna-se inevitavelmente parte inseparável do território, sendo essa a condição para sua materialização.

Dessa forma, analisa-se as dinâmicas territoriais, em que elas se encontram em permanente conflito do ponto de vista do poder e de territórios. Os constantes conflitos pela manutenção do território estão condicionados a um processo relacional ligado a apropriação do espaço, pois segundo Raffestin (1993, p. 58), “o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume apenas a uma potencialidade”.

Nesse sentido, a análise da territorialização dos agentes territoriais perpassa pela compreensão da dinâmica exercida entre territórios de influência. Souza (2014, p. 81) afirma que os “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”.

Sob tais considerações, o território das relações sociais pode ser compreendido enquanto apropriação do espaço no sentido de dominação, bem como relações de identidade:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido de que sua identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta -, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela com poder controlador desse território (SOUZA, 2014, p. 84).

Diferentemente de Raffestin (1993) e Souza (2013, 2014), que adotam o conceito de território a partir das relações de poder, Santos (2006, 2008) definiu o conceito de território como “território usado, sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS, 2008), no entanto, concorda que o espaço é anterior ao território (SANTOS, 1996). Nessa perspectiva de leitura do conceito de território, chama atenção para a emergência de se analisar sistematicamente a formação do território. Isso se dá pela necessidade de se verificar cada momento histórico e as várias formas de uso, fossem elas locais ou globais. “O território, visto como unidade e diversidade é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (SANTOS, 2008, p. 20).

Para Santos (2008) a técnica alterou os processos de produção do espaço, uma vez que a produção e apropriação do espaço estiveram associados a momentos históricos de evolução das técnicas. Esses avanços também aceleraram a funcionalidade, a construção material e a organizacional da sociedade.

Nesse processo de construção do conceito é importante considerar a perspectiva de uma possibilidade de globalização mais humana, sobretudo do ponto de vista do uso do território como resistência a uma globalização que não considera os agentes locais. Por essa razão interessa discutir o processo de globalização/fragmentação presente atualmente, concomitantemente, o território é redefinido a partir de novas hierarquias entre os lugares (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Neste contexto, é fundamental dialogar com Haesbaert (2014) que analisa o território em um primeiro momento como categoria normativa respondendo não tanto ao que o território é, mas, no que pode vir a se tornar a partir de uma lógica hegemônica “paradigma territorial hegemônico”, principalmente pelas grandes empresas que são apoiadas em grande medida pelo Estado com suas políticas de ordenamento territorial.

Por outro lado, Haesbaert (2014) compreende o território enquanto categoria da prática, ou seja, tem-se os agentes contra-hegemônicos representados pelos grupos subalternos “movimentos dos agricultores sem-terra e sem-teto e dos povos tradicionais (indígenas e quilombolas, sobretudo)”, o uso do território passa ter uma dinâmica múltipla de símbolos e culturas que é presenciado pelos diversos agentes territoriais que compõe o espaço na sua totalidade.

Para isso, procurou-se, aqui, trabalhar a dialética de constituição do conceito de território, como uma construção histórica e, contudo, social, notadamente, a partir das relações de poder (concreto ou simbólico). O território em qualquer análise tem introduzidas as relações de poder, mas não apenas o poder tradicional, político (funcional), ele refere-se tanto ao poder

mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito (simbólico), de apropriação (HAESBAERT, 2014).

É, justamente na perspectiva da categoria território defendida por Haesbaert (2014) que se tem o modelo conceitual metodológico para uma análise mais aproximada da dinâmica territorial dos agentes territoriais locais que estão imbricadas na realidade do bairro em questão. Temos, assim, para Haesbaert (2002) a categoria território sobre três pontos de análise fundamentais que estão integrados para se compreender a multiterritorialidade: nos territórios zonas (zonal), aplica-se a lógica política; nos territórios rede (reticular), destaca-se a lógica econômica; e nos aglomerados de exclusão, têm-se uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas ou de inclusão precária.

São formas distintas de se compreender a multiterritorialidade, “territórios plurais”, como conjunto justaposto de diversos territórios compreendidos no seu interior, que estão integrados em um mesmo conjunto de relações socioespaciais, isto é, compõe efetivamente uma mesma territorialidade ou espacialidade complexa.

1.2 A TERRITORIALIDADE COMO UMAS DAS DIMENSÕES DO TERRITÓRIO.

A territorialidade, “como um componente do poder” (SACK, 1986), incorpora uma dimensão estritamente política, que também está entrelaçada as relações econômicas e culturais, as quais permanecem intimamente ligadas às formas como os grupos sociais estão territorializados (dominação/apropriação) no espaço. Os objetivos variam de acordo com as lógicas dos grupos, por meio do controle “campo de força” que neste caso são multiplicidades de interesses por aqueles que constroem um território.

Para Souza (2014) a territorialidade corresponde a todo tipo de intercâmbio que tem o espaço como condição a existência das relações entre os grupos, projetam interações materializadas em um substrato material preexistente, as quais são projeções especializadas no tempo e no espaço.

Portanto, territorializar-se significa criar condições materiais e imateriais no sentido de forjar mediações espaciais que proporcione aos grupos condições de reprodução da vida coletiva. Neste caso, o poder é sempre “multiescalar e multidimensional” de dominação e apropriação ao mesmo tempo. Com isso, “as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo de enraizamento espacial” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 47).

Já para Raffestin (1993, p, 158) a territorialidade adquire um valor particular, pois reflete “a multidimensionalidade do “vivido”, o território representa os vários interesses dos grupos

territorializados. Desta forma, os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e são produto territorial por intermédio de um sistema de relações” sejam existenciais ou mesmo produtivas, as quais todas são relações de poder.

As formas de organização da sociedade demandam, de algum modo, em um determinado momento, condições efetivas para a realização da sua materialidade, de um momento específico e local, como explica Raffestin (1993, p. 160) “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível” sendo esta territorialidade marcada por seu dinamismo, passível de inúmeras variações no tempo e no espaço.

Enfatizamos que toda organização territorial segrega sua própria territorialidade, que pode ser “instável ou estável” precedente de todas as escalas espaciais e temporais. Para Haesbaert (2014), mais importante, portanto, do que essa caracterização aqui realizada de acordo com os referidos autores, é perceber e ter cuidado com a concepção de território e territorialidade que esteja sendo trabalhado, sob qual perspectiva e objetivos se quer atingir.

Nesse contexto, com o processo contemporâneo de construção dos territórios, as identificações das territorialidades se tornam muito mais complexas, por haver uma sobreposição maior de territórios. É interessante que se perceber que antes as territorialidades eram facilmente identificáveis, pareciam mais nítidas. Hoje o espaço recebe uma pluralidade de territórios e que conformam diversas territorialidades, ressurgem e provocam uma redefinição contínua dos agentes territoriais (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

1.1.2 Da territorialidade a multiterritorialidade

Antes de abordar a questão da multiterritorialidade foi necessário distinguir o que entendemos por território e territorialidade. Assim, como distinguir aquilo que denominamos como “múltiplos territórios” e “multiterritorialidade” - a multiplicidade de territórios como condição, mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004).

Em um sentido mais genérico o território é visto como funcional, como condição a dominação, em uma condição de apropriação o território é simbólico, apresenta-se de duas lógicas. Uma enquanto zonal, é uma forma de controle espacial, como o território zonal do Estado é marcado por certa unidade territorial e tem seu marco central nos interesses da expansão e contensão, nos limites administrativos, na materialidade, solidez, dentro dos seus interesses territoriais.

Já os territórios reticulares (território-rede), são aqueles marcados pela integração, intercomunicação como fator preponderante da sua existência. Hoje, esse modelo se sobressai dentro de um mundo globalizado. Logicamente, em dados momentos o território zona se apresenta como reticular e o território-rede também “flexíveis possibilitem maior mobilidade física dentro da(s) rede(s), ou aos pontos de conexão que permitam “jogar” com as múltiplas mobilidades de território existentes, criando a partir daí uma nova (multi)territorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 15) estas definições estão intimamente relacionadas a uma base material para estabelecer parte de suas relações de um território.

Todavia, aqui trazemos como análise central para o debate a existência da multiterritorialidade. Primeiramente, é preciso reconhecer a existência de múltiplos territórios, tanto no sentido quantitativo, nos números cada vez mais expressivos de territórios e projeções territoriais quanto propriamente qualitativo, com a existência de uma diversidade de formas, na medida de entender como esses territórios se configuram.

A existência quanti-qualitativa de territórios é a necessidade imediata para existência da multiterritorialidade, porém, não determinam sua existência. Os múltiplos territórios implicam na existência de uma pluralidade de territórios, já os multiterritórios são territórios plurais (HAESBAERT, 2014). Nesse sentido, a multiterritorialidade num sentido mais específico, que envolve a experiência efetiva de múltiplos territórios e/ou territorialidades e que apresenta reconhecidas distinções anteriormente apresentadas, deve ser analisada dentro de um campo específico. Dessa forma, a multiterritorialidade é resultante da sobreposição lógica de territórios, hierarquicamente articulados, encaixados em um mesmo plano.

Assim, o território é, como já aqui definido, de forma genérica, a espacialidade do poder, tendo a violência como um dos elementos substanciais da existência dos territórios, ora como meio de transformação, ora como resultante dos processos de controle social. Todavia, não é mais possível entender o território como algo separado da realidade, mais sim entendê-lo dentro da lógica do espaço-tempo e, em nosso caso, a partir disso, territórios em múltiplas escalas, cada vez mais conectados em rede, mais complexos, em dados momentos solidários ou conflitantes.

1.3 AS RELAÇÕES DE PODER NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Uma das causas fundamentais na reestruturação dos territórios, enquanto aglutinador de diferentes agentes territoriais, como apresentado no presente trabalho, seriam às relações de poder. As relações presentes entre os grupos sociais apresentam obrigatoriamente dinâmicas

políticas, econômicas, culturais e sociais, essas baseadas pelo poder que, muitas vezes, aparece de forma não hegemônica (Estadocêntrica), em outras, como forma de resistência a ordem vigente ou como construção da dinâmica social.

Foucault (2008) esclarece que todas as relações sociais têm como característica o poder, muitas vezes, o aparecimento do poder está concomitantemente imerso sob o jugo da construção das diferentes relações, sejam elas; familiar, econômica e social “o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos, que tem como papel ou função e tema manter, mesmo que não o consigam, justamente o poder” (FOUCAULT, 2008, p. 4).

Temos, com isso, o homem como alvo principal e objeto de manipulação do poder, a sua função é a formação subordinada ou subjugada coercitivamente, e permaneceram, por assim dizer, como é o caso de muitos que incorporaram nos corpos características de docilidade. Logo, promover a formação simultânea de indivíduos moldados e adestrados como ferramenta de controle é essencial para a expansão dos objetivos do grupo dominante como instrumento geral de apropriação/dominação (FOUCAULT, 2010).

Num sentido mais estrito, a disciplina não é representada por uma instituição, muito menos bancada por um órgão ligado ao Estado, embora mais complexa, também se encontra em uma rede que está ligada ao Estado e suas instituições. É justamente com os instrumentos (instituições) de poder que efetivamente os corpos dos indivíduos terão a punição e a vigilância, seu maior ou menor grau de adestramento e dominação, inserida nos moldes das instituições (FOUCAULT, 2010).

Já para Raffestin (1973, p. 52) “o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”, o fato é que, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural, se toda relação é uma relação de poder. Isso significa dizer que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação.

“O poder utiliza seus meios para visar os trunfos” (RAFFESTIN 1973, p. 58), ou seja, o poder pode ser uma visão mais ampla que o território, mas pode em muitos casos confundir-se com ele, existe assim, uma divisão tripartida em uso na geografia política que considera a população, o território, e os recursos como trunfos. Desse modo, a população aparece em primeiro lugar, simplesmente porque dela emana a origem do poder.

Nessas condições de produção de força o território não é menos importante, uma vez que é por meio dele que o poder pode vir a existir, enquanto lugar de todas as relações, porém sem a população o território resume-se apenas a uma potencialidade (SOUZA, 2013). Para Arendt (2004) o “poder” realmente acontece ligado não apenas a habilidade humana de agir, mas de agir em comum acordo. O poder jamais existe porque é propriedade de um só indivíduo;

ele pertence a um grupo e será inerente ao grupo enquanto esse se mantiver em comum acordo. Isso significa dizer que alguém está “no poder” e esta referência importa dizer que a pessoa se encontra investida no poder, por certo número de pessoas, para as representarem, quando o grupo se desfaz, “o seu poder” também já não mais existirá.

1.1.3. O poder disciplinador como instrumento de morte

Como instrumento geral de análise a sociedade passa gradativamente de uma sociedade do “ordenamento disciplinar” moldada principalmente para a construção de espaços disciplinares produtores de “indivíduos” para uma sociedade de segurança ou de controle voltada para a “segurança “biopolítica” das massas, da “população”. Num sentido mais material-funcionalista, o poder disciplinar exerce controle sobre os indivíduos por meio da relação disciplina/indivíduo (corpo/máquina) especialmente pelo trabalho (FOUCAULT, 2008)

Neste sentido, a funcionalidade relativiza a produção de indivíduos moldados para exercer o biopoder ou poder sobre a vida, está pautado pela relação segurança/massa (“corpo/espécie”) circulação (pela própria sobrevivência físico-biológico). Diante disso, Foucault (2008) irá distinguir três instrumentos de análise para definir os mecanismos ou sistemas de poderes: o legal ou jurídico, “soberano”, que é exercido nos limites de um território, historicamente construído e mais antigo, dominante na idade média aos séculos XVII-XVIII; o disciplinar que se exerce sobre o corpo dos indivíduos, típico das sociedades modernas; o de segurança que se exerce sobre o conjunto de uma população, dominante na contemporaneidade característica dos dias atuais. O fato é que estão ligados sobre a análise das técnicas de poder que a cada espaço de tempo são construídas.

A partir daí, Foucault argumenta que o capitalismo teve como base para sua expansão à disciplina, exercendo poder sobre os corpos dos indivíduos. Para que o poder disciplinar funcionasse plenamente, foram criadas “instituições disciplinares” (escolas, clínicas, prisões etc.), onde as pessoas eram individualizadas, cada um tinha um prontuário, por meio da disciplina o indivíduo era controlado e explorado, tirando-se dele tudo que podia oferecer.

A função da disciplina é produzir corpos dóceis, que possam ser moldados, configurados segundo as necessidades sociais, uma vez consolidada a tecnologia de poder disciplinar, por volta do fim do século XVIII, começou a se constituir uma nova tecnologia que se exerce sobre os grandes grupos de indivíduos já disciplinados que formam as populações, tecnologia massificante. Pode ser visto em campo mais aberto, assim, esta tecnologia está voltada para a manutenção da vida das populações organizadas pelo Estado como corpo político. Com isso, a

biopolítica constitui o que Foucault (2008) denomina de sociedade de segurança, feita pelo controle populacional, estado de bem-estar social.

Nos dias atuais e diante dos meios informacionais, é a importância do “controle dos corpos”, mas não mais simplesmente dos “corpos individualizados”, como na sociedade disciplinar moderna, mas, sobretudo para o controle das massas como Foucault (2008) denomina de “população”. Para isso, ele utilizará de algumas terminologias para descrever a dinâmica espacial como o “Território de soberania” onde haveria uma mudança de “Estado territorial” para o “Estado de população”, revelando a importância dos arranjos e do ordenamento espacial.

Temos, assim, os dispositivos, instrumentos e medidas biopolíticas de segurança que são indispensáveis para o controle do “meio” (circulação e fluidez no/do espaço) e das “populações” (o conjunto de habitantes enquanto entidades biológicas, reprodutíveis e móveis). Com isso, a “Governamentabilidade” em que a ação do Estado, incluindo as múltiplas “artes de governar” ou de “governo”, é que as questões biopolíticas da população, inclusive biológicas, tornam-se fenômeno coletivo de segurança “de massa” (HAESBAERT, 2014).

Entre as características que regem a emergência destas novas-antigas relações, estão inseridas a formação de um Estado que se ocupa dos indivíduos enquanto produtivos para a massa. Muitas vezes, o Estado lhe pede para viver, trabalhar, produzir e consumir, como “lhe exige morrer”. Segundo Foucault (2008), a questão nua e crua da sobrevivência se tornou central. O poder soberano se exercia com o propósito de quem deveria morrer na biopolítica; a morte é progressivamente desqualificada, pois, importa em primeiro lugar, “fazer viver e deixar morrer”.

O excesso de biopoder, agora mais que assegurar a vida, vai além do poder de soberania que mata, pois é capaz de “exterminar a própria vida”. Não se trata apenas de garantir a segurança da “minha vida”, mas de evitar a proliferação da raça ruim, da raça inferior, deixando assim “a vida em geral mais sadia, mais pura”, “fazer viver, deixar morrer”, para “fazer viver, fazer deixar morrer”.

O que pode ser incorporado na escala dos bairros que fogem dos padrões da “normalidade” ou da “civildade” interpretados pelo Estado e pela elite, são espaços onde, segundo Foucault (2008), e esta é uma análise que mais se aproxima de perspectiva, a reprodução biológica da espécie se torna uma ameaça e precisa ser regulada e controlada como garantia da sobrevivência dos outros, ou seja, são nos bairros periféricos que se encontram os “matáveis”, fortalecendo o que Foucault (2008) denominou de sociedade biopolítica, em que a finalidade é de “fazer viver” e “deixar morrer”.

Nesses termos, percebe-se o quanto as relações de poder estão presentes nas territorialidades dos agentes territoriais locais, fortalecendo as ameaças à vida por meio principalmente dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), o que cria um campo de forças sobre o grupo de sujeitos que estão nessa relação direta com o território.

O fato é que, a territorialização dos agentes territoriais locais cria condições de territorialidades autônomas no que diz respeito à ordem legal do Estado, mas a existência destes territórios depende também da constituição de uma micropolítica, no bairro ou no setor geográfico (SOUZA, 2013) e que, a partir daí, ele estabelece um conjunto de relações que se manifestam nas mais variadas estratégias de poder.

1.1.1.3. O conceito de território na perspectiva da produção do espaço urbana

Não há dúvidas de que a cidade de Belém, como várias outras cidades brasileiras com histórico parecido de segregação e violência, tem sido direta ou indiretamente afetadas pelo poder do capital imobiliário, que na maioria das vezes estão associados às ações do Estado (SOUZA, 2016). Assim, tomando como referência um tratamento multifacetado e multiescalar da realidade na Região Metropolitana de Belém (RMB), podemos inferir que a organização espacial/territorial do tecido urbano tem sido produzida de acordo com a lógica capitalista (CHAGAS, 2014).

Torna-se necessário nessas primeiras declarações movimentar o conceito de território para entender sua aplicação, não apenas como instrumento de poder do Estado junto ao mercado imobiliário, mas também como uma tentativa de aproximação daqueles que de fato estão expostos a todo tipo de violência nas periferias. Assim, a partir da leitura da malha urbana podemos perceber uma série de implicações que estimularam uma ocupação segmentada, privilegiando certos espaços e negligenciando outros.

Acompanhando essa mobilidade espacial do tecido urbano da cidade parece que as ações por parte do Estado privilegiam áreas mais relevantes do ponto de vista econômico. De qualquer modo, fica claro que a conjuntura de ocupação do bairro Cabanagem, somado à precariedade do acesso aos aparelhos sociais e ações por parte dos órgãos que representam o Estado, são fatores que têm contribuído para ampliar a vulnerabilidade social, e, mais ainda, tem colaborado para estimular a expansão dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), como mostram os estudos de Vieira *et al.* (2019), em relação à áreas periféricas da cidade.

Nesse sentido, destaca-se que o discurso que recai sobre a periferia que as denota, conforme Chagas (2014 *et al.*, p. 3) “(...) claramente a espacialidade da criminalidade em Belém, destacando principalmente os bairros mais pobres e de incidência da expansão urbana como os

que apresentam a maior incidência de criminalidade”. Ou seja, conforma-se o crime à pobreza, como se ambos fossem variáveis necessárias entre si, quando o primeiro, em verdade, é consequência da própria desassistência vivenciada por áreas periféricas, nas mais diversas acepções.

Daí a importância de se compreender o processo de dispersão urbana da Região Metropolitana de Belém, como processo de construção de ambientes propícios a territorialização dos agentes territoriais locais no bairro da Cabanagem. E como esta influência na dimensão sociopolítico-espacial que tem como finalidade diferentes formas de controle, que podem ser exemplificados por altos índices de CVLI.

CAPÍTULO 2: URBANIZAÇÃO CAPITALISTA

Pensar o espaço urbano, a partir da influência das relações capitalistas é problematizar sobre as teorias gerais das percepções de desenvolvimento econômico e social. Porém, quando estabelecemos essas relações, os parâmetros são os mesmos para a análise do processo de acumulação: manutenção do processo de exploração, reprodução da força de trabalho, ampliação da produção e aumento da mais valia, esses são fatores que estão presentes de formas e intensidades relacionais (HARVEY, 2013) que devem englobar, obrigatoriamente, todas as dimensões sejam elas econômicas, históricas, políticas ou culturais de cada país.

Para isso, a divisão internacional do trabalho está ligada intencionalmente a um padrão hierárquico, que se reproduz a partir da exploração de diferentes padrões de localizações, sendo responsável por diferentes níveis de desenvolvimento social e econômico. Logo, passam a estimular a vinculação entre os países capitalistas, consolidando a representatividade no sistema capitalista global.

Segundo Santos (2012), esse novo padrão ligado à nova economia internacional, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, apresenta como característica a internacionalização e multiplicação das trocas, que irão marcar a supremacia dos países desenvolvidos (países industriais) sobre os países subdesenvolvidos, transformando as estruturas e as formas de consumo. O que se observa com essa caracterização é que haverá uma tendência para os pobres consumirem mais e em grande medida, sendo de extrema importância para a atração da população aos núcleos urbanos (cidades).

Neste sentido, países com desenvolvimento tardio, como o Brasil, apresentaram um crescimento no adensamento urbano populacional mais rápido e acelerado que nos países desenvolvidos. Nesse caso, as economias periféricas ocupam lugar de destaque na reprodução do capital por serem facilmente ajustáveis às transformações do capitalismo.

O processo de urbanização capitalista, de uma forma geral, está diretamente ligado à produção do espaço e exerce influência na atração que a cidade desempenha na repulsão da população do campo. Logo, a cidade é o local das grandes aglomerações, das transformações e meios de produção (LEFEBVRE, 1999), uma vez que a cidade é o espaço onde a força de trabalho é comercializada para a classe dominante, a qual tem a competência de empilhar capital e captam os meios de produção para novos bens e serviços.

Portanto, diante dos fatos, busca-se compreender a dinâmica das forças produtivas do espaço urbano, a partir de suas contradições e articulações e cabe enfatizar que a utilização da cidade como mercadoria e fonte de reprodução do capital, é ao mesmo tempo palco da

valorização/desvalorização. Esse será o caminho em direção a desvendar a fragmentação socioespacial do solo urbano, que são decorrentes da lógica de acumulação capitalista “(...) por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano, especialmente o capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista (...)” (CORRÊA, 1995, p. 8). Daí a necessidade de se analisar as formas de ocupação do espaço, como um lugar resultante do processo de produção das localizações diferenciadas pelos agentes produtores do espaço urbano.

2.1. A CIDADE ENQUANTO PRISMA DO CAPITAL

Pensar o processo de urbanização a partir do prisma dos países periféricos é ao mesmo tempo fazer relação com a industrialização tardia, tal qual o Brasil faz parte, como pressupomos, e esta esteve arrolada a uma estrutura social assinalada intensamente pela fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, marcadamente, pela acumulação desigual entre as classes.

Com isso, concretiza-se um mercado consumidor fragmentado, principalmente devido a uma estrutura rígida ligada a obtenção do lucro. No entanto, com o aumento do poder de compra por meio do acesso ao crédito, expansão da fabricação dos bens duráveis e a ampliação dos transportes, os centros urbanos passam a atrair e concentrar a maioria dos serviços, ocorrendo como o centro de atração das migrações (SANTOS, 2012).

Uma vez que a viabilidade dos fluxos (mercadorias, pessoas, serviços entre outros) será fundamental para o adensamento das cidades de forma acelerada e concentrada (SANTOS, 2008), após isso, concentra-se no espaço urbano a intensificação dos desequilíbrios econômicos e sociais, que comporão desiguais formas de coerência com a dinâmica de acumulação do capital.

A partir disso, a cidade se torna o núcleo das mediações entre a divisão espacial e social do trabalho e a organização das redes urbanas, assumindo centralidade na hegemonia do processo de produção do espaço urbano, que podem ser materializadas de forma mais concreta pela centralização dos fluxos e da realização da dinâmica espacial “através de fluxo de veículos e de pessoas associadas às operações de carga e descarga, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos para compras no centro da cidade” (CORRÊA, 1995, p. 7).

Dessa forma, torna-se espaço de coerência do capital e da valorização estabelecida de forma desigual pelos agentes que produzem o espaço urbano das cidades. “O espaço, incorporado ao circuito da troca, fragmentado em parcelas comercializáveis, adquirindo forma

e função de mercadoria, portanto incorporado à contradição essencial da mercadoria” (CARLOS, 2015 p. 59). A essa nova produção, em que se encontra o espaço das cidades, adquirem diversas características e tem sua dinâmica modificada de acordo com a diferenciação de certas áreas, pelo padrão de uso e localização, que estão envoltas a diferentes formas de valorização.

Desse modo, o espaço urbano das cidades é comercializado como mercadoria, no entanto, como propriedade privada é um elemento fundamental para o processo de acumulação das relações capitalistas, haja vista que o mercado habitacional é fundamental na reprodução da vida por meio da atividade humana de habitar “como espaço não pode ser igualado a qualquer mercadoria dispensável, já que é “meio e condição” de reprodução da vida” (CARLOS, 2015, p. 59).

Nota-se também, que a cidade assume características funcionais e ao mesmo tempo uma redução nas relações pessoais, o espaço enquanto vivido, de identificação com o lugar, é relativizado pelas novas formas de espacialidades econômicas impostas pelo capital. Nesse caso, o espaço passa a não ser vivido e sim administrado a partir do ponto de vista dos grandes especuladores comerciais, aceleram-se as desigualdades econômicas e sociais, em grande medida forçam os trabalhadores a se adequarem ao processo de obtenção da propriedade privada, efetivam-se os acessos desiguais dos bens produzidos (CARLOS, 2011).

Nessa conjuntura, um elemento a ser considerado consiste no acesso aos bens (imóveis), já que a terra é condição essencial para produção e reprodução do sistema capitalista, tudo isso, em detrimento das condições gerais que o espaço junta, sendo “condição e meio”. Neste sentido, a valorização da terra é um elemento (mercadoria) importante nas relações de troca, com o objetivo de se retirar o máximo de renda.

Outra razão para se considerar a valorização progressiva da terra, é a construção social do espaço urbano, uma vez que são realizados muitos investimentos por meio do trabalho tais como: construção de infraestrutura de transportes, meios de comunicação, saneamento básico e serviços. Isso resulta em melhores condições de habitação para uma pequena parcela da população “quem pode pagar”, comércio e transporte, e, conseqüentemente, a progressiva valorização da terra por meio da transformação do espaço urbano.

É interessante como se aplica para o caso belenense as desigualdades próprias de espaços segregados que atingem de forma incisiva as pessoas que não podem pagar “(...) os moradores que sofrem passivamente as conseqüências da lógica da mercadoria na cidade, muitas vezes não podendo permanecer nos seus lugares originais de residência, em razão da valorização dos lugares (...)” (CARLOS, 2015, p. 98).

Desta forma, embora o capital tenha mais força no processo de produção espacial, por meio, principalmente, da reprodução do capital, a cidade é uma obra coletiva abarrotada de contradições, construída sob condições específicas no tempo e no espaço, que abrange uma série de processos sociais, econômicos, históricos e políticos, que nos levam para além da subjetividade da construção humana, um espaço coletivo de diferentes usos e significados (LEFEBVRE, 2001).

2.1.1. O Estado como elemento chave.

Para Corrêa (1995, p. 24) “o Estado atua na organização espacial da cidade”. Como instituição intercessora dos processos que se estende na cidade, o Estado realiza a função de regulador e controlador dos conflitos que são naturais ao sistema de produção capitalista. No entanto, sua atividade de gerenciamento do espaço urbano não o torna um agente passivo, mas um indutor de modificações que contribuem para o acréscimo das infraestruturas sociopolíticas e econômicas, isto é, na qualidade geral de produção, além de coordenador dos agentes da urbanização, atua também, em função do valor de uso e de troca do solo urbano.

O agente decisório é “o Estado que atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaços e localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser agente de regulação do solo” (CORRÊA, 1995, p. 24). Ele, o Estado, tem condições de arcar com a estrutura e os investimentos públicos e financiar a construção dos equipamentos urbanos, que são desvalorizados perante o mercado imobiliário, mas que tem impacto direto no valor acrescido na renda fundiária ligada às estratégias voltadas à reprodução do capital ou ao incentivo a aceleração do consumo.

No processo de produção social do espaço, o Estado tem implicações decisivas, alterando as relações cotidianas com o espaço, o qual passa a atender novas lógicas baseadas na aquisição de lucro via renda fundiária. Isso foi determinante para inclusão do mercado de habitação, operando sobremaneira no significado dos mecanismos e estratégias de emprego e uso do solo urbano, que abrangem uma gama de medidas de controle, por vezes de forma intencional.

Dessa forma, percebe-se sistematicamente a ação do Estado como agente indutor das modificações do espaço urbano e das relações que serão modificadas por meio da dinâmica capitalista, isto é, as necessidades sociais são avaliadas a partir dos moldes econômicos, passando toda necessidade a ser vista como objeto a ser transformado em mercadoria (saúde, educação, lazer, segurança entre outros).

Uma vez que as necessidades sociais foram transformadas em carência por objetos no

capitalismo, isso significa dizer que as necessidades mais básicas se tornaram elemento consumível como forma-mercadoria. “Ao Estado é preciso compreender que cabe, estruturalmente, garantir a reprodução das relações de produção de uma sociedade cuja sociabilidade passa necessariamente pela troca” (CARLOS, 2015, p. 69).

Nessa mesma direção, a questão da moradia aparece como elemento chave para a compreensão da fragmentação socioespacial. Isso significa que o Estado atua para acelerar as relações capitalistas, ignorando as formas de habitar e morar, deixando de considerar as práticas sociais e a qualidade de vida. Deve-se a isso a formação de espaços funcionais, hegemônicos e padronizados. É como se, por outra perspectiva, fosse diferente dos anseios da população, com a formação de um padrão específico de moradia que atenda os anseios da reprodução das relações capitalistas, “a produção da moradia representou tanto a produção de uma cotidianidade quanto a reprodução das relações de produção de relações sociais novas” (CARLOS, 2015, p. 74).

Nesse caso, o Estado aparece como um dos principais agentes produtores do espaço urbano, isso aparece devido a construção ou financiamento de residências de baixo valor para trabalhadores assalariados, que atenderão a produção capitalista por meio da força de trabalho e ao mesmo tempo serão incluídos nas relações de trocas, como esclarece Carlos (1994, p. 85):

O ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Esse ato, entretanto, não é meramente o de ocupar uma parcela do espaço, mas também o de produzir o lugar. Isso se dá em função da necessidade de suprir as condições materiais de existência do ser humano, da produção dos meios de vida, variando de acordo com desenvolvimento das forças produtivas. Essa dinâmica traz implícita a (re)produção do espaço.

Nesse contexto, os espaços serão incluídos gradativamente no circuito das trocas, uma vez, que se tornarão mercadorias de consumo “podemos dizer que essa produção possibilitou a inserção desses espaços, produzidos enquanto unidades de valor, às relações de troca” (CARLOS, 2015, p. 74). Diante desse quadro, ainda que o Estado seja definido como facilitador das relações capitalistas, no qual atua decisivamente e que opera para ampliar o processo de acumulação do capital, ele busca facilitar a expansão da forma mercadológica e o fortalecimento do mercado consumidor, como suporte de uma base social que atenderá tanto o capital como ele próprio.

Trata-se, portanto, de um processo de reestruturação, que pressupõe estar voltado para atender os interesses dos agentes territoriais hegemônicos. Um dos fatores que talvez explique o processo de periferização reside justamente no protagonismo econômico que o Estado exerce como forma de gestão/administração que por sua vez direciona um tipo de organização espacial que expressa os interesses da elite em se localizar próximo dos principais equipamentos

urbanos.

Esse processo intensifica a transformação do padrão de ocupação do solo urbano, na medida em que identifica uma organização espacial e de segregação no qual faz com que as ocupações sejam forçadas a se distanciar cada vez mais dos espaços valorizados. No fundo, fica cada vez mais claro que o Estado, por meio da reestruturação urbana, “expropria” os mais pobres a ocuparem áreas menos valorizadas e com um padrão financeiro menor de habitação (CARLOS, 2015).

Notadamente a reestruturação imposta pelo Estado se mostra contraditória, ao passo que as políticas de ordenamento territorial representam bastante os interesses dos agentes territoriais hegemônicos (capital). Haja vista que, evidenciando a enorme discrepância de infraestrutura entre “centro-periferia”, este, por sua vez, contribui (Estado) para reproduzir as desigualdades próprias de espaços segregados, ainda que seja o responsável em instalar os equipamentos urbanos sociais.

Dessa maneira, os processos produtivos do espaço urbano estão apoiados na constatação de que não temos, claramente, no caso brasileiro, e que reflete para as demais escalas, elementos que apontem para a superação do atraso. Não obstante, a aceleração contemporânea, nos termos expostos por Milton Santos (2012), representa alterações profundas nas políticas representativas estatais, o que implica em mudanças estruturais urbanas e da lógica “centro-periferia”, que orientam benefícios para o “centro”, e em posições opostas a “periferia”.

Em contraponto, a periferação em Belém, e, em especial o bairro Cabanagem, mostra que as ações do Estado reforçam a existência de um tipo de forma fragmentada caracterizada por criar desigualdades socioespaciais. Com isso, essas intervenções urbanísticas do Estado explicitam a precariedade das periferias, resultando em muitos problemas de ordem social (COSTA, 2017) onde essas áreas periféricas revelam conflitos envolvendo diferentes agentes.

2.2. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO BELENENSE

A cidade de Belém é uma das principais cidades da Amazônia brasileira, com uma das maiores aglomerações populacionais. Ela se consolida enquanto um centro regional a partir do período áureo da borracha no fim do século XIX e início do XX. Rodrigues (2000) destaca três momentos de crescimento populacional: o primeiro, como já destacado, é o período áureo da economia da borracha; posteriormente, o segundo momento, é marcado pelo rápido rea aquecimento da economia gomífera, impulsionada pela necessidade dos países aliados na Segunda Guerra Mundial (quanto ao crescimento populacional, ver Tabela 1).

Tabela 1 - População da cidade de Belém-PA entre 1649-2010.

ANO	POPULAÇÃO
1851	18.000
1890	96.500
1905	120.000
1920	236.400
1940	208.706
1950	225.000
1960	359.000
1970	633.374
1980	933.287
1991	1.244.689
2000	1.280.614
2010	1.393.399

Fonte: Penteadó (1968), IBGE (1970) e Prefeitura de Belém (2012).

O terceiro momento é resultado de uma política de integração da Amazônia: a economia nacional. A construção de uma malha rodoviária, incentivo estatal às ocupações, bem como para a instalação de objetos geográficos que permitiram maior introdução de grandes empresas com o interesse de extrair os recursos naturais advindos da região, levando a um acelerado crescimento das cidades, dentre elas a capital paraense (COSTA, 1988). A partir do crescimento populacional podemos compreender como as cidades expandiram suas Regiões Metropolitanas, isso devido à necessidade de ocupar e residir, sobretudo, como bairro Cabanagem, e, por isso, será o que se deterá a discutir.

A ocupação no bairro se deu por um processo de dispersão da malha urbana de Belém (TRINDADE, 2016). O crescimento populacional acelerado – sendo uma das consequências da intensificação do processo de integração nacional e o crescente fluxo migratório da região Nordeste paraense, inchou a área conhecida como primeira légua patrimonial¹ e forçou parte da população a buscar novas áreas a serem ocupadas, principalmente nas áreas de menor cota altimétrica, no entorno dos bairros centrais da cidade e em direção a Rodovia Augusto Montenegro e BR-316.

A partir disso, ocorreu à intensificação das ocupações na segunda légua patrimonial de Belém, estruturada, principalmente, ao longo da Rodovia Augusto Montenegro, espaço que anteriormente era ocupado por grandes fazendas. A partir dos anos 1960, o espaço recebera os primeiros conjuntos habitacionais, que seriam destinados aos remanejados das obras de infraestrutura que foram realizadas na primeira légua patrimonial (CARDOSO, VENTURA NETO, 2013).

¹ Palheta *et al* (2017) afirma que “a definição da chamada Linha da Primeira Légua Patrimonial de Belém, foi intitulada a partir de um plano de alinhamento urbano que determinou a porção de uma légua de terras (4.110 hectares)” (p. 299), se estendendo do “núcleo inicial de fundação da cidade, no atual bairro Cidade Velha [...] até o arco formado pelas Avenidas Doutor Freitas e Perimetral” (p. 301).

Não obstante, mesmo sendo considerada uma via de grande importância para o futuro da mobilidade na cidade, não houve um planejamento adequado que atendesse as necessidades mínimas para ocupação da área ao entorno. Por se tratar de um espaço onde predominavam as propriedades rurais (fazendas), não dispunha de um sistema de ruas adequado, tais obras somente serão efetuadas após a concessão das terras pelo município (SOUZA, 2016).

A definição da questão da urbanização Amazônica esteve pautada como consequência do processo de industrialização que se realizará no país, isso se deve, de início, a necessidade na busca por matéria prima que atendesse às demandas internas e externas do setor industrial. É justamente neste contexto que a região amazônica será integrada a “economia nacional”, não se quer afirmar que a industrialização foi autora um elemento indispensável para a metropolização da cidade de Belém.

Soma-se a isso o fato de Belém não dispor de um setor industrial moderno e dinâmico, características que agravaram as condições socioeconômicas da população. Outro elemento importante a ser considerado consiste automaticamente na reprodução de força de trabalho urbana, que não foram assimilados pelo setor terciário da economia, situação predominante na cidade de Belém, tão pouco pela indústria, ou seja, “mantém-se a predominância do terciário no setor formal da economia, que no entanto, tem a capacidade de absorver parcela relativamente pequena da força de trabalho; na indústria é ainda mais insignificante” (RODRIGUES, 1996, p. 108).

O problema dessa perspectiva propõe pensar nas mudanças no padrão de relação entre trabalho e a cidade, como resultado das novas características do padrão de urbanização. Isso se fez devido o rápido aumento da demanda por trabalho na cidade, advindo do aumento populacional a partir da década de 1960, acelerando a precarização da força de trabalho.

Assim, devido à disparidade da metodologia de consistência, a região amazônica não se constituiu uma massa de mão de obra qualificada ou bem remunerada pelo setor industrial que fosse capaz de gerar melhores condições de organização social dos trabalhadores, ao contrário, até os dias atuais a Região Metropolitana de Belém ainda é caracterizada pelo baixo poder aquisitivo da população, condições desiguais de acesso a serviços básicos e acúmulo de capital e empregos na primeira léguas patrimonial.

A precariedade de infraestrutura urbana diante do aumento do contingente populacional e a capacidade reduzida de absorção da mão de obra pelo mercado formal e a formação de espaços mais valorizados pelo capital são fatores que contribuíram para a dispersão da cidade, que acaba se tornando a estratégia de organização do capital e do trabalho em regiões periféricas. Assim, “(...) é perfeitamente cabível que as necessidades sociais construídas

historicamente reduzam-se a mais necessária e miserável subsistência da vida física, do ponto de vista do capital (...)” (CARLOS, 2015, p. 75).

Ao considerar a formação do espaço urbano belenense é importante considerar o processo de urbanização concentrado como indutor da formação das metrópoles, e que no caso de Belém esteve vinculado ao processo de urbanização que o espaço amazônico esteve ligado, principalmente, a Amazônia oriental.

Isso se deve ao fato do papel do primado metropolitano agir como fator de indução do dinamismo para a região, que nada teve a ver com a as primeiras décadas da integração regional (TRINDADE JR, 2016). Dessa forma, significa dizer que a integração da Amazônia não foi responsável pela dinâmica inicial de metropolização na fronteira e tão pouco do dinamismo econômico da metrópole belenense, uma das bases que a reestruturação espacial passou foi o mercado de habitação de baixa renda, como um processo de reprodução do espaço, responsável pela dinâmica de reestruturação que presidiu a conformação da metrópole dispersa, como sintetiza Silva (2014, p. 31):

(...) é comum que a maioria dos conjuntos habitacionais vem sendo construídos originalmente em áreas periféricas, tanto do ponto de vista das condições infra-estruturais (setores de comércio e serviços em geral), como da distância física em relação as áreas centrais, convertendo áreas rurais em urbanas e estendendo o tecido urbano dos aglomerados metropolitanos, em grandes periferias (...).

Essa argumentação reforça o primado metropolitano para a região Amazônica oriental, o que nos desperta o interesse em compreender o crescimento econômico e populacional dentro e fora da Região Metropolitana de Belém. Daí a pertinência de se considerar a área metropolitana expandida e seu caráter enquanto processo de concentração verificada nos municípios de Belém e Ananindeua, oficializadas como região metropolitana em 1973 (TRINDADE JR, 2016).

O que significou de forma mais profunda analisar o processo de desconcentração pautada em novos núcleos urbanos e, posterior a isso, a dependência dos núcleos urbanos a região metropolitana, assim, “se a desconcentração é um fato, é também inquestionável que esteja se realizando um brutal processo de concentração urbano nas cidades contíguas a esta capital” (RODRIGUES, 1996, p. 131). O que tomou forma com o espraiamento da urbanização de Belém. Com isso, aumentou a influência para além de seus limites territoriais e intensificou o processo de conurbação, pois “não se consiga pensar em cidades como Benevides, Santa Isabel, Castanhal, Barcarena, sem considerar os laços orgânicos em termos socioeconômicos e espaços ambientais estabelecidos com Belém” (RODRIGUES, 1996, p. 131).

Diante deste processo de desconcentração que implicou sistematicamente no

espraiamento de dinâmicas socioeconômicas de dispersão para o restante do tecido urbano e que contribui ao mesmo tempo para a formação de novos núcleos, notadamente, são aglomerados com alto nível de densidade social em áreas mais distantes. O conteúdo dessa relação entre dispersão e concentração são fundamentais para entender a dinâmica do espaço enquanto produto das relações sociais, acontece que são fenômenos que alteram o dinamismo e reestruturam o espaço na Região Metropolitana de Belém (RMB).

A diferença do processo de produção do espaço urbano da metrópole se deu basicamente em um primeiro momento pela dinâmica de dispersão e posterior a isso acelerou a periferização em Belém, principalmente nas décadas de 1960/1970 e início de 1980, que apresentou um tipo característico de forma metropolitana compacta e confinada “posto que fossem as baixadas, centralmente localizadas, os principais locais de reprodução de mão de obra e que passaram a incrementar o espaço urbano belenense” (TRINDADE JR, 2016, p. 84).

Nesse sentido, observamos nesse movimento de ocupação do espaço urbano de Belém a preferência por áreas mais elevadas que ficou assegurado as pessoas que tinham um poder aquisitivo melhor, na maioria as famílias tradicionais; e as áreas menos valorizadas e alagáveis ficaram asseverados aos migrantes do espaço rural ou de outras cidades menores “onde aparecem as áreas de baixadas originais, situadas abaixo da cota cinco de altimetria, terrenos constantemente inundados ou fossem suscetíveis a inundações” (TRINDADE JR, 2016, p. 97).

Podemos dizer que o contexto de produção do espaço urbano da cidade Belém esteve marcado pela ocupação desigual do solo urbano, onde o novo e antigo coexistem, por meio dos agentes que produzem a metrópole: a população socialmente excluída, o Estado e, principalmente, o capital imobiliário que exerceu maior poder de transformação na estrutura urbana. Isso resultou em modificações no modo de vida pelos deslocamentos espaciais que impõe novas formas de uso do espaço, marcando a cidade como um espaço irregular e desigual do ponto de vista urbanístico, acentuado pela implantação das áreas institucionais nos limites da primeira légua patrimonial (RODRIGUES, 1988).

2.1.2. Do rompimento do “cinturão institucional” a área de expansão.

Com o rompimento do “cinturão institucional” a partir da década de 1970, tem-se a expansão do tecido urbano em direção à Avenida Augusto Montenegro (eixo Belém-Icoaraci) e para a BR-316 e Rodovia do Coqueiro (eixo Belém-Ananindeua), ocasionando uma urbanização desigual (HARVEY, 2013) da cidade, empurrando a classe menos favorecida economicamente para longe das áreas centrais. “Foi só a partir da densificação da Segunda

Légua que se passou a definir, com maior nitidez, uma forma metropolitana dispersa” (TRINDADE, 2016, p. 99).

Com isso, essas características sobre o processo de metropolização remetem ao acelerado crescimento urbano em direção à área de expansão da cidade de Belém, ao longo da Rodovia Augusto Montenegro. Essa prática era diferente, de certa maneira, daquelas presenciadas no espaço da Primeira Légua Patrimonial, o que motivaria uma nova forma de tecido urbano, que se contrapõe ao que é encontrada na área central da cidade, uma realidade que vem se modificando e sendo produzida pela ação de diferentes agentes transformadores do espaço. Sobre isso, apresentam formas distintas de ocupação e diferentes tipologias de assentamentos habitacionais.

Trindade Jr. (1998) explica que o processo de ocupação das baixadas, que tomou impulso com a luta pelo direito à moradia, massificou esses espaços, ao mesmo tempo em que favoreceu o movimento de valorização de seus terrenos, criando-se com isso um padrão compacto de organização espacial, acelerado pelo processo de verticalização e valorização do espaço urbano, mais precisamente na Primeira e Segunda Légua Patrimonial, que irá se espraiar com o crescimento populacional em direção ao continente.

A partir da década 1970 o processo de verticalização ganha destaque na produção do espaço da metrópole, que se iniciou no bairro do Comércio e depois se espraiou para Nazaré, Batista Campos, Reduto e Umarizal, que formaram uma espécie de semicírculo em torno do núcleo central da cidade, que foi denominada de Primeira Légua Patrimonial. A intensificação do processo de crescimento populacional abreviou a busca por áreas menos valorizadas, entretanto, pressupunha, em grande parte, a ocupação da Primeira Légua Patrimonial, que está localizada até o limite do bairro do Marco, encontrava-se consolidada, houve a necessidade de se buscar outros espaços para a ocupação. Assim, energizaram-se as buscas por moradias em direção à Segunda Légua Patrimonial, principalmente para áreas desprovidas de estrutura, reproduzindo as desigualdades próprias das periferias da Região Metropolitana de Belém (RMB).

De qualquer modo, o que se observa com essas características é que, mesmo apresentando um embrionário processo de urbanização e adensamento populacional em Belém, na década de 1960 a 1970, o qual ocorreu de maneira mais restrita à Primeira Légua Patrimonial, até a década 1960, o centro de Belém já se mostrava consolidado e “um dos fatores dessa concentração foi a não expansão, com a mesma intensidade, dos equipamentos urbanos e do sistema viário para a Segunda Légua Patrimonial” (TRINDADE JR, 2016, p. 101).

Além disso, o adensamento populacional se acentuou nas áreas mais centrais devido à existência dos terrenos institucionais na atual área de transição, cuja posse ficou assegurada a instituições civis e militares. Junta-se a isso a ação do capital especulativo que passa a excluir a população com o menor poder aquisitivo, passando a ocupar áreas menos valorizadas, multiplicando-se os conflitos sociais pela moradia e promovendo o crescimento populacional.

Essa nova produção dos bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém se confunde com a construção dos conjuntos habitacionais em áreas rurais localizados na Segunda Léngua Patrimonial, muito afastada do centro urbano, constituíram-se interstícios que se tornaram objetos de “invasões” ocupações (TRINDADE JR, 2008). Assim, as características apontam para um processo de ocupação no bairro Cabanagem, que esteve diretamente relacionado a um novo padrão de ocupação, determinado pelo mercado de habitação de baixa renda. Pode-se dizer que, o crescimento populacional e a conseqüente busca por moradia, levou a população mais pobre a ocupar loteamentos com preços mais baixos e com pouca ou nenhuma infraestrutura em entorno.

A ocupação do bairro Cabanagem foi resultado de um processo de expansão da malha urbana no eixo da rodovia Augusto Montenegro. Com isso, a distância do centro da cidade e a pouca infraestrutura fizeram da área um local atrativo à população de baixa renda, devido ao baixo preço da terra. Na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, políticos incentivaram a regularização das ocupações como promessa de campanha nos veículos de comunicação de massa. Teve então início o que Borges (1992) chamou de “Indústria das Invasões”, fenômeno que distorceu o processo de enfrentamento entre os proprietários de terra e os seguimentos “operários” da população.

A área de expansão de Belém começa a se estruturar ao longo da Avenida Augusto Montenegro, sendo desta forma ocupada por vários conjuntos habitacionais de grande porte, a partir da década de 1970 (Cidades Nova, Panorama XXI, Rodovia do Coqueiro, Satélite, Pedro Teixeira, etc.), e foram rapidamente objeto de investimentos em outros seguimentos do mercado de habitação, os condomínios fechados, que surgiram durante a década de 1990.

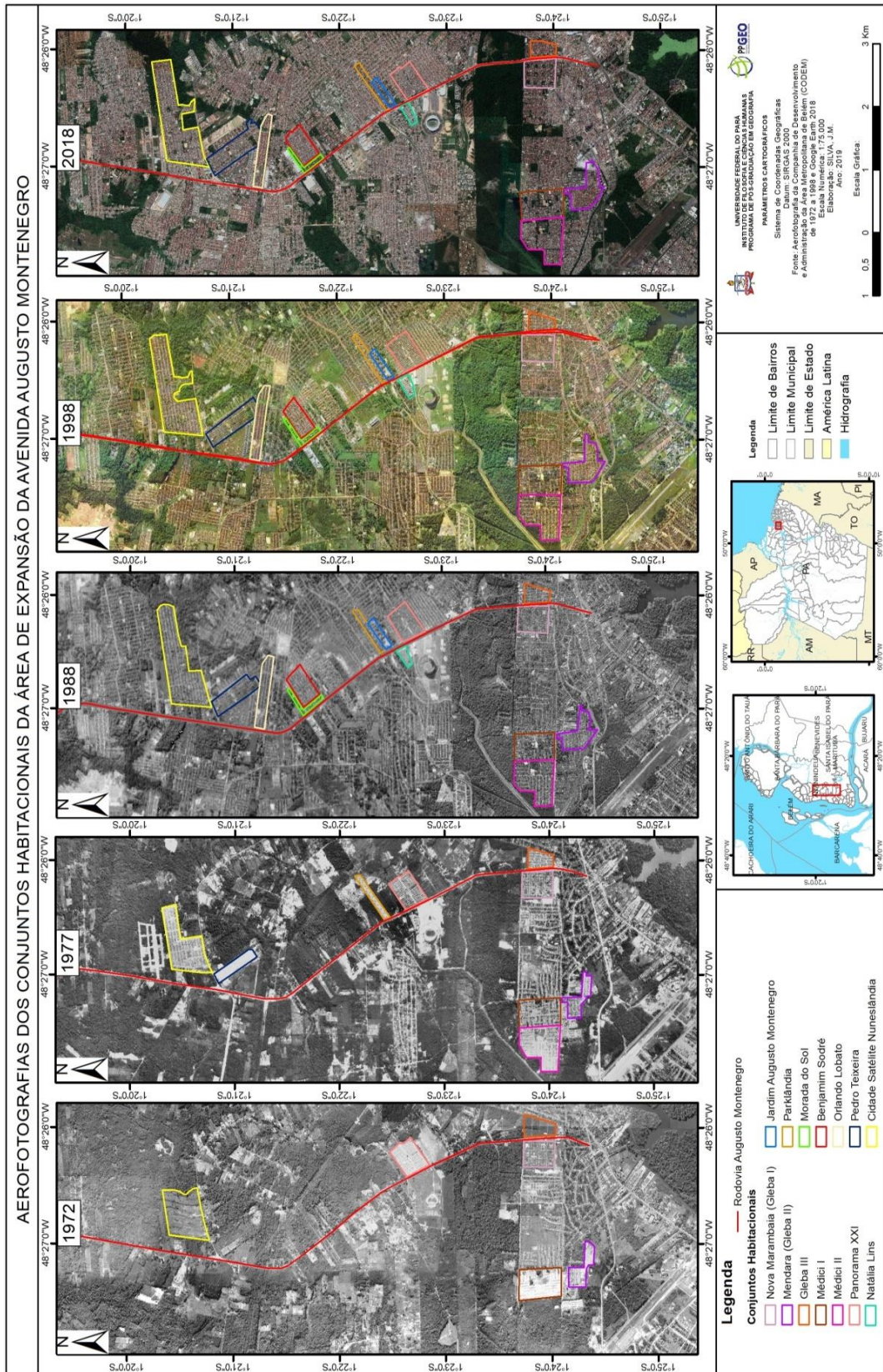
No processo de ocupação, a prática mais comum incidia, em um primeiro momento, na ocorrência das “invasões” por parte da população em busca de um espaço para sobreviver, vindo em seguida, o Estado para regularizá-las por meio de desapropriações e financiamentos dos conjuntos habitacionais de baixa renda, sejam em terrenos públicos, sejam em terrenos privados sem infraestrutura (COHAB, 1992).

Essas dinâmicas de articulação contribuíram sobremaneira para intensificar o processo de ocupação da Área de Expansão. É importante frisar, entretanto, que delimitamos o recorte

espacial e temporal das imagens de aerofotografia dos primeiros conjuntos habitacionais até o limite da Avenida Mário Covas, por entendemos que seria importante acompanhar a mesma delimitação feita pela equipe técnica da COHAB no projeto “Urbanizar 2”.

Mais que uma simples expressão espacial do processo do processo de expansão, esse fenômeno esteve intimamente ligado ao fato do governo priorizar a desapropriação de terras em detrimento da construção dos conjuntos habitacionais de baixa renda (SILVA, 2014), como mostra a ilustração com a delimitação dos primeiros conjuntos habitacionais:

Figura 2 - Mapa da Aerofotografia dos Conjuntos Habitacionais da Área de Expansão da Avenida Augusto Montenegro



Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Região Metropolitana de Belém e Google Earth (2018).

Os conjuntos habitacionais de baixa renda, indiscutivelmente foram essenciais para intensificar o processo de produção da Área de Expansão da Avenida Augusto Montenegro, considerado como materialidade histórica das várias ocupações “espontâneas” que se sucederam ao longo do tempo e do espaço. Assim, a relação entre os conjuntos habitacionais e a produção do urbano explica bem a origem da maioria dos bairros que estão localizados ao longo da Segunda Léguas Patrimonial.

É neste sentido que buscamos considerar três elementos fundamentais para a implantação dos conjuntos habitacionais: a) condições topográficas do sítio, b) forte aumento populacional e; c) o Estado como agente produtor do espaço urbano. Esses são alguns elementos importantes para pensar o movimento de transição como uma forma de organização e de produção do espaço, que se deu basicamente via políticas habitacionais do Banco Nacional de Habitação (BNH), (SILVA, 2014).

Considerando-se esses empreendimentos realizados na Área de Expansão da Avenida Augusto Montenegro, os quais foram fundamentais para o processo de dispersão de novas territorialidades, aumentou a ocupação e inaugurou as disputas dos lotes “lindeiros” (aqueles situados ao longo das vias urbanas ou rurais e que com elas se limita) que inicialmente estavam localizados nos entornos da Avenida Augusto Montenegro. Esses ficaram na posse de famílias com maior poder aquisitivo, “empurrando” para trás os mais pobres, que se estabeleceram em novas ocupações irregulares (SOUZA, 2016).

Isso nos remete as condições que restavam aos menos favorecidos como ocupar ou “invadir” grandes áreas. Essa nova-velha forma de ocupar parecia ser apenas uma pequena “invasão” por alguns grupos de famílias, mas com o avanço das informações e com a procura por moradia, principalmente, pelos mais pobres, foi se tornando um aglomerado imenso e ilegal, denominado a “Grande Cabanagem” pela COHAB em 1992, em alusão ao movimento dos cabanos e as primeiras moradias que na sua maioria foram construídas em madeira e cobertas com lona ou palha.

Assim, seria necessária a desapropriação da área para que as famílias permanecessem no local e não gerassem conflitos com os donos das terras, ou seja, o apoio político se fez essencial para que as famílias permanecessem nos lotes e garantissem as documentações, o que aconteceria em 1992, quando foram expedidas pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), com o então governador Jader Barbalho no projeto Urbanizar 2.

2.3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO BAIRRO CABANAGEM A PARTIR DA ANÁLISE DO “PROJETO URBANIZAR 2”.

Considerando a dinâmica de produção do espaço urbano belenense nota-se que o processo de periferização não esteve restrito as áreas de baixadas na Primeira Léguas Patrimonial, o mesmo ocorrerá em áreas mais distantes do centro da cidade de Belém. Nessa perspectiva, intensificou-se o processo de ocupação da Área de Transição, o que cooperou para o adensamento da Área de Expansão.

Esse aspecto nos leva a pensar que o processo de ocupação da Segunda Léguas Patrimonial tem início com a doação de glebas pelo Governo Federal à COHAB-PA, na perspectiva da construção de grandes conjuntos habitacionais, financiados via Banco Nacional de Habitação (BNH), consolidando-se ao longo da década de 1970, com a implantação de novos conjuntos e condomínios populares para atender, principalmente a classe média baixa que inicialmente irão romper as áreas institucionais, que de certa forma impediam a expansão urbana e a dispersão dos novos assentamentos residenciais populares (TRINDADE JR, 2008).

Com efeito, a dispersão dos novos assentamentos intensificou a procura por moradia, ao longo da Rodovia Augusto Montenegro, que a princípio a sua extensão era cercada de grandes terrenos como fazendas, sítios, clubes, áreas institucionais e terrenos vazios. Assim, seriam ocupados gradativamente por uma série de tipologias, tais usos eram caracterizados como conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e ocupações espontâneas. A partir daí, concentra-se um padrão de ocupação fragmentado, em descompasso entre a expansão urbana e as políticas voltadas a atender a população desprovida de habitação e ordenamento territorial.

É importante destacar que, esse processo transformou a paisagem com a valorização da área localizada nas bordas da Avenida Augusto Montenegro que, por sua vez, contrastam com as ocupações em seu entorno, em áreas de tipologia que tinham na configuração terrenos acidentados, com muitos córregos e sem definição das vias. Nesse sentido, a ocupação de terrenos inadequados para moradia refletiu em condições de habitação precárias e em condição de vulnerabilidade social (COHAB, 1992).

Embora em uma perspectiva distinta, de cunho governamental, o Governo do Estado se propôs a reestruturar e organizar a “A Grande Cabanagem” e a promover mudanças básicas na malha urbana, ocupada por cerca de 160 famílias em áreas de ocupações. Para tanto, a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), foi responsável em desenvolver um projeto que minimizasse os problemas de habitação e saneamento básico das famílias residentes em áreas risco, como mostra o folder do projeto:

Figura 3 - Folder do projeto “Grande Cabanagem”



Fonte: COHAB, 1992.

O projeto Urbanizar 2, teve como principal objetivo a estruturação da área ocupada, que se chamaria “A Grande Cabanagem”, sua condição estava distribuída em nove ocupações, em um universo definido pelo polígono que se estendia entre as Avenida Augusto Montenegro, Rodovia Transcoqueiro e Rodovia do Coqueiro (atual Rodovia Mário Covas), com uma extensão territorial de 22.300.000.00m². Dessa forma, seria realizada a reorganização das famílias que seriam alcançados com investimentos em saneamento básico e equipamentos comunitários como: creches, escolas, feira livre, postos de saúde, galpões industriais, que seriam construídos nos seguintes lotes, segundo (COHAB, 1992):

Tabela 2 - Descrição dos lotes referente ao projeto Grande Cabanagem

Denominação	Área (m²)	Número de Famílias
Jardim Sideral	332.700,00	1.000
Boa Esperança I	785.315,00	47
Vila Tupi	13.600,00	51
Cabanagem I	293.073,65	1.500
Cabanagem II	251.568,00	1.000
Carmelândia	270.723,00	2.500
Bom Futuro	343.518,32	2.000
Boa Esperança II	20.000,00	3.500
Santa Maria	167.350,00	1.500

Fonte: COHAB, 1992.

Elaboração: Antonio Cleison Costa, 2017.

Um elemento explicativo fundamental e que nos interessa de perto é o estudo de análise do perfil socioeconômico da área ocupada pela população no bairro Cabanagem, na década de 1980. Nesse momento, o projeto “Urbanizar 2” será fundamental para nos ajudar a entender como era o bairro Cabanagem antes do projeto, assim como, o padrão disperso dos novos assentamentos que foram construídos em áreas periféricas.

O objetivo em demonstrar as características socioeconômicas é revelar que as políticas públicas não acompanharam o processo de metropolização e de reestruturação metropolitana nas periferias, esse argumento se apoia no fato de que, conforme vimos nas condições de assentamento, é que a relação estabelecida com o presente, em grande parte, não foi acompanhada de melhorias significativas do ponto de vista das políticas públicas.

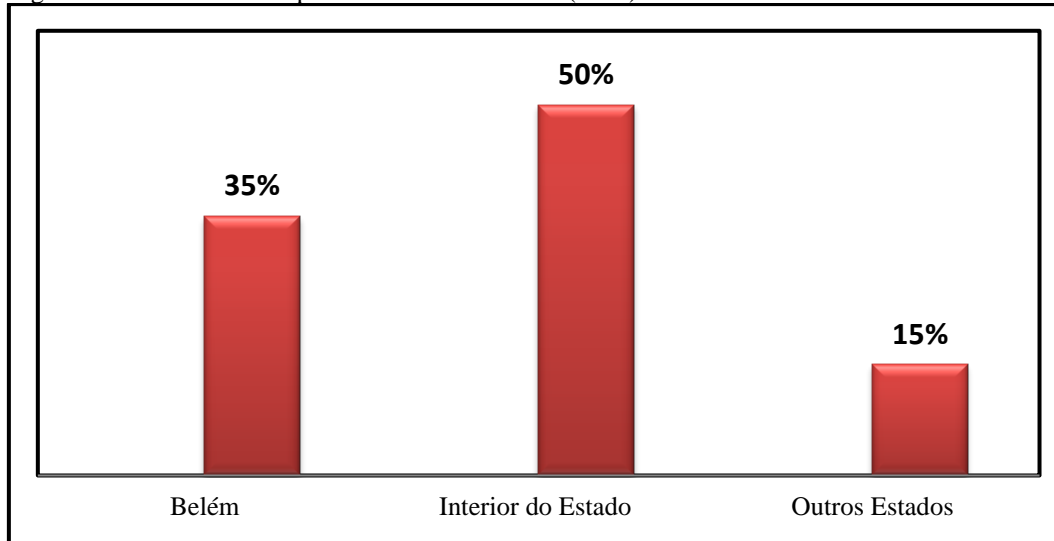
Dessa forma, inicialmente os gráficos que serão aprestados com os dados referentes ao ano de 1992 servirão como parâmetro para compararmos mais adiante com os dados do censo demográfico de 2010, isso nos dará embasamento para entender a atual realidade. Para isso, pode-se analisar, num primeiro momento os dados primários do projeto “Urbanizar 2” como elemento comparativo aos dados mais recentes.

Conforme Penteadó (1968), a reestruturação do espaço metropolitano esteve associada ao crescimento populacional, sobretudo nas décadas de 1970 a 1990, onde o contingente populacional irá atingir praticamente o dobro (ver a tabela 2). Essa é, até mesmo, uma das razões que justificou as ações do Estado em construir os conjuntos habitacionais na Área de Expansão, o que reafirmaria o grande número de ocupações “espontâneas” ao entorno.

As ocupações sugeriam como um problema sério, onde a Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COHAB, 1992) se dispôs a realizar um levantamento que identificasse as características das ocupações. Como podemos perceber o objetivo era reestruturar a área da

Grande Cabanagem. Essa é, inclusive, uma das razões que explicou o estudo da origem das famílias, uma vez que era possível agregar a migração da população, a grande maioria, de origem do interior do Estado, como também de outros Estados da Federação, como mostra o gráfico:

Figura 4 – Gráfico sobre a procedência das famílias (1992)



Fonte: COHAB (1992).

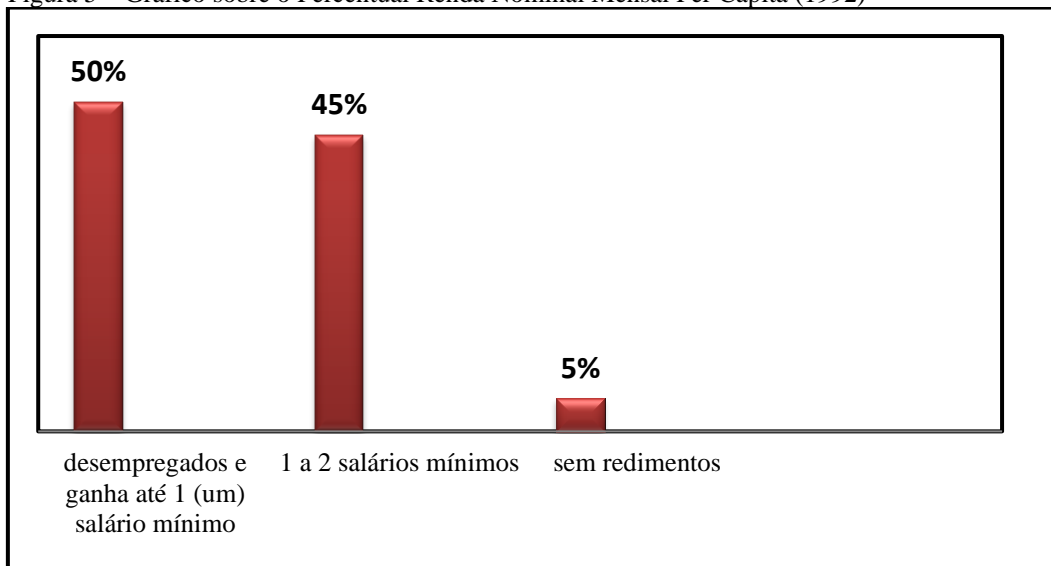
Execução: Adaptado por COSTA, A. C. S (2018).

Procurando compreender a dinâmica espacial que indica, igualmente, uma forma de organização e de ação precária, conforme as características dos indivíduos que se deslocaram, a grande maioria é proveniente do interior do Estado, isso é reflexo da reestruturação urbana da malha metropolitana, o que cria um padrão de segregação impulsionado pela dinâmica constante entre a área rural e urbana.

O início do processo de ocupação mostra bem que o grande contingente populacional era proveniente, principalmente de áreas rurais, os quais não encontraram condições adequadas de moradia, como também, não foram inseridas no mercado de trabalho. A partir disso, são obrigados a se deslocarem para os novos vetores da expansão urbana, a exemplo do que acontecerá na Primeira Légua Patrimonial, são direcionados a ocupar áreas inadequadas do ponto de vista estrutural e urbanístico.

Conforme Corrêa (1995), os agentes sociais excluídos não apresentavam condições suficientes de adquirir um imóvel no mercado formal de habitação, valendo-se de poucos recursos e, na maioria das vezes, clandestinos para satisfazer a precisão de habitação. As opções refletem nas características da população residente, que ainda hoje evidenciam algumas particularidades como baixo poder aquisitivo, o que pode ser visualizado no gráfico de renda *per capita* nominal mensal, referente Censo Demográfico de 2010:

Figura 5 – Gráfico sobre o Percentual Renda Nominal Mensal Per Capita (1992)



Fonte: COHAB (1992).

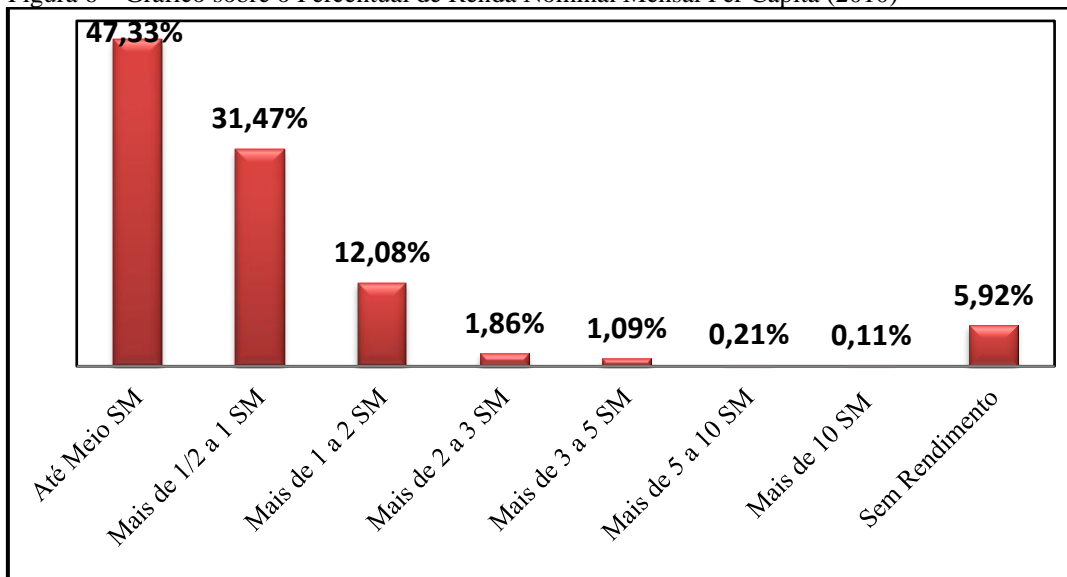
Elaboração: Adaptado por COSTA, A. C. S (2018).

O levantamento do perfil socioeconômico da população residente na “Grande Cabanagem” foi realizado por meio dos serviços de cadastramento pela equipe técnica da COHAB/PA. Nesse caso, os dados coletados nos revelam que a população expressa algumas características de área considerada prioritária e de interesse social (baixa renda), e espelha o reflexo do que fora o processo de ocupação do bairro Cabanagem.

Diante das informações, é possível inferir que, no bairro Cabanagem a natureza desigual prevaleceu principalmente no que tange a renda como fator predominante a sociabilidade. A segregação socioespacial se transforma em um processo importante, ao ponto que subordina os habitantes a reprodução da relação de desigualdade. Nessa perspectiva, partimos da ideia que a segregação é uma relação espacial e temporal, marcada pela contradição entre a dominação e apropriação do espaço, onde a fragmentação e a distribuição desigual da riqueza refletem as contradições entre centro/periferia.

Essas condições se estabelecem a partir da historicidade retratada no projeto “urbanizar 2” que já mostravam baixo poder aquisitivo dos moradores. No entanto, passados cerca de trinta anos os dados continuam parecidos no que diz respeito aos que ganham até um salário mínimo e sem rendimentos, como demonstra o gráfico abaixo:

Figura 6 – Gráfico sobre o Percentual de Renda Nominal Mensal Per Capita (2010)

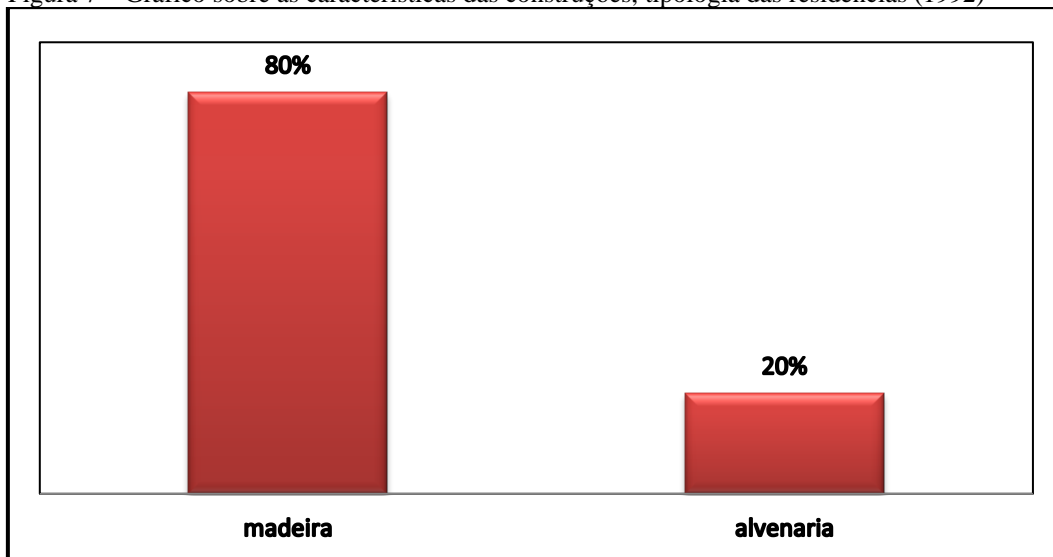


Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Elaboração: Adaptado por COSTA, A. C. S. (2018).

O padrão disperso dos novos assentamentos demonstra a desigualdade entre centro/periferia, haja vista que a renda, está diretamente relacionada à necessidade de reprodução das camadas de baixo poder aquisitivo e em não poderem escolher onde morar e em que condições. Nesse contexto, o novo padrão de organização das residências nos espaços segregados, torna-se, nas décadas anteriores, espaços onde prevaleciam as residências de madeira, conforme mostra o gráfico de tipologias das casas:

Figura 7 – Gráfico sobre as características das construções, tipologia das residências (1992)



Fonte: COHAB (1992).

Execução: Adaptado por COSTA, A. C. S. (2018).

No que diz respeito às condições de infraestrutura, onde cerca de 80% das moradias foram construídas em madeira, a análise dos dados do projeto se aproxima da perspectiva de

Damiani (1993, p. 89) ao afirmar que “pensamos que provisoriedade da periferia liga-se à provisoriedade das condições de habitação e da vida dos mais pobres”.

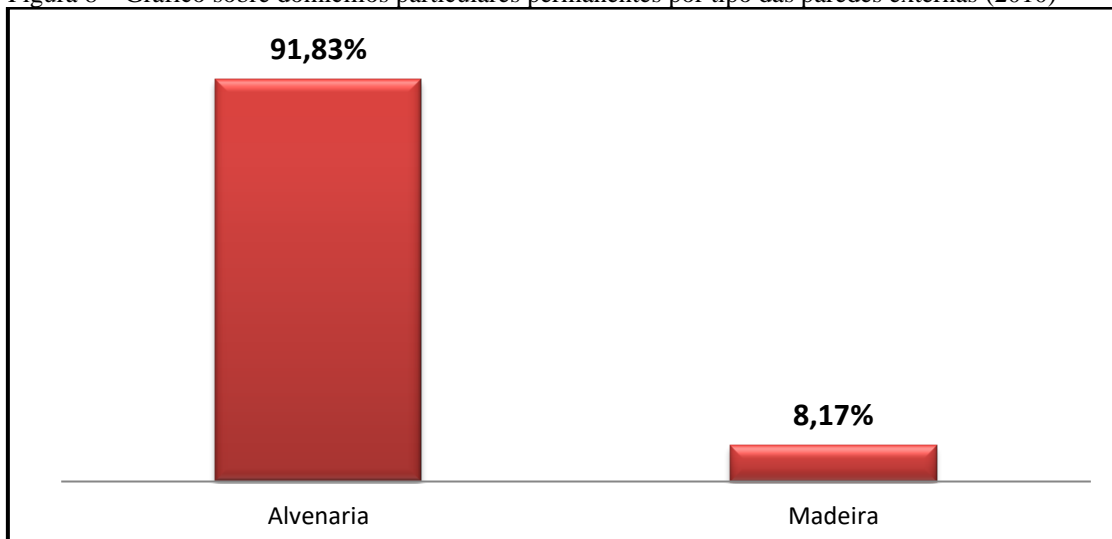
As formas das habitações indicam, igualmente, uma forma de organização e de ação precária, conforme os dados da tipologia das casas e isso é reflexo do crescimento espontâneo dos grandes centros urbanos e da dinâmica constante entre a área rural e urbana. Estes, por sua vez, estão obrigatoriamente incluídos em um grande déficit habitacional, onde o que resta são as autoconstruções para esta realidade, as casas de madeira representam a única saída habitacional.

Quando consideramos essa pluralidade de sujeitos e formas de habitação, buscamos aliar à tipologia das residências as condições socioeconômicas, avaliando as características de cada grupo familiar, algumas vezes, essa articulação e a convergência a uma realidade precária podem ser representados em um ambiente de exclusão social.

Isso, evidentemente, fez com que as formas precárias de morar fossem resultado de um processo implícito de manipulação do processo de produção do urbano, de forma a assegurar novos padrões de segregação, pelo viés, da produção desigual do solo urbano. Isso se deu basicamente em torno dos problemas referentes à moradia, especialmente os que se referem às áreas periféricas em direção ao Eixo de Expansão da Avenida Augusto Montenegro, fato este que esteve diretamente ligado à dimensão territorial pelo movimento de reprodução das relações sociais.

Por outro lado, ainda que as estratégias e circunstâncias mobilizassem a ação dos agentes sociais em direção as áreas de ocupação, não havendo, portanto, condições mínimas de habitação, isso foi fundamental para que surgissem novas territorialidades, por meio, principalmente, da especulação imobiliária que induziu relativa melhora no padrão das ocupações, que em grande parte, pode ser percebido atualmente nos novos padrões das residências, em que a maioria é revestida de alvenaria, como visualizado no gráfico a seguir:

Figura 8 – Gráfico sobre domicílios particulares permanentes por tipo das paredes externas (2010)



Fonte: Censo Demográfico (2010).

Elaboração: Adaptado por COSTA, A. C. S. (2019).

A evolução na melhoria nas características das residências de madeira/alvenaria, entretanto, mostra-se um tanto paradoxal, à medida que relacionamos ao progresso das residências a uma possível evolução econômica ou mesmo socioeconômico. Esses elementos constituíram-se não apenas para parâmetros, mas, de maneira a perceber que essa nova caracterização não teve efeito direto na redução da vulnerabilidade social.

Neste sentido, os ocupantes da área encontravam-se desprovidos de recursos, ou seja, estavam englobados em um espaço com inúmeros problemas sérios de ordem socioeconômica, física e sanitária como foi evidenciado no projeto “A Grande Cabanagem” (COHAB, 1992).

Nesse encaminhamento, foi possível perceber que os problemas estruturais estavam relacionados às características da topografia da área, como córregos que alagavam as ruas e os terrenos das residências, alguns trechos apresentavam “curvões” devido à retirada de material, as vias degradadas, as casas sem estrutura e sem definição. Com relação ao fornecimento de água e energia o governo se propunha a fechar parcerias com as concessionárias de serviço público, Centrais Elétricas do Pará (CELPA) e Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA).

Desta forma, a análise dessa nova produção do espaço urbano se fez necessária a partir da progressão da estrutura física e social, mediante as políticas públicas de planejamento e gestão territorial que foram pensadas para a organização e estruturação do bairro, que viessem contemplar a população, para isso analisaremos a estrutura de saneamento projetada em 1992.

A princípio foram realizadas análises da estrutura física da topografia do terreno, no então projeto Urbanizar 2, para “A Grande Cabanagem” (COHAB, 1992), foi feita a projeção para as demandas futuras de abastecimento de água e esgoto, elaborados a partir de informações

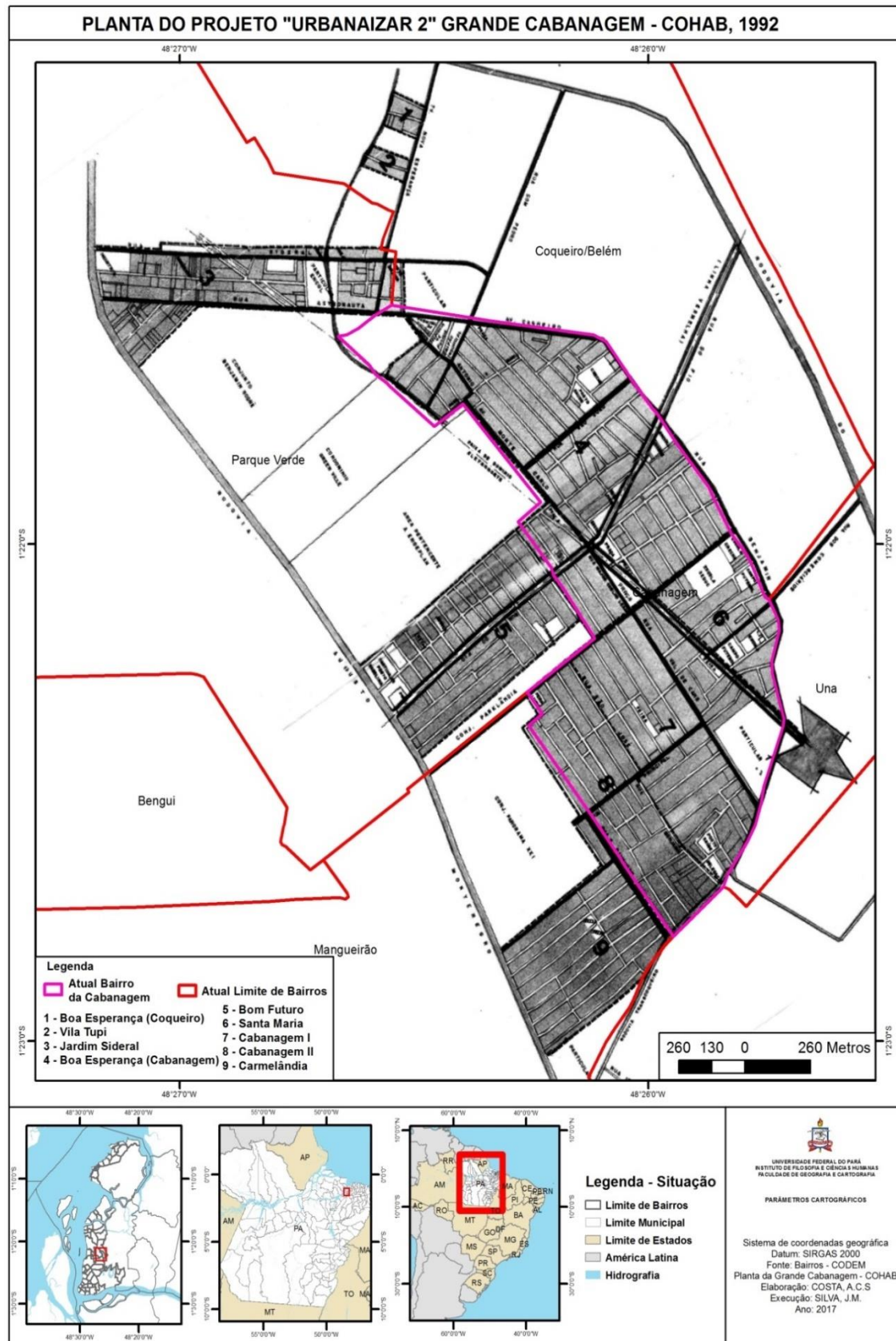
previamente definidos no estudo. Posteriormente seriam aplicadas ações estruturantes que contemplariam parte da população.

Neste sentido, podemos associar os primeiros ocupantes como pessoas que vieram do campo ou que foram forçadas a ocupar terrenos públicos e áreas alagadas, sem emprego, sem renda e com baixa escolaridade como fica evidenciado no estudo de 1992, como afirma Corrêa (1995, p.30), “traduzem na ocupação de terrenos usualmente inadequados para outros agentes de produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças”.

Não obstante, as pessoas que foram forçadas a sair do campo e dos centros da cidade pela especulação imobiliária, tiveram papel fundamental na produção e organização do espaço, tornando-se efetivamente agentes modeladores do espaço (COSTA, 2017). Tais quais esses são os verdadeiros protagonistas desse espaço, agentes esses que vivem a realidade do local e os processos de construção deste.

Dessa forma, no projeto “Urbanizar 2” se referia aos lotes Santa Maria, Cabanagem 1, Cabanagem 2, Boa Esperança, que segundo a COHAB (1992) seria atualmente o bairro Cabanagem, e constituído de 1.500 famílias, que estavam distribuídas em uma extensão territorial de 167.350.00 A planta do projeto nos mostra a divisão do bairro A Grande Cabanagem, que mostraremos nas imagens sobrepostas da planta do projeto Urbanizar 2 e a delimitação da atual delimitação de bairro.

Figura 9 – Mapa da Planta do Projeto “Urbanizar 2” A Grande Cabanagem – COHAB – 1992



Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Região Metropolitana de Belém (CODEM) e Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB, 1992).

Para a presente pesquisa a planta do projeto Urbanizar 2 foi de suma importância para que pudéssemos compreender a dimensão do polígono (Avenidas Augusto Montenegro, Mario Covas e Transcoqueiro). Esses eram os limites que englobavam os lotes da “A Grande Cabanagem”. A CODEM mais tarde redefiniu os limites de bairros, tornando possível a visualização anterior da divisão do bairro e a atual.

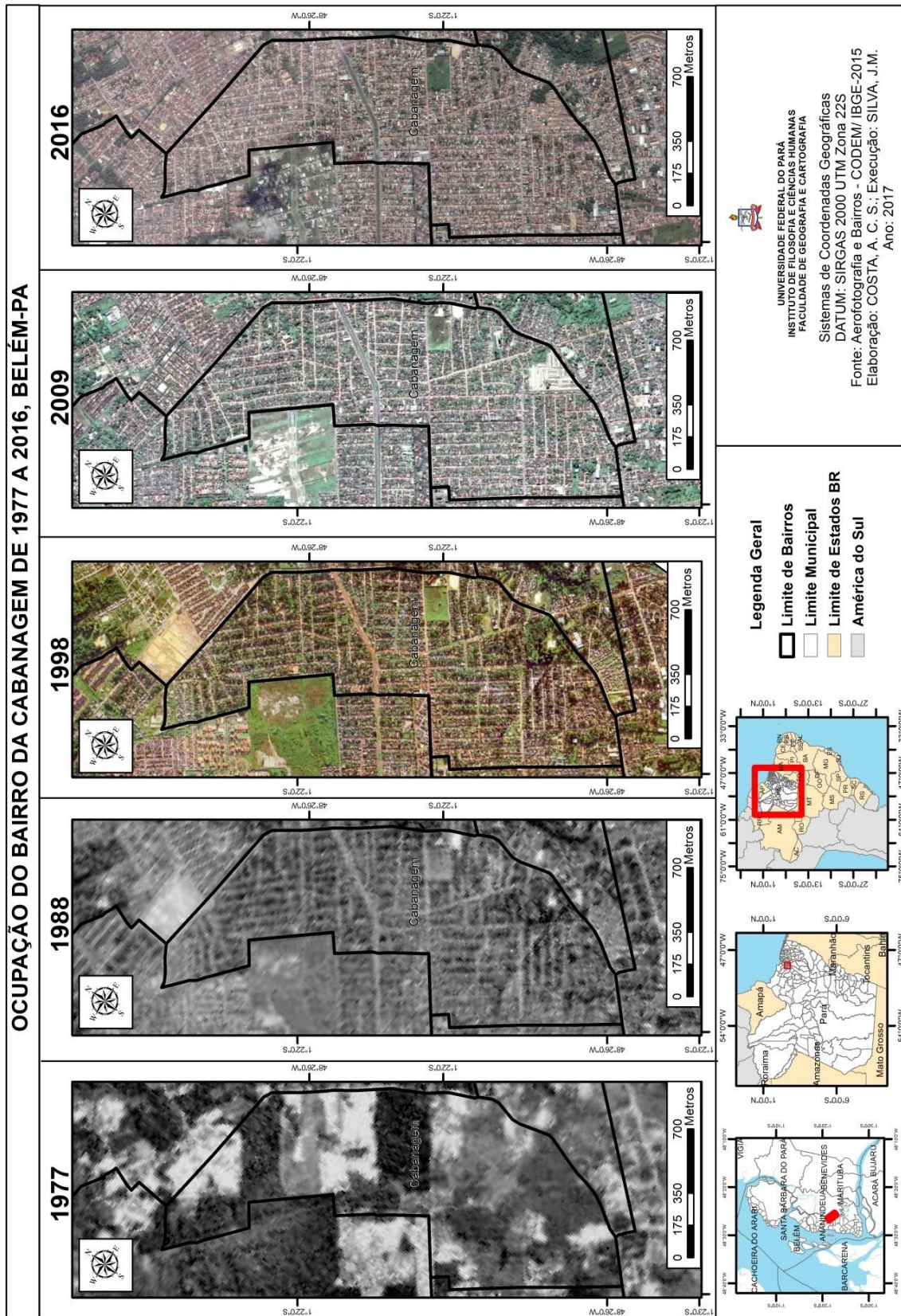
Considerando a pesquisa documental e a pesquisa de campo, ficou substanciado por meio de elementos (pesquisa de campo, documental e bibliografias) que o bairro tem cerca de 40 anos de existência, e o projeto “Urbanizar 2” foi de fundamental importância para compreendermos o histórico de formação inicial do bairro Cabanagem.

2.1.3 Expansão capitalista e a formação inicial do bairro cabanagem.

É possível dizer que a inserção de projetos de saneamento levou a gradativa valorização do solo urbano e a progressiva expansão da mancha urbana, o que acelerou a dinâmica de ocupação das periferias mais e menos distantes. Com isso, a disposição de novos empreendimentos habitacionais na área de expansão da Avenida Augusto Montenegro representou a inserção de infraestrutura, que naquele momento estavam concentradas nas áreas ocupadas pelos conjuntos habitacionais de baixa renda, construídos pelo Estado por meio de financiamentos da casa própria “(...) à autoconstrução e ao aluguel se soma outra possibilidade de moradia para alguns seguimentos das populações menos abastadas das periferias: o endividamento e o financiamento imobiliário (...)” (CARLOS, 2015, p. 124).

Desta forma, os anos que se seguiram as políticas de desenvolvimento econômico, se manteve baseado sempre no incentivo ao mercado da construção civil de baixa renda para a construção de conjuntos habitacionais. Essas representações mostram que os espaços menos valorizados se tornaram alvo de investimentos, dinamizando ocupações na área de expansão de Belém, que passou a ser ambicionado por novos agentes imobiliários. O que mostra alterações nas características físicas, morfológicas, sociais de adensamento populacional e de expansão da mancha urbana que foram alteradas em curto espaço de tempo, como nos mostra ilustração do mapa de progressão da mancha urbana referente aos anos 1977 a 2016 respectivamente:

Figura 10 – Mapa da Progressão da Ocupação de 1977 a 2016



Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Região Metropolitana de Belém (CODEM).

Em meados de 1977, é a época que ainda prevalece grandes adensamentos de mata fechada, sendo as moradias quase que inexistentes. Dessa forma, as que existiam estavam condicionadas ao meio rural, isso fica evidenciado ao analisar a imagem e relacioná-la com as outras, é possível dizer que há um gradativo movimento de repulsão dos habitantes do campo para o meio urbano. Nesse sentido, inicia-se o acelerado processo migratório para a área que ainda fazia parte da fazenda Santa Maria (TRINDADE JR, 2008).

No ano de 1988, a progressão da mancha urbana coincide com a fase inicial de ocupação do bairro Cabanagem, a imagem mostra a divisão das ruas e dos lotes, mas ainda percebemos muitas áreas em verde, sendo caracterizados como de vegetação. Esse momento, no entanto, nos permite considerar que esses aspectos estavam relacionados às pessoas que sobreviviam de atividades relacionadas ao campo e que passam, progressivamente, a depender de produtos e serviços caracterizados como urbanos.

Assim, a imagem que representa o ano 1998, é o recorte temporal que representa a configuração dos lotes, pelas primeiras ocupações espontâneas, em 1992, a COHAB delineou o projeto Urbanizar 2 que reconfiguraria a estrutura física da área. Nesse caso, se levarmos em conta a divisão dos aspectos da topologia da área, os indicadores permaneceriam parecidos referentes as condições de habitação dos moradores, que na sua maioria eram compostas de pessoas simples e desprovidas de educação e renda.

Segundo a imagem representada pelo ano de 2009, percebe-se o adensamento populacional consolidado, algumas pequenas áreas de vegetação. Assim, o bairro já apresentava certa infraestrutura, como algumas vias com drenagem e pavimentação asfáltica. Na imagem do ano de 2016, percebe-se a consolidação da mancha urbana, logo, é possível analisar a progressão das características físicas e sociais, que nos ajudaram a tomar como parâmetros os problemas de ordem social existentes. A utilização do bairro como fator de compreensão do espaço urbano, nos ajudará a abranger os vários problemas sociais “as áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de produção, reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais” (CORRÊA, 1995, p. 9).

Foi essa forma urbana que se impôs no bairro Cabanagem, onde mostra uma urbanidade repleta de contradições e que admite elementos que tem suas raízes na historicidade. O que contrastam com práticas e representações que são fundamentais para compreendermos a dinâmica de ocupação por meio de sua organização, estruturação e integração. Nesta configuração nos empenhamos em encontrar resíduos históricos no projeto “urbanizar 2” que

foi intitulado a Grande Cabanagem, no sentido de identificar temporalidades distintas que pudessem ter assimetria com a incorporação efetiva das relações sociais.

Isso nos leva a pensar no papel importante dos diferentes agentes com atuação no processo temporal de ocupação do bairro Cabanagem, conforme enfatizado anteriormente, na formação socioespacial em questão. Para isso, o processo de dispersão metropolitana será analisado mediante o estabelecimento de uma metodologia que utilizará de imagens de aerofotografias (ver as ilustrações 1 e 9) e de entrevistas com os moradores mais antigos, que fizeram parte do processo de ocupação, as quais dividimos em quatro fases.

Fase 1 (1972-1988), a partir da década de 1960 a política habitacional passou a ser um instrumento de mobilização da dispersão espacial, os conjuntos habitacionais foram fundamentais para redesenhar o espaço urbano em direção à Avenida Augusto Montenegro, conforme demonstrado (ver ilustração 2). Por meio desse processo de implantação dos primeiros conjuntos habitacionais (ver as imagens 1972 a 1988 na ilustração 2), nota-se a reestruturação espacial.

Outro elemento importante para entender o processo de desconcentração foram as entrevistas com os moradores mais antigos, sendo esses essenciais para encontrarmos vestígios de outras estruturas que fundamentassem o histórico de ocupação e formação do bairro. Foi preciso considerar, a dinâmica de ocupação do bairro a partir dos relatos dos primeiros moradores.

Na presente pesquisa, a Cooperativo Beneficente Cristo Redentor assumiu papel fundamental na construção do histórico de formação do bairro Cabanagem, particularmente o Entrevistado 1, fundador e atual gestor da instituição, pois sem suas informações e dos moradores dificilmente conseguiríamos detalhar a historicidade da área de estudo. Nesse sentido, é possível considerar, o legado da cooperativa beneficente Cristo Redentor como elemento explicativo.

Antes disso, nos relatou que sua chegada à área, foi em virtude de estarem procurando um espaço que pudessem construir uma área de lazer para a família, que fosse mais afastada do centro da cidade, onde vieram a encontraram o terreno situado na rua dos comerciários (antiga rua dos inocentes). No ano de 1968, a família chega à área que na época fazia parte do município de Ananindeua-PA, e ao sondarem a área que os interessava, dirigiram-se à prefeitura do município de Ananindeua no intuito de saber qual era a situação do terreno, a partir disso, descobriu que o mesmo pertencia a uma empresa chamada “Pará Eletric”, e encontrava-se em débito, sendo adquirido junto à prefeitura de Ananindeua em 1968, a partir de então se tornou propriedade de sua família.

Em 1972, os idealizadores da cooperativa beneficente, frente à pobreza do entorno decidem dar início ao projeto, com a entrada dos documentos na prefeitura de Ananindeua, que autoriza a fundação da cooperativa beneficente, a área passa a ser propriedade da instituição, sendo a família responsável pela gestão.

Em 1973, tem início o projeto que atenderá a comunidade, em 1978 é firmado convênio com a Secretária de Estado da Educação (SEDUC), passando a atender como escola, que fará parte de Ananindeua até meados de 1986, ano também do falecimento Dr. Paulo Cruz, idealizador do projeto, já em 1987 a Companhia de Desenvolvimento e Administração da área Metropolitana de Belém (CODEM) redefine a área como parte de Belém, é a época em que a área era propriedade da fazenda Santa Maria, que foi vendida para a empresa ERCI, que usará o espaço para a retirada de areia, barro e para despejo de resíduos asfálticos, deixando a área degradada, com enormes crateras e montanhas de entulhos.

Em 1987, o Cooperativo Beneficente Cristo Redentor já atendia uma demanda considerável de beneficiários, na sua maioria alunos que transitavam por dois caminhos de terra batida, que mais tarde seria Rua Benjamin e a Rua dos Comerciários, por serem trajetos de difícil acesso e ser área de mata, onde eram cometidos vários crimes como: estupros, assaltos e até mesmo para desova de cadáveres. Agregado a toda essa problemática, soma-se à procura por áreas de moradia e a possível dívida da empresa ERCI, fatores que potencializaram o sentimento de ocupação “invasão” da área.

Fase 2 (1988-1998), em meados do ano de 1988, tem início à ocupação que a princípio, se chamaria Santa Maria em alusão a fazenda que ali existiu, com poucos moradores, que se multiplicariam pouco tempo depois. Nessa dinâmica, os moradores ocupariam efetivamente área no período 1987/1991, que pertencia a empresa ERCI, que se encontrava em débito.

Nesse processo, os moradores mais antigos são fonte de arquivo, o entrevistado 2, de 70 anos, sendo um dos primeiros a ocupar a área e que reside a cerca de 30 anos no bairro, nos relatou que a princípio antes de ser intitulada de “A Grande Cabanagem”, na década de 1980, a área era uma fazenda chamada Santa Maria, que logo depois foi vendida para a empresa ERCI, que utilizava o espaço para depósito de resíduos asfálticos e retirada de areia para aterrar as áreas mais baixas no centro de da cidade, na Primeira Légua Patrimonial.

Segundo o mesmo morador, a ocupação da área foi impulsionada por força política, logo depois foi fundada a primeira associação de moradores chamada Santa Maria, e a primeira líder comunitária foi à senhora “Nara”. Os relatos também foram confirmados pelo Entrevistado 3 de 59 anos que reside há 28 anos no bairro e informou que o bairro também era utilizado como “cuvões” para a retirada de materiais, principalmente areia para a venda, outras características

citadas como a feira alagada, muitos córregos, esses também eram aspectos físicos da avenida independência, que na atualidade corta o bairro.

O entrevistado 4 de 87 anos, reside a cerca de 30 anos no bairro, relatou que o principal motivo de sua vinda para o bairro foi para trabalhar com a retirada de areia nos “curvões”, confirmou que a área também era utilizada para depósito de pinche e entulhos. Com isso, os relatos foram fundamentais, no sentido de se construir uma aproximação dos fatores estruturais e sociais, que caracterizassem as condições precárias que o bairro se encontrava na época, como as próprias vias.

Figura 11 - Rua Benajamin década de 1990



Fonte: Acervo Cooperativa Beneficente Cristo Redentor.

Nessa dinâmica, o crescimento da área de expansão de Belém não foi acompanhado de políticas públicas, que minimizassem a fragmentação socioespacial. O que se observa são várias naturezas de ocupação da Área de Expansão, a construção de um mosaico de formas (SOUZA, 2016), que é resultado de diversas estratégias que estão condicionadas às realidades individuais e coletivas de sobrevivência, ou seja, marcadas por interesses econômicos, sociais e culturais, que competem por privilégios de melhores localizações.

Pelas informações contidas, percebe-se claramente que, as alterações verificadas na área de expansão do espaço metropolitano de Belém foram resultado de anos de incentivo de políticas de ocupação, que resultaram em um recorte socioespacial de localizações e atividades, diferente do que se observa na central da Primeira Léguas Patrimonial.

Dessa forma, o avanço no processo de ocupação do bairro Cabanagem, acelerou a transformação do espaço natural para espaço urbano, que aconteceu de forma gradativa; aos poucos, a cobertura vegetal foi sendo substituída por novas formas de organização espacial das diferentes classes sociais, acelerando o ritmo na dinâmica urbana. Com isso, o espaço é caracterizado pelas construções humanas “(...) isso quer dizer que a essência do espaço é social, nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, o espaço é tudo isso e mais a sociedade (...)” (SANTOS, 2014, p. 12).

Indiscutivelmente, a área de ocupação do bairro é um produto resultante das transformações empreendidas, principalmente, pela população que a ocupou, particularmente de forma precária, com autoconstruções, sendo ao mesmo tempo condição da dinâmica de procura por moradia, que está em constante movimento, assim, suas características são alteradas constantemente pelos agentes que fazem uso do espaço.

Fase 3 (1990 – 2000), a ocupação do bairro esteve associada aos conjuntos habitacionais, sendo também expressões do crescimento da mancha urbana nas décadas de 1990 e 2000, como também, pela disseminação dos condomínios horizontais fechados; os quais foram fundamentais para a reestruturação de novos parâmetros de ocupação, que representaram uma nova feição na dinâmica urbana, diferente daquela presenciada na década de 1960, como no centro urbano tradicional, como afirma Trindade Jr. (2016, p. 58):

A partir de levantamentos efetivados pela COHAB-PA, com vistas à realização de projeto que consistia na urbanização de terrenos ocupados na área de expansão, constatou-se, que, grande parte da população residente nessas áreas de ocupação na década de 1990, procedia do interior do estado. Da mesma maneira, em pesquisa realizada pela Caixa Econômica Federal para traçar um perfil dos moradores de conjuntos habitacionais “invadidos” na RMB, foi constatado que quase 50% dos entrevistados eram procedentes do interior do estado.

Daí a necessidade de se analisar as formas de ocupação do espaço, como uma forma espacial resultante do processo de produção de localizações diferenciadas pelos agentes produtores e como essas estão diretamente relacionadas à expansão da mancha urbana. A produção do espaço, principalmente na área de expansão e dispersão da cidade de Belém, é fator primordial para análise das formas de ocupação, a evidenciar as formas de territorialização dos grupos e dos arranjos espaciais que caracterizam a área de dispersão como lugar de intensa fragmentação socioespacial.

Assim, é possível compreender que na história de formação do bairro Cabanagem, encontram-se resquícios de um mau planejamento que não foi concretizado, onde atualmente percebemos baixa estrutura seja ela familiar e socioeconômica ou até mesmo do Estado. Ao nos referirmos à formação de assentamentos nas áreas de expansão urbana, é importante considerar

os locais excluídos do centro da cidade em condições degradantes, é fato marcante que esses espaços se tornem sinônimo de áreas com alto nível de vulnerabilidade. “Esse é um dos sintomas da exclusão que, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão à subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subdesemprego e o emprego mal remunerado” (CORRÊA, 1995, p. 29). Neste sentido, as análises do processo histórico de ocupação do bairro Cabanagem juntamente com os índices de indicadores sociais apontam para a estagnação socioeconômica dos moradores. Com isso, é possível perceber que a fragmentação socioespacial contribui para a vulnerabilidade social.

Fase 4 (2010 – atualidade), costuma-se apresentar a mediação do processo de ocupação e suas implicações, como elemento crítico do padrão de fragmentação socioespacial, na verdade, esse padrão é definido por vários processos, que vão do grande aumento no contingente populacional, até a especulação imobiliária. Essas variáveis colocam-se como elemento importante, uma vez, que as ocupações “espontâneas” foram impulsionadas pela desconcentração urbana.

Diante dessas considerações, as desigualdades corroboram para a exclusão social dos grupos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, essas são características específicas de grande parte das regiões metropolitanas. Logo, soma-se todo tipo de segregação, sendo um dos problemas dos “bairros miseráveis de periferia uma das facetas dramáticas do problema urbano” (BEATO, 2008 p. 17).

Dessa forma, a população é refém da única alternativa de moradia, ou seja, encontra-se em condições socioeconômicas de não ter como escolher uma moradia decente, ou mesmo em alugar um local melhor para residir, são sujeitos a ambientes insalubres e “a habitação é desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação descente e, muito menos, comprar um imóvel” (CORRÊA, 1995, p.29).

A desordem e a degradação dos ambientes físicos juntamente com a precariedade dos serviços públicos cooperam para o aumento da vulnerabilidade social. Isso se deve ao fato de fazerem parte do desenvolvimento e qualidade de vida dos indivíduos, mas, não é esta a realidade do bairro, haja vista, os serviços ofertados pelos órgãos públicos serem deficitários (distribuição de água, esgoto, educação), além da precariedade das vias, como mostram as imagens:

Figura 12 - Passagem Conego



Fonte: COSTA, A. C. S. (2018).

Procurando compreender a reestruturação espacial, observamos que, mesmo com a significativa melhora na estrutura urbano na área ao longo dos anos, por meio, das características das residências e das vias, ainda perduram muitos espaços de com alta vulnerabilidade social e que os agentes territoriais estão territorializados de forma distinta no interior do bairro.

Em decorrência disso, a ideia de que ambientes marcados pela pobreza e pela falta de serviços básicos estão ligados à estagnação social, econômica e educacional da população reside nas periferias é mais grave. Trata-se, portanto, de se analisar alguns padrões que têm sido mencionados para descrever o processo de segregação urbana, características que estão relacionadas à territorialização de grupos criminosos (traficantes, milicianos, homicidas, latrocinas etc...), principalmente, em áreas de acentuada pobreza (BEATO, 2008).

É importante considerar, a análise da dinâmica espacial, observamos que, o processo de expansão da malha urbana contribui para a precariedade dos assentamentos periféricos, isso nos leva a pensar no papel importante dos diferentes agentes territoriais e na sua atuação local. Esse padrão de segregação proporcionou a existência de conflitos e forças de maneira mais presente na produção do espaço (aglomerados), que se fez a partir da apropriação de diferentes formas de interesse. Considerar essa pluralidade de formas, procurando entender, então, a forma fragmentada delineada pelos agentes locais é fundamental, conforme a imagem:

Figura 13 - Rua do Tubo



Fonte: COSTA, A. C. S. (2018).

A apropriação/dominação desigual possibilita vislumbrar a complexidade do espaço urbano (SOUZA, 2005) por meio das condições e do desenho da malha urbana. Por sua vez, espaços segregados não contribuem para o acesso de serviços públicos, na realidade são “becos, vielas e ruas sem saída compondo um labirinto que dificulta bastante às atividades” (BEATO, 2008 p. 20), que favorecem a territorialização dos agentes territoriais locais.

Sobre isso, ocupação do bairro Cabanagem se mostra favorável à ampliação da segregação, abre a possibilidade de se analisar determinações estruturais definidas a partir do processo de produção da Área de Expansão. Isso em grande medida ocorre inicialmente por se tratar de um bairro recente, e isso, contrasta com as poucas informações que se têm disponíveis para o público acadêmico ou geral. Sem o apoio dos moradores mais antigos, dispostos a descrever suas histórias de chegada ao bairro, à pesquisa bibliográfica e a Célula Executiva de Regularização Patrimonial (COHAB/CREPE), a qual nos cedeu os dados sobre o projeto “Urbanizar 2 – Grande Cabanagem” seria praticamente impossível desenvolver uma pesquisa sólida sobre o bairro.

Assim, essa Dissertação de Mestrado poderá auxiliar em novos trabalhos acerca da ocupação ao longo da Avenida Augusto Montenegro, mais especificamente, do bairro Cabanagem. Esse, ainda é um bairro habitado por uma população pobre, com graves problemas de infraestrutura, além de ser marcado por sucessivas e novas ocupações irregulares ao longo dos anos. Nota-se, portanto, que a realidade atual do bairro só pode ser observada através da compreensão de como fora ocupado ao longo dos anos e como o Estado atuou dentro dele.

Neste sentido, ao analisarmos o processo histórico de formação e a atual configuração do bairro, é possível afirmar que o bairro não passou por grandes transformações no que se refere à questão social. Com isso, percebe-se uma complexa territorialização de múltiplas territorialidades dos diversos agentes territoriais locais que estão em constante processo de ocupação, onde o que podemos notar são diversos conflitos e a formação de áreas de tensão, que se consolidam a partir do grande número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

CAPÍTULO 3: CONTROLE DO TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER

O presente capítulo tem como finalidade apresentar as características que estão inseridas internamente ao território do bairro Cabanagem e para isso foi estudado o fortalecimento de estratégias ditas às vezes de controle, as quais na verdade, representam territórios a margem da territorialidade tradicional do Estado, a exemplo o tráfico de drogas, milícias e o próprio Estado. Inúmeros são os exemplos, a nível local, que devem ser alvo de aprofundamento de nossas investigações, a fim de “esclarecer as formas próprias de territorialização” (HAESBAERT, 2014 p. 147).

Nesse caso, uma das formas que podemos identificar são os grupos ou seu poder de territorialização, no qual passa a existir na lógica espacial zonal, contudo, isso não nos impede de analisar a mesma situação em rede, é claro que nem toda rede é expansiva, e nem toda zona é limitadora, uma vez que, percebemos a homogeneidade tanto das milícias quanto do tráfico de drogas e também, do Estado que atuam no bairro. O mais importante é perceber que os territórios podem ser vistos como forma de apropriação/domínio territorial, na medida que, deliberadamente ou não, representam a imagem material/simbólico da expansão dos grupos.

Por outro lado, esse processo de territorialização tem sido marcado pelo uso do poder, poder esse que aparece de forma extrema, onde a face mais perversa estar encravada no contingente de CVLI's, que são registrados anualmente no bairro, para escala de tempo deste trabalho, 2013 a 2017, foram computados um total de 219 (SEGUP, 2016). É importante acrescentar, inicialmente, que a grande maioria desses crimes foram cometidos por arma de fogo, em um total de 192, isso mostra o poder de intencionalidade em eliminar um rival.

Essas zonas de tensão criadas a partir de conflitos por territórios de influência são responsáveis por alimentarem altos índices de mortalidade, na medida em que se trata, efetivamente, da territorialidade dos agentes Primários, os quais têm como finalidade construir e exercer controle sobre seus territórios. Obviamente, cada período representa novas manifestações e configurações territoriais, o mais relevante é perceber que os conflitos estão associados direta e indiretamente a constante reconfiguração territorial dos agentes territoriais Primários, e, é essa lógica que afeta de forma material/imaterial os agentes territoriais Secundários.

Podemos afirmar, ao mesmo tempo, que todo o processo de territorialização que se fez presente no bairro, esteve associado à ação desigual de forças sobre/com o espaço, ou seja, implica falar que os CVLI's correspondem a estratégias de poder efetivadas no/com/através do espaço, sobretudo, ao atentar para as múltiplas formas de divisão/recorte espacial, levando em consideração a questão material/simbólica de dominação territorial.

Nessa trama complexa e territorialmente mutável de expansão territorial, percebemos uma série de inclusões/exclusões, que implicam ao mesmo tempo em um ordenamento com efeitos direta e indiretamente perturbadores para os que usam o espaço como local de sobrevivência.

3.1. A REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DOS AGENTES TERRITORIAIS PRIMÁRIOS

O presente trabalho tem como finalidade compreender o papel representativo dos diversos agentes territoriais locais, a partir da análise dos dados levantamentos em trabalho de campo, no qual foram entrevistados moradores, lideranças comunitárias, transeuntes, trabalhadores de unidades de saúde, trabalhadores de escolas, comerciantes, feirantes, moto taxistas e agentes de segurança pública, os quais serão chamados de agentes territoriais Secundários, que fazem parte da dinâmica do bairro Cabanagem. Dessa forma, as entrevistas foram fundamentais para que compreendêssemos quais agentes territoriais estavam ligados direta e indiretamente as relações de poder.

Com isso, pode-se notar no decorrer da pesquisa as transformações referentes ao controle territorial presentes no bairro Cabanagem, muito em função do elevado número de mortes violentas. Diante disso, fica evidente que a análise do panorama, concreto e abstrato, não é nada simples. O que existe é uma tendência bastante clara de conflitos por território, em maior ou menor grau, apontam para o envolvimento de traficantes, milicianos e o Estado, esses classificados no presente trabalho como agentes territoriais Primários, ligados diretamente a dinâmica de CVLI.

Por mais plausível que possa ser a hipótese de uma vinculação entre os agentes territoriais Primários e os CVLI's, o assunto carece de maiores esclarecimentos pelo conjunto de todos os elementos envolvidos. Nesse contexto, é fundamental destacar que as entrevistas foram fundamentais para que identificássemos a territorialidade de cada agente territorial e suas formas de atuação e influência no processo de territorialização.

Destaca-se, dessa forma, que tomemos como tráfico de drogas o “o varejo de tráfico de drogas” que nos termos de Souza (2005) caracteriza-se como pequenos traficantes que operam na escala local e que tem a distribuição bem definida (aviãozinho, gerente, vapor, olheiro). Por seguinte, listamos as “milícias” que segundo Souza (2008) é um fenômeno exclusivamente brasileiro, eles fazem parte de uma tendência mundial de privatização da segurança pública. Decorrente, principalmente, da insuficiência/incompetência ou da falência das forças policiais, observa-se também a privatização da “segurança/vigilância” de áreas de comércio e de outros

mecanismos que integram a economia do bairro, exemplo disso são os pontos de moto taxistas, a feira, lojas e mercadinhos.

É nesse ambiente de des-controle territorial que as milícias agem, “(...) eles matem fortes vínculos com o aparelho de Estado” (HAESBAERT, 2014, p. 139). Dessa forma, num sentido mais específico, é interessante, ainda mencionar outras formas de violência que o Estado tem praticado de diferentes maneiras “(...) às vezes morre pela mão da polícia por está “fragado” a polícia manda parar e corre, e por não parar acaba sendo vitimado pela própria polícia” (E18). Esses locais seriam avaliados como concentradores de criminalidade pelas forças policiais, conseqüentemente, considerados como áreas “vermelhas”. Como tais, colocam constantemente qualquer um como uma vítima em potencial de CVLI.

Então, se partimos do princípio de que os conflitos por território são estabelecidos a partir de um território comum, e novas formas de regulação, ainda mais excludentes surgiram, o Estado então perdeu o controle sobre várias áreas. Esse recuo do Estado possibilitou o surgimento de novas territorialidades como as milícias “Ordenados por policiais corruptos, em meio a esquemas de extorsão amplamente disseminados, os traficantes viram seus lucros caírem ainda mais ao perder, territórios” (SOUZA, 2008, p. 66). Neste contexto, a CPI das milícias (2014, p. 51), define o termo

(...)“milícia” é inadequado, pois, para eles, “tratam-se de gangues formadas por policiais e ex-policiais que vendem segurança contra eles próprios”. Para Domício, o conceito de milícia é: “arranjo de gente armada querendo prover segurança fora da lei. Todo e qualquer grupo que age de forma ilegal.

É importante destacar que as milícias que atuam em Belém, surgiram a partir da primeira década do século XXI, deste modo, fazem parte do contexto urbano e tem como local de origem o bairro do Guamá. Suas primeiras ações ocorreram inicialmente “(...) na região do Riacho Doce na fronteira entre os bairros do Guamá e da Terra Firme, uma área crítica em termos de contrastes sociais, “cercada” pela criminalidade e pela atuação precária do Estado” (CPI das MILÍCIAS, 2014, p. 56).

As milícias hoje em Belém se apresentam enquanto uma forma de “segurança privada”. Em função da falha nas políticas de segurança pública, “os fenômenos de violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança dos seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano (PEDRAZZINI, 2006, p. 99).

O mais dramático a constatar é que, o enraizamento das milícias, reproduziu no processo de territorialização uma cadeia de conflitos. Mais do que a existência de conflitos por territórios de domínio, a instalação de milicianos acirrou os conflitos e disputas com e pelo espaço, resultado foi um novo arranjo espacial (SOUZA, 2005).

Ainda que com variações territoriais importantes, é notório que as milícias têm ocupado uma parte do espaço do bairro onde é mais lucrativo “área de comércio”, muitas vezes, são eles que oferecem “segurança”. É mais ou menos isso que se passa com os pontos de moto taxistas e pequenos comércios, antes “administrados” pelo tráfico de drogas, em meio a pagamentos de taxas de segurança “(...) *aí agente fica no meio dessa guerra por que se agente paga o tráfico de drogas para rodar agente corre o risco de ser morto pela milícia e se pagar para a milícia corre o risco de ser morto pelo tráfico*” (E19).

Na atual conjuntura o Estado tem extrema importância, enquanto agente promotor de ações de infraestrutura, uma vez que direciona seus recursos para áreas não periféricas (CHAGAS, 2014). O que se tem, no fundo, e não raro são espaços com diversas formas de mecanismos de exclusão e desigualdades que marcam as regiões metropolitanas, o que se traduz em “(...) bairros miseráveis de periferia é uma das facetas do planejamento urbano” (BEATO, 2008, p. 17), estes fatores reforçam a ideia de que as mortes violentas tendem a concentra-se em áreas pobres. Outro elemento importante a ser considerado são as ações truculentas de agentes da segurança pública, uma vez que muitos jovens têm sido vitimados nas periferias, principalmente, após homicídios/latrocínios de policiais.

Na maioria dos casos, os CVLI’s estão relacionados a disputas por territórios, corroboram para isso o fato de serem espaços que tem pouca influência/ausência de ações dos agentes que representam o Estado, o que reforça a linha de pensamento Raffestin (1993), ao afirmar que não há vazios de poder. Ou seja, quanto menor é a presença do Estado maior será o número de CVLI, bem como a territorialização de agentes criminosos ligados ao tráfico de drogas e as milícias.

3.2. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E A PRODUÇÃO DE CVLI NO BAIRRO CABANAGEM

A multiterritorialidade marcada pela descontinuidade dos territórios representa um grande desafio na análise dos CVLI’s. Essas condições de produção da violência estão relacionadas ao nosso entendimento a “grupos de extermínio” trata-se de um processo marcado pelo uso do poder, que podem estar ligados aos agentes territoriais Primários, neste trabalho foram definidos como: “traficantes, milicianos e o Estado”.

É nesse contexto, que os conflitos por território entre os agentes territoriais locais existentes no bairro salientam a importância da temporalidade a ser considerada, no sentido de compreender o processo de territorialização. Em consequência dos elementos acima referidos, verificar-se que o aumento dos CVLI’s, a partir desta realidade, relacionam-se com a dinâmica

de conflitos por território de influência (CHAGAS, 2014). Com base nisso, os conflitos emergiram em torno da apropriação/dominação, evidenciam no tempo e no espaço em processos que alternam continuamente a dinâmica de poder, em momentos distintos, é possível perceber a fragmentação territorial representada pelos agentes territoriais Primários em busca de expandir suas territorialidades.

Desse modo, a ampliação e consolidação da territorialidade dos agentes territoriais locais estão associadas a espaços caracterizados como periféricos, isto é, espaços de infraestrutura precária, ou nos termos de Rogério Haesbaert (2014) “des-controle territorial”. Nesta conjuntura, a precarização das periferias se mostra favoráveis à construção de espaços marcados pelo receio de conflitos entre as territorialidades dos agentes territoriais Primários. Este fato induz, em um primeiro momento, em conflitos que se originam a partir das relações de poder, de cenários tendenciais extremamente preocupantes, isso tudo origina e agrava, simultaneamente, a complexificação da questão urbana nas periferias (SOUZA, 2005).

Essas condições são afirmadas pela troca de poder a partir dos conflitos, essa troca constante de poder faz com que a territorialização seja agravada, ano a ano, de forma extrema pelo aumento dos CVLI's. Sobre isso, é coerente pensar que a divisão territorial perpassa por uma lógica de apropriação/dominação que pode se dar de maneira material/imaterial, pacífica ou conflituosa, uma vez, que as formas de territorialização irão ser fundamentais para entender a sobreposição de relações, as quais irão ser expostas em um quadro síntese.

Figura 14 – Quadro da síntese dos agentes territoriais Primários e Secundários

Agentes Primários	Relação direta	Relação Indireta
Tráfico de drogas	Moto taxistas, Policiais, entrada/saída de moradores e veículos e criminosos.	Moradores, trabalhadores da saúde, da educação, alunos, lideranças comunitárias.
Milícia	Comerciantes, Lojas, Mercadinhos, Box, Açougues, Agentes de segurança pública e Ex Agentes, Feirantes, moto taxistas	Clientes, moradores, “criminosos”, órgãos de fiscalização (SECON).
Estado	Agentes de segurança, ausência de equipamentos sociais, infraestrutura.	Moradores, transeuntes, Lideranças comunitárias, Estudantes.

Elaboração: COSTA, A. C. S. (2020).

Mais que analisar a dinâmica de uma densa multiterritorialidade – ou de modo semelhante, da intensificação das relações de poder que se estabelecem na micro escala. As conexões e os fluxos instituídos pelo tráfico de drogas afetam direta e diretamente a territorialidade de moto taxistas, policiais, lideranças comunitárias moradores e até mesmo de criminosos, na medida em que, podem ser coagidos a obedecer à lógica do tráfico de drogas, exemplo disso, são os códigos criados como: desligar as luzes dos veículos ao adentrar em algumas ruas, muros com os códigos das facções, assim como (E10) *“policiais corruptos que só vem pegar a sua parte, como agente ver por aí a polícia parada aonde não deveria”*.

É importante destacar que o tráfico de drogas e as milícias exercem poder de forma parecida na dinâmica territorial, que se separa e distingue claramente nas áreas de influência, as milícias têm seus territórios bem demarcados (E19) *“há uma guerra pelo domínio dos pontos comerciais e também dos pontos de moto taxistas e essa briga pelo comércio, os principais pontos comerciais do bairro*. Por sua vez, a territorialidade do tráfico de drogas, do ponto de vista deste trabalho, correspondem a áreas de difícil acesso e mobilidade (E12) *“em muitas ruas não tem como entrar viaturas e mesmo motos entrarem, várias ruas, isso se podemos chamar de rua, é uma situação ruim até pra nós que moramos aqui”*.

Dentro dessa complexa imbricação entre redes e áreas ou zonas, precisamos então, a partir daí, analisar a “Territorialidade num sentido mais efetivo, seja ele material ou imaterial” (HAESBAERT, 2014, p. 64). A territorialidade do tráfico de drogas, milícias e do Estado mais amplo que o território, ou seja, momentos exercendo relações reticulares e momentos contíguos.

É notório, de qualquer modo, a ausência do Estado de forma efetiva acarreta importantes consequências em matéria de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial do espaço urbano (SOUZA, 2008). A ineficácia do Estado estimula e parece incentivar a expansão dos CVLI's, e este, por sua vez, mesmo que indiretamente, termina por alimentar novas formas de organização com feição e caráter violento.

A referida fragmentação reduz a mobilidade espacial. Sobre isso, é fundamental trabalhar o território e a territorialização na multiplicidade de suas manifestações, representados pelos múltiplos objetivos envolvidos. É importante notar que um dos fatores que talvez explique a territorialização das múltiplas territorialidades “multiterritorialidade”, é a forma de uso do espaço “apropriação/dominação” do urbano, como um lugar resultante do processo de produção das localizações diferenciadas pelos agentes territoriais Primários.

A isso se reforça que a organização interna dos agentes territoriais Primários altera a dinâmica na microescala, na busca pelo poder e pelo domínio do território de influência, muitas vezes, marcadas pelos CVLI's. Esses entendimentos devem estar sempre associados a

concepções de territórios correspondentes, é igualmente relevante qualificar a territorialidade e a interferência/ligação com outras formas de organização territorial.

A caracterização e interferência dos agentes territoriais Primários na dinâmica territorial é algo que merece bastante cautela. Ao mesmo tempo, que também há interferência, direta ou indireta, determinada ou não, na organização dos agentes territoriais Secundários. Exemplos de interferências não deliberadas indiretas são as consequências dos confrontos entre as os agentes Primários “(E23) *milícias fazem a segurança dos açougues e também lojas grandes, aí eles estão em constante alerta por causa do tráfico que já tentou matar eles, eu acho que morre muita gente por causa dessa guerra*”, que assombram e, no perímetro, forçam a reorganização do espaço de acordo com outras lógicas.

Para além das especulações fundamentadas, fatos constatados pela ação deliberada direta são as constantes ameaças reais de morte, no caso do tráfico de drogas, passam a reordenar o espaço. A isso se acrescenta a ação da milícia, que ocorre quando há algum veto ou exigência de modificação da dinâmica local, principalmente, por territórios de atuação e financiamento da de suas atividades “(...) *milícia aqui na feira que faz segurança para os comerciantes maiores, tem até uns que eram policiais como o cabo “jesus”, aí todo nós temos que pagar um valor para trabalhar aqui na feira (E22)*. Isso sem contar, obviamente, as alterações ou outros efeitos causados na população após a execução de um desafeto.

Outros exemplos de arbitrariedade e mesmo crueldade contra os agentes territoriais Secundários são visualizados no poder discriminatório das ações do Estado. É notável, de qualquer modo, que o Estado interfere de forma direta na dinâmica do bairro, uma vez que deixa de direcionar investimentos em segurança, equipamentos sociais e na própria infraestrutura do bairro.

Não é apenas a falta de segurança ou mesmo a ausência de serviços básicos que residiria todo o problema. Nota-se ainda, que muitos crimes são cometidos após a morte de um agente de segurança pública, conforme a entrevista (E22) “(...) *quando sabe que um criminoso estava envolvido na morte de policial acaba sendo morto, às vezes morre inocente eles (polícia) querem vingar de qualquer forma*”. Essa percepção pode ser notada pela distribuição desigual das mortes que estão calcadas em uma biopolítica estatal de gestão do espaço urbano, entendendo que há uma simbiose entre espaço e os CVLI’s na produção de territórios da violência.

Essas concepções espaciais que as periferias urbanas pobres e violentas são concentradoras das estatísticas de CVLI’s aparecem simultaneamente como produto de disputas por territórios de influência e das condições estruturais que estão presentes nas periferias. Para

complementar esse quadro, a vulnerabilidade social dos grupos excluídos favorece diretamente a perpetuação do controle dos grupos sociais marginalizados (SOUZA, 2008).

Nessa perspectiva, o poder disciplinador que se instaura na gestão da vida social, a biopolítica, cria aqueles que são desviantes da vida saudável e assim, para o bem da sociedade, podem morrer. Para Michel Foucault (2008), ao estimular o crescimento da vida, a morte aparece não como imposição, mas como um benefício para a vida de todos e, sendo assim, a morte do outro, a morte do degenerado, é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, criando-se assim a possibilidade de “mortes aceitáveis” e até “desejáveis” socialmente.

Nesse contexto, são os aparelhos biopolíticos que criam a ideia do “outro”, aquele “anormal” que não está enquadrado ao perfil da normalidade em que a sociedade elege e que, por isso, tornam-se matáveis “legitimamente” quando se forja um padrão preestabelecido (FOUCAULT, 2008). A dinâmica de mortes violentas exercida entre os agentes territoriais locais tem afetado de forma característica um público em específico, que são na sua grande maioria homens jovens e sua espacialização nas periferias pobres não deixa dúvidas de que o bairro está produzindo dispositivos capazes de produzir uma massa de cadáveres.

Além do mais, as mortes violentas fazem parte de uma realidade considerada necessária para a manutenção da vida considerada qualificada (FOUCAULT, 2008). Isso tudo é intensificado pela insensibilidade de parte da sociedade pelo genocídio das periferias urbanas, se constrói cotidianamente pela desumanização dos “outros” por meio dos discursos que permeiam instituições econômicas, políticas e culturais.

3.1.1 A representação da dinâmica dos CVLI's no bairro Cabanagem

A questão inerente aos Crimes Violentos Letais Intencionais e a possível relação com os agentes territoriais Primários, estão vinculadas às disputas por território de influência “Os agentes territoriais (...). Seriam classificáveis como verdadeiros agentes sintagmáticos atuantes” (REIS NETTO e CHAGAS, 2018, p. 3). Neste contexto, o Estado do Pará, em especial a cidade de Belém, estas manifestações estão particularizadas, em conformidade, com as especificidades do espaço urbano e das relações sociais que nele tem seu palco de processos sociais menos ou mais gerais, que se originam e operam na escala local (SOUZA, 2005).

É importante destacar que, o papel da pesquisa não se restringe apenas a busca da descrição das atividades, mas, absorver as relações entre os dados de localização, dinâmicas entre os lugares e os modos de reprodução de vida a partir das mudanças geradas em torno de conexões altamente conflituosas. O que tem sido evidenciado via conflitos envolvendo os agentes territoriais Primários e Secundários. As repercussões dessas atividades criminosas têm

sido inúmeras, dentre as quais as mortes contra agentes de segurança pública têm ganhado destaque especial.

Embora numa perspectiva distinta, de cunho impositivo, não haja dúvida de que o Estado se projetou como um padrão pretensamente violento nas periferias dos bairros pobres e fragmentados. É o que ocorre, por exemplo, após a morte de um policial, vários são mortos, culpados ou não, basta ser caracterizado como “vagabundo” termo usado pela polícia nas periferias “(...) após as mortes de polícias outros morrem em resposta aos outros crimes aí, fica esse confronto entre a polícia e o crime e nunca acaba, sem fim (...)” (E18).

Isso não nos impede, contudo, de considerar uma espécie de dialética territorialização/desterritorialização em que esses processos são representados em um contexto de violência por vários agentes territoriais locais (HAESBAERT, 2014). Cabe, então, pensar que o Estado via recriminação policial tem usado de corrupção e força extrema nas áreas pobres “(...) torna-se cada vez mais constante o exercício predatório de corrupção e violência por parte da polícia nesses territórios” (COUTO e BEATO, 2019, p. 4), o que também, eleva o número de mortes. É esse ambiente de des-controle territorial (HAESBAERT, 2014), entre os agentes territoriais locais, dentro de uma lógica territorial instável que “a precarização social tem, de alguma forma, que ser contida por novos mecanismos de controle ou de contenção social. “Controlar” a massa de despossuídos (...)” (HAESBAERT, 2014 p. 141). Na realidade, a esses fatores imperam o poder do Estado capitalista em reconfigurar a organização do espaço de acordo com “seus” interesses.

Há ainda o caso mais específico das milícias que nos últimos anos ganharam destaque, diante dessa ampliação, policiais e ex-agentes de segurança pública corruptos, por sua vez, ajudam a expulsar grupos rivais de um determinado território (HAESBAERT, 2014; SOUZA, 2005, 2008; COUTO e BEATO, 2019). Isso não significa, entretanto, um vazio de poder, mas, sim um recuo do Estado, originando até mesmo, novas formas de territorialização.

Esse novo padrão de territorialização, só pode surgir em ambientes de relativa instabilidade e desordem, soma-se a isso, o enfraquecimento dos sistemas de proteção social. Devemos enfatizar então, que na atual conjuntura do bairro os fatores relacionados às condições socioeconômicas e infraestruturais e o enfraquecimento do Estado têm contribuído para o grande número de mortes violentas.

Da mesma forma como as aglomerações urbanas são caracterizadas por alguns autores (BEATO, 2008; SOUZA, 2005, 2008; CHAGAS, 2014; CHAGAS *et al*, 2014) como fatores de predisposição ou facilitadores para a ocorrência de conflitos por territórios de influência. De uma forma geral, a análise dos números de mortes violentas dos bairros que integram a Região

Metropolitana de Belém (RMB), assim como o bairro Cabanagem fazem parte do rol de *áreas vermelhas*.

Nesse sentido, o avanço sobre os resultados demonstram que os crimes violentos letais intencionais por arma de fogo no bairro Cabanagem têm proporção que se assemelha aos grandes centros urbanos (ANDRADE e DINIZ, 2013), se apresentando de forma não homogenia em termos de sua distribuição entre os sexos e as faixas etárias, os homens jovens são colocados em destaque, por serem as maiores vítimas (WAISELFISZ, 2016).

Não há dúvidas de que estão ocorrendo mudanças no padrão das ocorrências de CVLI's, uma vez que, os jovens têm entrado cada vez mais cedo no mundo crime, a grande maioria das vítimas está distribuída entre as faixas etárias mais vulneráveis, 18 a 24 anos, ou até menos, que podem estar ligados a “(...) *falta de políticas públicas também é outro agravante, esses jovens a maioria estão à mercê da própria sorte*” (E15).

Neste contexto, o fenômeno da violência urbana não se concentra apenas nos espaços periféricos, mas difunde-se para outras áreas dos espaços urbanos mais elitizados e acabam sendo impactados pelas condições construídas na periferia (CHAGAS, 2014), “exclusão territorial” (HAESBAERT, 2014), sendo um dos fatores que contribuem para o aumento demasiado da criminalidade “(...) *agente ver que esses homicídios têm afetado as pessoas mais necessitadas (...) e essas coisas (homicídios) acontecem na minha opinião próximo de áreas mais pobres (...)*” (E16).

Neste contexto, embora a violência apareça de forma multifacetada, os números apontam para o envolvimento cada vez mais precoce dos jovens no mundo do crime, o que os coloca como as maiores vítimas de CVLI, como nos mostra a tabela por faixa etária:

Tabela 3 - Número de mortes no bairro Cabanagem – Faixa Etária (2013 – 2017)

ANO	FAIXA ETÁRIA						Não Informado	TOTAL
	0 a 11	12 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 64		
2013	0	4	13	6	2	5	3	33
2014	0	1	8	8	8	5	2	32
2015	1	3	17	12	8	10	2	53
2016	0	5	21	7	3	13	4	53
2017	0	1	15	10	7	10	4	47

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP-WEB, 2018).

Elaboração: COSTA, A, C, S (2018).

As faixas etárias mais atingidas foram às compreendidas entre 18 a 24 anos, seguidas das faixas etárias de 25 a 29 e 35 a 64 anos respectivamente. Além disso, é fundamental pensar que a maioria dos jovens é vítima do próprio Estado, uma vez que são famílias em condição de vulnerabilidade social, ou seja, não são assistidas por políticas públicas de esporte e lazer que minimizassem a ociosidade dos jovens, por se tratar de um “(...) *bairro muito pobre que precisa*

de ações e de políticas públicas para tirar os jovens das ruas, mas, no bairro não tem projetos sociais (...). E não tem estrutura alguma para a população, não tem uma praça (...)” (E16).

Neste contexto de processos de construção e reconstrução territorial fica muito clara a influência dos conflitos na organização do espaço. Na maioria das vezes, no nosso ponto de vista, a territorialidade é concebida pela violência imposta pelos agentes territoriais Primários. Por seu uso cada vez mais disseminado, os homicídios, tendem a aparecer como a forma mais letal de demarcação dos territórios. Essa relação de poder é, assim, imanentes a todas as faixas etárias da população no bairro da Cabanagem, que nos permite inferir que está realidade de privações e segregação, no entanto, tem um público mais vulnerável de 15 a 29 anos segundo o Mapa da Violência (WASELFSZ, 2016), esses se tornam tanto agentes atuantes quanto agentes passivos de violência.

Para completar o quadro, vale registrar que se constata, que do total de 218 mortes violentas que ocorreram de 2013 a 2017, desses 192 foram cometidas por arma de fogo. Isso retrata o aumento no poder bélico e a gravidade/intensidade dos homicídios dolosos, além disso, mostra o poder de letalidade *“(...) esses matadores chegam a qualquer hora, agora não tem mais horário, mas, o que agente percebe é que gente que sabe o que está fazendo, os casos que vi aqui foram só tiro na cabeça (...)*” (E7).

Dentre os homicídios alisados, segundo o local da ocorrência do óbito, predominam os que ocorreram em via pública na sua grande maioria homens, ficando perceptível no gráfico de percentual do local de ocorrência do fato, abaixo:

Tabela 4 - Número de mortes no bairro Cabanagem-Local de ocorrência – (2013 – 2017)

Ano	LOCAL DE OCORRÊNCIA				Total
	Via pública	Residência	Bares e Similares	Outros	
2013	24	8	1	0	33
2014	30	1	1	0	32
2015	45	5	1	2	53
2016	46	6	1	0	53
2017	44	3	0	0	47

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP-WEB, 2018).

Elaboração: COSTA, A, C, S (2018).

A ocorrência de CVLI em vias públicas, domicílios e outros lugares públicos como bares, campos de futebol e esquinas de grande circulação, podem mostrar a intencionalidade da agressão, não permitindo a vítima a possibilidade de sobrevivência. De qualquer modo, a proliferação dos homicídios dolosos em vias de fácil circulação é fator facilitador para o ato letal, ou seja, áreas de fácil mobilidade facilitam a entrada e saída após o crime. Nota-se, ainda, que muitos homicídios ocorrem em espaços de grande circulação e concentração de áreas de comércio, os quais os agentes territoriais locais segundo Chagas (2014, p. 8) *“(...) passam a*

disputar territórios com grupos rivais, essa disputa acontece na microescala de poder disputam ruas, quarteirões, esquinas (...)”.

Neste cenário, os homicídios dolosos por arma de fogo aparecem com uma proporção maior, constatou-se que a grande maioria, 189 ocorreram em vias públicas, ou seja, onde o ato intencional foi executado. Destacam-se as armas de fogo como o instrumento utilizado de maior “eficiência” da prática da violência (COUTO e BEATO, 2019).

Ao analisarmos as ocorrências de mortes violentas constataram-se diferenças nítidas e que tem como principais vítimas os indivíduos do sexo masculino, que no bairro em questão foram do total 218 vítimas, 201 eram do sexo masculino, o que evidencia o quanto os homens estão expostos aos crimes contra a vida. Os homens têm recebido atenção especial quando o que está em questão são os homicídios como demonstra os dados da tabela abaixo:

Tabela 5 - Número de morte no bairro Cabanagem – Sexo – (2013 – 2017)

Ano	LOCAL DE OCORRÊNCIA			Total
	Masculino	Feminino	Não Informado	
2013	31	2	0	33
2014	29	2	1	32
2015	50	3	0	53
2016	48	5	0	53
2017	43	4	0	47

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP-WEB, 2015).
Elaboração: COSTA, A, C, S (2018)

O aprofundamento da pesquisa ao longo dos anos estudados mostra que além dos percentuais de homicídios doloso apontou que, no sexo masculino, constatou-se que o aumento se deu em todas as faixas etárias, com maior destaque para as faixas etárias de 18 a 24 anos que coincidem com o maior percentual de homicídios dolosos praticados no período.

Hoje há um aumento substancial não apenas de homicídio, mas também de outros delitos, isso retrata o “(...) desamparo por parte Estado, sensação de insegurança, acaba favorecendo que os jovens, devido às poucas possibilidades de melhoria das condições de vida, acabem vinculados ao crime” (CHAGAS *et al*, 2014, p. 6). Indicando que as agressões tem afetado a população de forma não homogenia, e que existem grupos populacionais mais vulneráveis. Isso se deve ao fato de que as políticas públicas não foram aplicadas de forma eficazes, tiveram efeito direto no aumento da criminalidade, ou seja, a situação de vulnerabilidade aumenta a possibilidade de envolvimento no dinâmica de crimes.

Diante isso, é de suma importância analisar a violência, em sua manifestação criminal, na perspectiva da construção e reconstrução dos territórios, principalmente, aqueles que podem

ser caracterizados como “territórios da violência” (SOUZA, 2014), que se manifestam preliminarmente como um espaço de dominação pelo uso do poder, como esclarece Raffestin (1993, p. 144) “(...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (...)”.

Como em muitos bairros distribuídos pelas cidades brasileiras, surgiram de forma não planejada, com a questão urbana e ambiental. O bairro da Cabanagem segue essa mesma lógica de expansão urbana e ocupações espontâneas², caracterizados como espaços de altos índices de desigualdades socioespaciais e criminalidade, esses espaços de difícil acesso facilitam a territorialização dos agentes territoriais locais, uma vez que, onde (...) *“não tem asfalto e tem muito becos, sendo que a polícia não entra e o bandido vive ali, é como um rato dentro do esgoto que conhece todos os caminhos e dificilmente será agarrado”* (E9).

Desta forma, segundo Beato (2008) a ideia de que ambientes marcados pela desordem e degradação física podem exercer influência sobre os crimes que ali acontecem, corroboram com o nosso pensamento de que as condições socioeconômicas e infraestruturais do bairro cooperam para o aumento dos crimes contra vida. Por mais tênue que pareçam, continuam a existir diferenças, que serão mais bem visualizadas com o auxílio de imagens de áreas mais suscetíveis e da cartografia que facilitará a visualização dos eventos.

3.3 A CARTOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DOS CVLI

Analisar os arranjos espaciais através das representações cartográficas consiste em se compor uma articulação entre o conteúdo e a forma, visto que a linguagem gráfica dos mapas é um recurso de fácil compreensão, pois oferece uma visão geral do espaço estudado, a fim, de facilitar a apreensão e memorização da informação a partir da comunicação visual. Por meio dessa comunicação visual é possível localizar no espaço geográfico padrões e regularidades de distribuição do fenômeno estudado.

Neste sentido, os pressupostos teóricos que fundamentam o presente estudo concebem a representação cartográfica como um meio fundamental de especializar os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no bairro da Cabanagem, dado que o bairro faz parte da zona de expansão e ocupação acelerada da Avenida Augusto Montenegro, na cidade de Belém.

Deste modo, a composição do banco de dados tomou por base aerofotografia da Av. Augusto Montenegro, entre o Entroncamento e Rodovia Mário Covas, nos anos de 1972 a 2018

² O setor especial de aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (IBGE, 2010).

(ver o mapa 2), com o objetivo de apresentar os conjuntos habitacionais como um dos vetores de expansão da ocupação do longo da avenida. Assim como espacializar os CVLI por meio da Tabela de CVLI de 2013 a 2017 da plataforma de registros de ocorrência do Sistema Integrado de Segurança Pública do Pará (Sisp-Web), disponibilizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP-PA), a fim de construir uma representação da distribuição espacial dos crimes no bairro da Cabanagem.

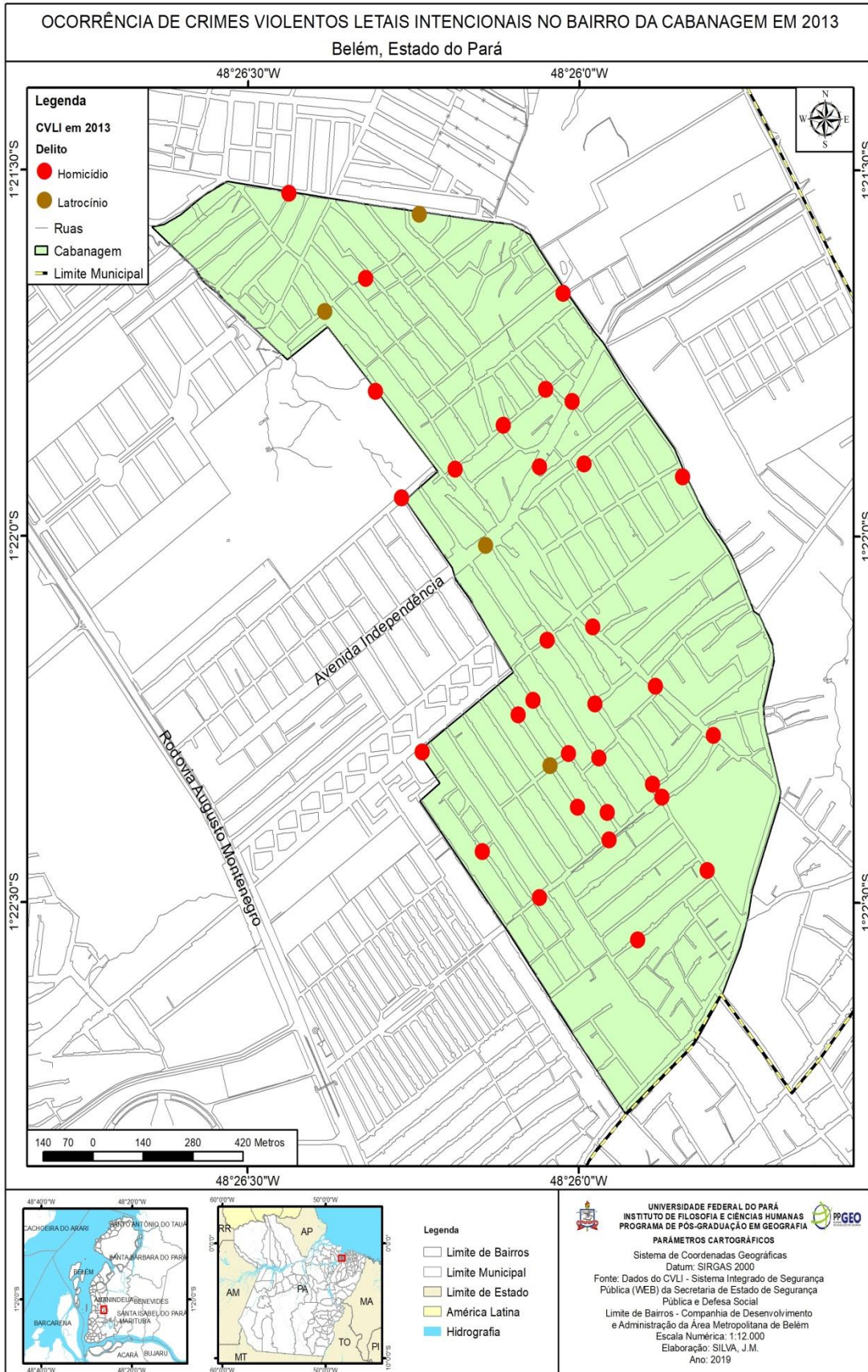
Dentre as ferramentas de análise espacial na elaboração dos produtos cartográficos o Mapa de Kernel ou Mapas de Calor estima padrões de comportamento espacial por meio de interpolação, gerando intensidade pontual na área de estudo demonstrando a distribuição dos homicídios no espaço. No entanto, essa técnica se tornou inviável, uma vez que o número elevado de acontecimentos deixou as manchas sobrepostas, dificultando a análise.

Desta forma, os esforços para compreender quais os fatores estão associados às ocorrências de determinado tipo de crime se concentraram nos mapas de pontos, nas entrevistas, assim como, nas imagens que retratam a territorialização dos agentes territoriais locais.

Esse conjunto de informações mostra que os delitos contra a vida, mortes violentas, como homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguido de morte tendem a concentra-se nas áreas mais pobres da cidade (CHAGAS, 2014; SOUZA, 2005, 2008; BEATO, 2008), o uso de mapas nos permitiram associar as características do espaço com o tipo de delito, uma vez que elencamos cores para cada tipo de delito.

Ao iniciar essa primeira análise, referente ao espaço, que é aquela que nos interessa mais de perto, de características espaciais esquemáticas ou dominantes dos agentes territoriais locais. Provou-se, em outras palavras, que as técnicas de poder modificam o espaço e os territórios, por meio dos homicídios dolosos. Esses por sua vez, aparecem com um grau de dominância em todo o recorte temporal do presente trabalho, pelo menos no âmbito do bairro da Cabanagem. A partir daí, usamos cores para distinguir os tipos de delitos, a exemplo, vermelho para homicídios dolosos, marrom para latrocínio e azul para lesão corporal seguido de morte, essas informações podem ser notadas de vários graus de detalhe nos mapas, a seguir.

Figura 15 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2013



Fonte: SISP-WEB (SEGUP/PA), CODEM (2002).

De um ponto de vista analítico que considera as articulações intencionais, é preciso que se analisem as transformações pelas quais o bairro passou, sobretudo, a partir da territorialização dos agentes territoriais Primários. Em face disso, observa-se que o mapa do bairro Cabanagem referente ao ano de 2013, já apresentava algumas áreas com concentrações de CVLI, no entanto, é importante que se considere essa escala por uma questão comparativa com os anos que se seguirão, do ponto de vista comparativo para esse recorte temporal são números tímidos.

Fica evidente, a partir daqui, a necessidade dessas informações para os órgãos de segurança pública, assim como, para a população que reconhece as diferentes representações referenciadas como violentas “(...) *olha a maioria dos homicídios acontecem nas chamadas áreas vermelhas próximo as chamadas “biqueiras”, próximo de aviãozinho que são aqueles moleques que vendem poucas quantidades de droga*” (E18).

Tanto a localização do bairro quanto a estrutura espacial são fundamentais para a territorialização do tráfico de drogas, podem se apropriar dessas áreas e implementar estratégias. Desta forma, a estrutura espacial se mostra alinhada com os crimes contra a vida, o ano de 2013 é marcado por CVLI's que se concentrarão próximo de áreas de infraestrutura ruim, exemplo disso é a Rua do Fio que no referido ano teve seis homicídios dolosos e um latrocínio, como podemos perceber ao visualizar a imagem.

Figura 16 - Rua do Fio



Fonte: COSTA, A. C. S. (2020)

Igualmente dramático é verificar que o enraizamento das facções reproduziu no processo de territorialização uma nova cadeia de conflitos (REIS NETTO; CHAGAS, 2019).

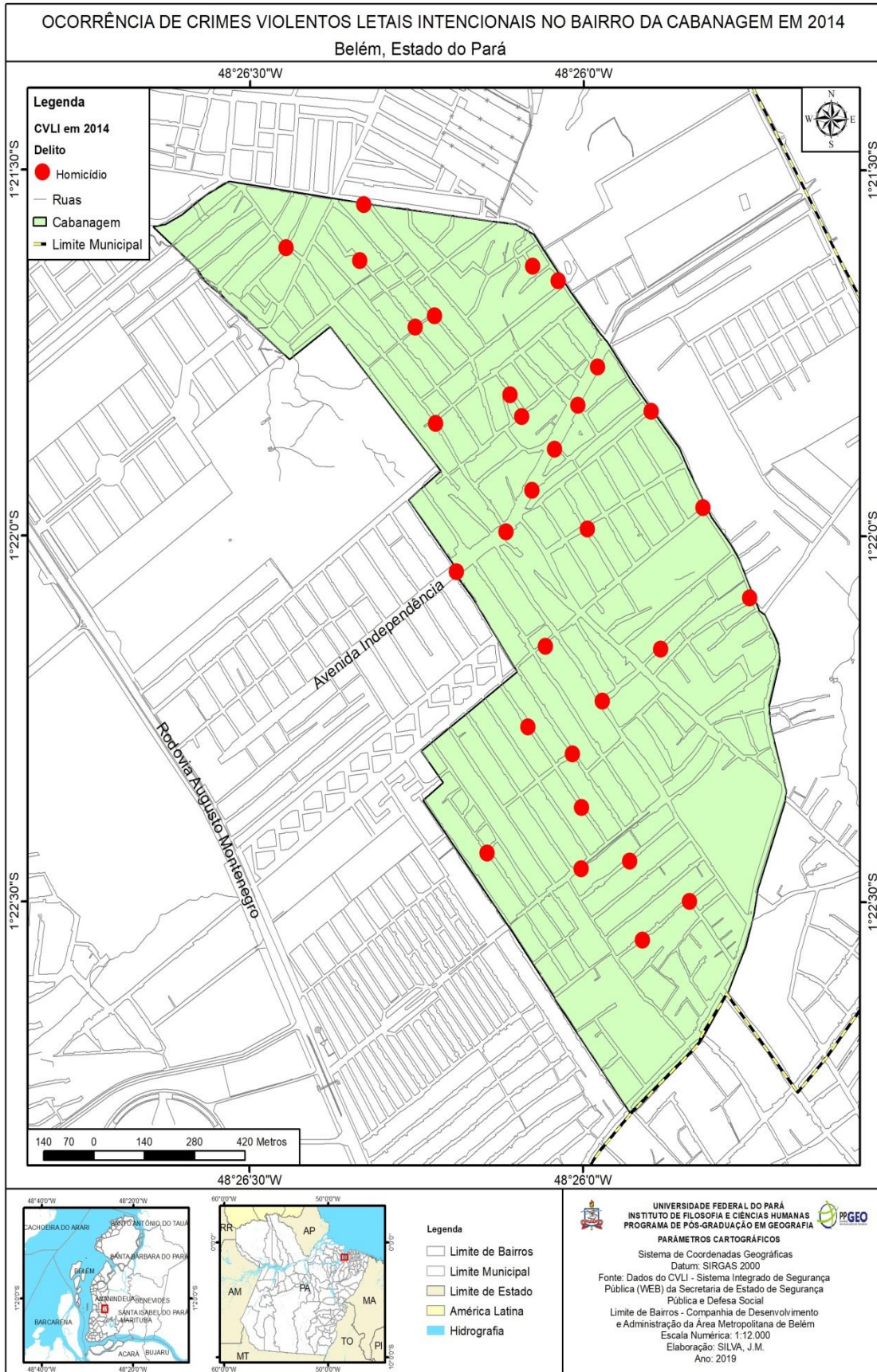
A constatação, por estes grupos relativamente organizados, das potencialidades locais do bairro (acima destacadas), gerou intentos de dominação que, diante do acirramento de conflitos e tentativas de eliminação de agentes territoriais do crime anteriores (menos organizadores), reproduziu mortes (expressas no mapa pelos CVLI's), gerando novos arranjos territoriais, certamente, expressos pelas zonas de tensão anteriormente destacadas.

Essa ausência de lógica que marca os aglomerados é sempre relativa; em um sentido amplo, a fragilidade e/ou a precarização territorial são o retrato de um mosaico de agentes territoriais locais sobrepostos e em relação (por vezes, conflituosa). Como resultado, em certos momentos se tem o tráfico de drogas como protagonista de processos espaciais; noutros, estes se tornam consequências das ações eventuais do aparelho estatal pro/contra o crime.

Tudo isso será replicado para todos os recortes espaciais, em grau maior ou menor, ponderada ou não, em diferentes situações, especialmente se considerarmos que o poder simbólico está ligado a diferentes formas de territorialização e significados territoriais. O que poderá ser interpretado junto a representação cartográfica e as análises das condições estruturais do bairro Cabanagem, onde o Estado não se impõe de forma efetiva, por intermédio dos serviços públicos, outras territorialidades se imporão, além de expandir e controlar o espaço segundo suas lógicas.

É necessário, porém, inicialmente, esclarecer que a partir dos índices de mortes violentas, constatamos que a maioria dos eventos que compõe os Crimes Violentos Letais Intencionais são marcados por lesão corporal seguido de morte "*homicídio*". Desta forma, o ano de 2013 a 2017, na sua maioria, é marcado por homicídios dolosos relacionados aos conflitos por territórios do tráfico de drogas, milícias e o Estado. Seria equivocado pensar que os traficantes não tenham a compreensão perfeita de seus interesses ao que está envolvido no controle territorial necessário para defender seus negócios, o mapa de 2014 reafirma a relação de CVLI's e tráfico, milícias e o recuo/coerção do Estado.

Figura 17 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2014



Fonte: SISP-WEB (SEGUP/PA), CODEM (2002).

Ao decorrer do tempo os traficantes foram determinando de acordo com os seus interesses os espaços por eles territorializados, o que se podia e o que não se pode fazer, em matéria de produção do espaço e organização espacial. Por sua vez, o Estado ao alinha-se ao tráfico de drogas, a face podre do Estado voluntariamente os legitima e os fortalece, ao mesmo tempo que joga na lama as instituições de segurança pública que representam o Estado.

Pode-se dizer que a população, sente-se obrigado e intimidado dentro e fora dos espaços territorializados pelo tráfico de drogas, vê a sua autonomia crescer. De qualquer modo, fica claro que a conjuntura de ocupação do bairro Cabanagem, somado a falta de aparelhos sociais e ações por parte dos órgãos que representam o Estado são fatores que não tem contribuído para minimizar a vulnerabilidade social, por outro lado, tem colaborado para estimular e parece justificar a expansão dos homicídios em áreas pobres, como mostram os estudos de Vieira *et al* (2019).

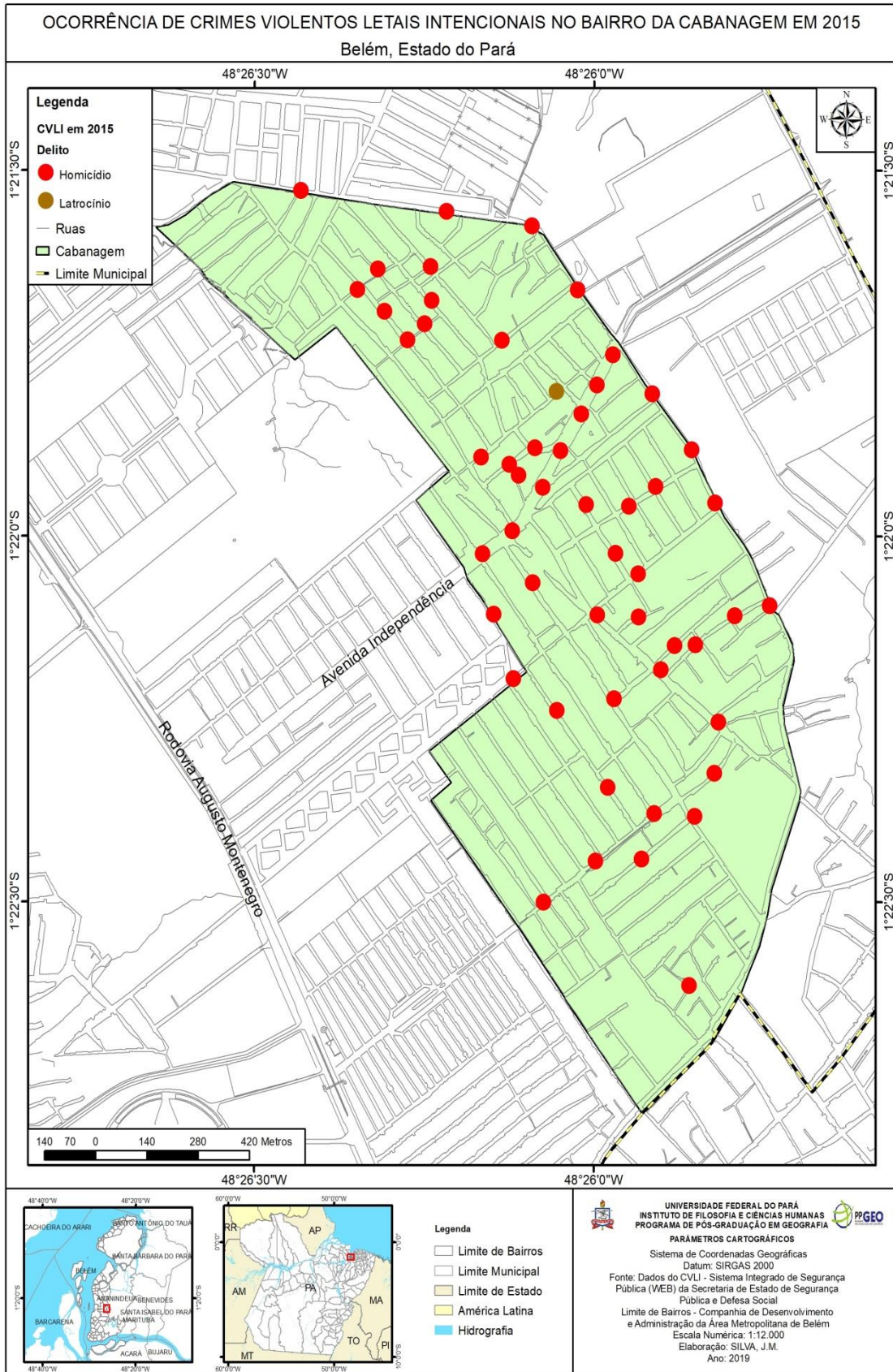
Os entrevistados apontam como causas do envolvimento na dinâmica do tráfico de drogas, as condições do bairro e as condições socioeconômica dos moradores, falta de políticas públicas por parte do Estado, essas são algumas justificativas para o aumento da violência no bairro.

“(...) na minha opinião são vários motivos que cooperam para agravar essa questão da violência no bairro, é como disse antes é um bairro muito pobre que precisa de ações e de políticas públicas para tirar os jovens das ruas, mas, no bairro não tem projetos sociais ... e não tem estrutura alguma para a população, não tem uma praça se quer, então fica muito difícil que esse jovem não seja atraído para a criminalidade, é muito difícil tudo isso” (E16).

“(...) porque a falta de estrutura está diretamente ligado a segurança, tem muitas ruas que se quer passa uma pessoa...e como as viaturas podem fazer policiamento, isso tem efeito nos crimes por que os bandidos não tem medo de nada e isso faz com que os crimes aumentem, bem pelo é isso que penso sobre os” (E16).

É interessante verificar que tanto as entrevistas quanto os mapas podem de maneira geral justificar que no ano de 2014 parte dos homicídios dolosos concentraram-se no meio do bairro, mais precisamente na Avenida Independência, isso demonstra a fragmentação territorial por parte dos grupos “facções” que comercializam as drogas. Esse padrão irar sofrer alterações em 2015 com a expansão no número de eventos.

Figura 18 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2015



Fonte: SIS-WE (SEGUP/PA), CODEM (2002).

Na tentativa de entender a dinâmica espacial, nota-se que o ano de 2015 há uma expansão significativa do número de homicídios dolosos, esses eventos passam a concentra-se nos limites com outros bairros, Avenida Brasil e Rua Benjamin, assim como, aparecem aglomerados de eventos em outras áreas do bairro. A realidade vem mostrando que o quadro é complexo e que as reações podem variar de acordo com as características de cada evento.

Sobre essa formação espacial, é importante destacar que o poder deve ser encarado num aspecto de violência que tem nos homicídios dolosos sua face mais perversa, usado como uma estratégia de organização e gestão territorial (RAFFESTIN, 1993). De acordo com as entrevistas parte dos homicídios dolosos acontecem tanto pela entrada precoce dos jovens no mundo crime quanto por confrontos entre a polícia e tráfico de drogas.

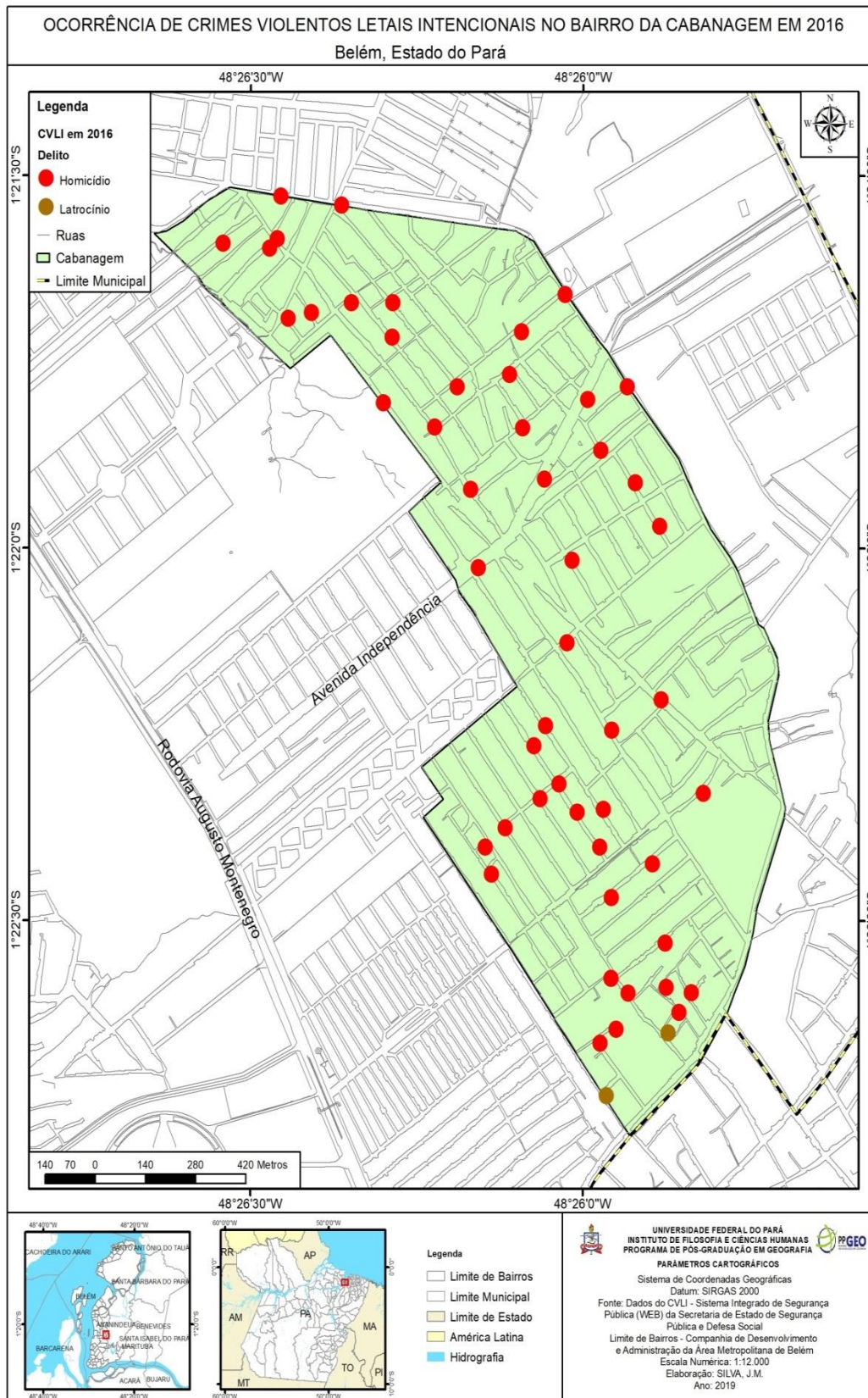
“(...) confronto desenfreado de entre a polícia e o tráfico de drogas e por essas mortes de polícias outros morrem em resposta aos outros crimes, a fica esse confronto entre a polícia e o crime e nunca acaba, sem fim” (E18).

“(...) morrendo pessoas que não tem nada haver com a criminalidade, e as vezes morre pela mão da polícia por está “fragado” a polícia manda parar e corre, e por não parar acaba sendo vitimado pela própria polícia, e no caso do acerto de contas por esta devendo para o tráfico” (E18).

Para entendermos essa dinâmica local e o contexto dos homicídios dolosos no bairro Cabanagem foi necessário compreender o poder discriminatório, ao qual a Região Metropolitana de Belém (RMB) passou durante o processo de ocupação de suas periferias distantes “O que demonstra claramente a espacialidade da criminalidade em Belém, destacando principalmente os bairros mais pobres e de incidência da expansão urbana como os que apresentam a maior incidência de criminalidade” (CHAGAS et al, 2014).

Por sua vez, esses conflitos que acontecem quase que diariamente elevam o número de homicídios dolosos. Fica evidente, a partir daí, a necessidade de ponderar, sobre as especificidades do bairro, muitas vezes, como local de altos índices de violência, isto é, “(...) a violência torna-se um padrão de sociabilidade com um componente de identidade bastante acentuado. Esse padrão é tão forte, que seria possível pensar em uma estrutura comum” (COUTO e BEATO, 2019, p. 2), esse padrão espacial cria modos similares que tem sempre na violência uma ação em potencial, esse padrão é agravado por outros elementos.

Figura 19 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2016



Fonte: SISP-WEB (SEGUP/PA), CODEM (2002).

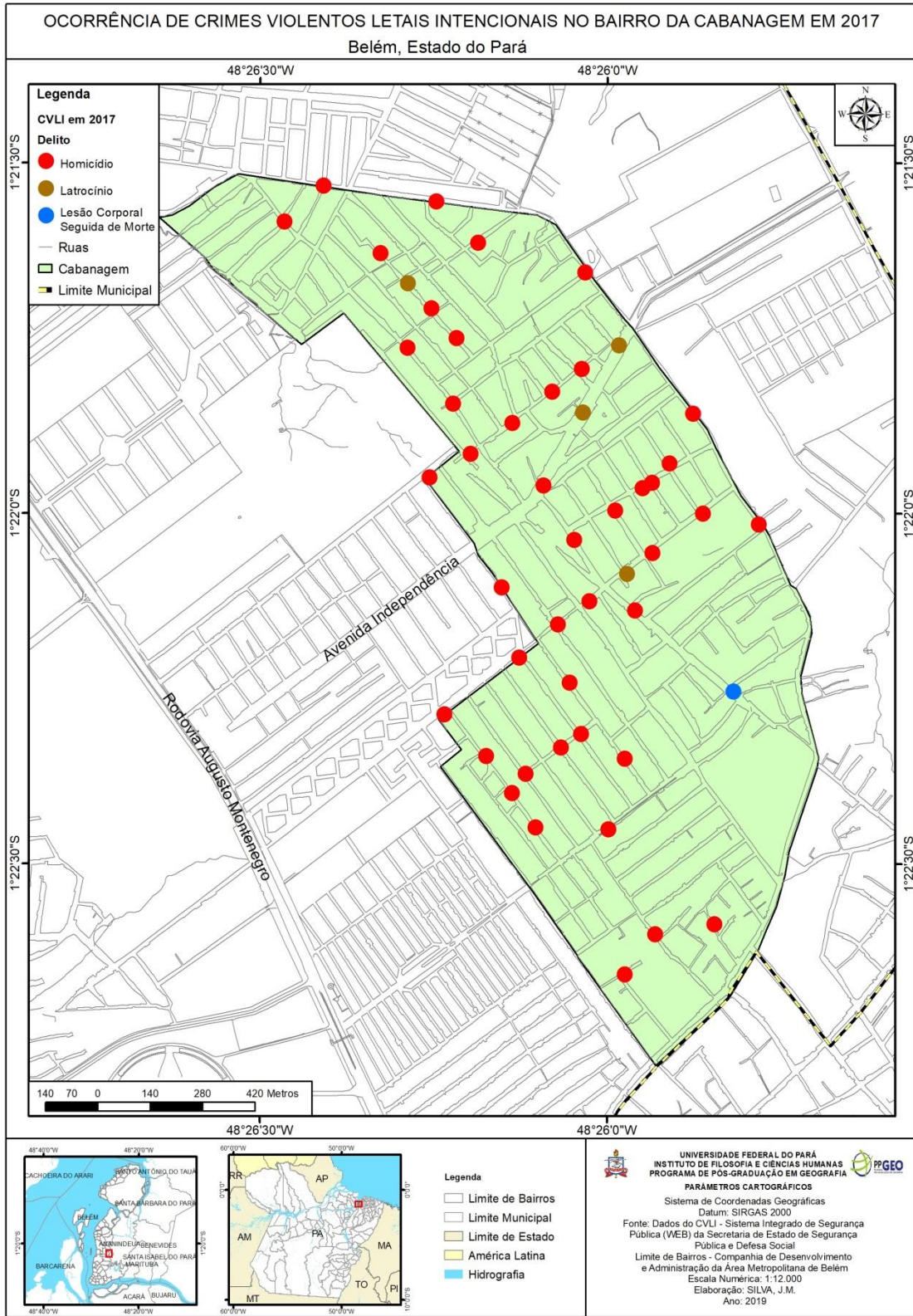
Essas concepções espaciais que as periferias urbanas pobres e violentas são concentradoras das estatísticas de mortes violentas aparecem simultaneamente como produto da política de mortes imposta pelos agentes territoriais Primários, sob a perpetuação do controle dos grupos sociais marginalizados. De acordo com o mapa do ano de 2016, aparecem padrões e conformidades que estão distribuídos nas extremidades do bairro, isso pode estar relacionado a extermínios de membros que comercializam as drogas, uma vez que, esse ano segundo a CPI da Milícias (2014) as milícias começam a territorializasse e passam a disputar territórios e interferem na dinâmica e serviços ligados a economia do bairro.

“O que vejo é que há uma guerra declarada por territórios, no nosso caso que somos moto taxistas isso fica bem evidente, tanto quando estamos rodando, por que temos que entrar e sair das ruas e tem ruas que não podemos entrar de qualquer forma e nem horários, por causa do tráfico de drogas e também tem a questão da milícia, isso por que tem pontos que tem pagar para o tráfico de drogas para poder rodar e também para as milícias, aí agente fica no meio dessa guerra por que se agente paga o tráfico de drogas para rodar agente corre o risco de ser morto pela milícia e se pagar para a milícia corre o risco de ser morto pelo tráfico, aí agente acaba presenciando muitos colegas que foram mortos pela milícia, agente tem medo de rodar quando acontece um crime, mas, agente precisa, aí não tem jeito” (E19).

Neste contexto, para Chagas *et al* (2014, p.1) “as políticas públicas não conseguem fazer emergir com eficiência e eficácia um plano de segurança pública capaz de amenizar a violência generalizada no espaço urbano”. A isso se acrescenta a organização interna típica do espaço urbano que evidencia a geograficidade do fenômeno, fazendo da periferia, um lugar do encontro multiescalar específico de dispositivos produtores de cadáveres.

Desta forma, faz-se necessário uma análise detalhada do contexto da atual realidade, para construir a inteligibilidade da relação entre a conformação espacial, homicídios dolosos e a dinâmica dos agentes territoriais Primário, tomando o bairro Cabanagem como referencial de análise. Desta forma, os homicídios dolosos podem ser entendidos como uma representação social utilizada como um dispositivo de representação de poder construído para hierarquizar seres humanos e grupos específicos.

Figura 20 – Mapa da ocorrência de CVLI no bairro Cabanagem em 2017



Fonte: SISP-WEB (SEGUP/PA), CODEM (2002).

Em síntese, é interessante destacar que, a produção de mapas nos permite correlacionar as especificidades do espaço com os homicídios dolosos. No caso do bairro Cabanagem é possível visualizar que houve um aumento vertiginoso no número de delitos, saímos de 35 registros de homicídios dolosos em 2013, para 48 em 2017, passando por alguns picos, a exemplo, em 2015 foram registrados 54 e 2016 com 53 eventos, esses mapas de “(...) índices exibem a distribuição espacial de diferentes variáveis e devem ser usados de forma complementar para elaboração ou monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança” (BAETO, 2008, p. 33).

No âmbito da segurança pública, os dados estatísticos georreferenciados possibilitam o planejamento dos gestores territoriais, sendo de suma importância conhecer o espaço para implantar estratégias e metodologias que permitam visualizar as variáveis espaciais, neste caso os CVLI, buscando melhores estratégias de intervenção em áreas susceptíveis e de difícil acesso, possibilitando ações mais eficazes pelos agentes públicos (CHAGAS, 2014).

Não há dúvidas de que ocorreram mudanças no padrão de dispersão dos CVLI. No entanto, iremos tomar como parâmetro de análise os homicídios dolosos por ser o delito que está ligado aos conflitos por territórios. Sobretudo a partir do ano de 2015, ano esse, em que se acirraram os conflitos por territórios de influência entre os agentes territoriais Primários. Em meio a essas falas percebem-se mudanças no padrão de territorialização e no discurso da população, especialmente referente as mortes violentas, que é reafirmado na entrevista (E6): *“Agente escuta muitos comentários das coisas de milícia, mas, o que agente ver é que independente de quem mate, a verdade é que morre muita gente aqui, infelizmente essa é a nossa realidade”*.

Essa ausência de lógica que marca os aglomerados é sempre relativa, em um sentido amplo a fragilidade e/ou a precarização territorial são o retrato de um mosaico de agentes territoriais locais sobrepostos. Momentos se tem o tráfico de drogas, hora a milícia e as ações do aparelho estatal prol/contra “(...) durante momentos de indefinição entre o controle da polícia ou narcotráfico (dessa ou daquela facção), situação em que o morador não sabe exatamente a quem recorrer” (HAESBAERT, 2014, p. 190).

Para o entendimento das dinâmicas territoriais locais, surge então o discurso da “lei do silêncio”, como instrumento de poder, em outras palavras, significa dizer que os homicídios representam o poder simbólico de controlar parte da população. Pode-se dizer que a população dos bairros dominados por traficantes e milicianos estão diante um “paradoxo” à medida que os conflitos e homicídios se multiplicam e se complexificam junto à questão urbana.

A essa altura, deve-se proceder a uma questão de segurança pessoal, implícita ou explicitamente, uma parte, das forças de segurança pública hora alinham-se com tráfico de drogas hora, com a milícia “(...) *tem os que trabalham para os dois lados e que ficam ao lado de quem paga mais*” (E9), vale registrar que se constata, mais que uma “lei do silêncio”, haja vista, que o grande número de homicídios dolosos estimula e parece justificar o silêncio da população.

Devemos enfatizar então que, na atual circunstância do bairro surgiram formas complexas de territorialização, ao mesmo tempo em que as fronteiras entre territórios não têm uma margem bem definida. Por outro lado, essa não definição eleva as tensões por não haver um poder definido “(...) as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta - mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo” (SOUZA, 2014, p. 84).

Souza (2014, p.81) afirmaria que os “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”. Sob tais considerações, fica claro que as características do espaço são fundamentais para a territorialização dos grupos, a exemplo disso são as milícias que atuam em áreas de comércio “(...) *acabam facilitando e financiando as milícias e os comerciantes preferem escolher as milícias do que os próprios traficantes, os comerciantes são facilitadores das milícias*” (E10).

Por outro lado, percebe-se que a territorialidade do tráfico de drogas é exercida em áreas de difícil acesso e próximo de “invasões” ocupações recentes em que há muitos becos, no entanto, estão anexos as principais vias de circulação, a exemplo, são “(...) as ocupações espontâneas nas áreas de favelas e periferias das grandes metrópoles, hoje representam não apenas um ponto crítico de habitação, mas também o lócus de reprodução da criminalidade, inclusive o tráfico de drogas”(CPI das MILÍCIAS p. 89).

O que é reforçado na entrevista ao Coronel superintendente responsável pela gestão das ações no Distrito Administrativo do Benguí (DABEM) “(...) *as próprias condições tem sido decisivo para que os meliantes se instalem no bairro e achem que estão impunes e de qualquer forma isso tem favorecido*” (E12), como se pode reafirmar nas imagens, a estrutura do bairro retrata bem essa realidade.

Figura 21 - Passagem Fé em Deus



Fonte: COSTA, A. C. S. (2020)

De certa forma, tudo isso faz com que, associemos os aglomerados de exclusão aos ambientes de profunda insegurança e instabilidade (HAESBAERT, 2014). Assim, hoje, conforme se pode ver nos mapas e nas imagens, os CVLI's tendem a se concentrar próximo às áreas pobres como em “(...) aglomerações subnormais passam a ser, de modo geral, novas zonas de violência e criminalidade” (CHAGAS, 2014, p. 6). No que concerne à presença mínima do Estado, ele “(...) *interfere no número de vítimas, quero dizer que só a polícia não vai conseguir acabar com a criminalidade, em síntese as condições do bairro favorecem para que sejam muitos crimes*” (E12).

Os agentes territoriais “*incluídos precária*” estão sujeitos a várias formas de violências que vão de uma simples limitação no direito de ir e vir, assim como, a retiradas de direitos conquistados a tempos atrás, como a própria habitação, é sabido que inúmeros foram os casos de moradores que tiveram que abrir mão de suas residências para o tráfico de drogas ou mesmo comerciantes e feirantes que tiveram que ceder seus pontos para a milícia.

Infelizmente essa não é uma realidade apenas dos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro por exemplo, esses casos de violência extrema fazem parte da realidade local. Todo esse contexto de arbitrariedade torna a periferia referência quando o que está em questão são os Crimes Violentos Letais Intencionais.

Figura 22 – Passagem são Francisco



Figura 23 - Passagem Lisboa



Fonte: COSTA, A. C. S. (2020)

Conforme Haesbaert (2014, p.188) “Associamos assim os aglomerados ao “não regulado/ordenado”, onde fica difícil conviver” (...) este ambiente de instabilidade física e social é gravado pelas chuvas, conforme pode ser notado na fala do entrevistado (E12) “(...) notei em algumas visitas ao bairro é que basta dá uma chuva e não precisa ser uma chuva forte para o bairro ficar alagado e não é apenas pequenos alagamentos, são verdadeiros córregos que se formam, aí acabou policiamento”.

Nota-se que a dinâmica da territorialidade dos agentes territoriais locais tem encontrado um campo fértil, pois as vias onde as manchas são mais intensas, os grupos disputam áreas de influência. Desta forma, na tentativa de entender o que está acontecendo, podemos inferir que as disputas territoriais apontam para o papel central dos agentes territoriais Primários e da busca da expansão dos territórios, que perpassam na grande maioria por homicídios dolosos, com o objetivo manter/expandir os territórios.

Pode-se facilmente ver, que onde o Estado não se impõe de forma efetiva, outras formas de territorialização irão se expandir e controlar segundo suas lógicas. Esse o caso do tráfico de drogas que setoriza o espaço no intuito de manter a garantia do comércio de varejo de drogas “(...) é inevitável à conclusão de que elas têm obtido sucesso em integrar as prisões às redes territoriais externas de sua principal atividade: o tráfico de drogas” (REIS NETO e CHAGAS, 2019, p. 2).

Diante disso, outro tipo de situação comum que agrava ainda mais a questão urbana residem na união das facções de outros Estados ao tráfico local. Mais adiante disso, entre outros problemas mais comuns constam-se, além de momentos de tensão, decorrentes do aumento de homicídios dolosos, que perturbam a dinâmica local pelos constantes conflitos, a imagem abaixo retrata bem essa situação.

Figura 24 - Rua Amazonas



Fonte: COSTA, A. C. S. (2019)

Tanto a localização quanto a estrutural espacial do bairro da Cabanagem são de fundamental importância para o tráfico de drogas, nessas circunstâncias, vários códigos são criados com o objetivo de manter a posse e a lógica territorial, como afirma Raffestin (1993, p.

152) “As “imagens“ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura (...), encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território”.

É notório, de qualquer modo, que a ausência do Estado de forma efetiva acarreta importantes conseqüências em matéria de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial do espaço urbano (SOUZA, 2008). A essa ineficácia do Estado, estimula e parece incentivar a expansão dos homicídios dolosos, e este, por sua vez, mesmo que indiretamente, termina por alimentar novas formas de organização com feição e caráter violento.

Por tudo isso, justifica-se a metáfora de “área vermelha”, no caso referente a uma questão de fragmentação do espaço, cada vez mais, violento por inúmeros conflitos por territórios de atuação entre os agentes territoriais locais, o que reflete em homicídios dolosos por todo o bairro.

Neste contexto, especificamente, como se ver o caso é, significamente, complexo. Porém o foco dessa pesquisa é compreender a relação de possível convergência ou divergência entre os CVLI's e os agentes territoriais Primários, dentro de um contexto espacial que considera as especificidades do bairro como fatores predeterminantes nas ocorrências de mortes violentas.

Desta forma, as ocorrências de CVLI's estão relacionadas a fatores diversos, que podem ser exemplificados pelas disputas territoriais e reafirmados por uma “sociabilidade violenta nessas áreas, juntamente à ausência e/ou ineficiência do poder público, perpetua uma situação, tal qual é possível falar em uma estruturação preliminar de atividades criminosas” (COUTO e BEATO, 2019, p. 3).

Neste panorama, a representação da fragmentação e a apropriação do espaço pelos indivíduos que brigam por territórios constitui um exercício de manipulação e de articulação de poder. Os agentes territoriais Primários apropriam-se de espaços para transformá-los em áreas exclusivas de domínio, contudo, suas fronteiras não são formadas por limites físicos, as disputas internas e externas na busca pelo poder alternam forças na busca pelo controle territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o processo de dispersão urbana das cidades aparece como um dos agravantes das altas taxas de pobreza ou desigualdade socioeconômica, no entanto, é fundamental analisar a ação histórica de produção do espaço urbano, no sentido de compreender o tempo passado e o tempo presente. Para isso, é essencial considerar o espaço como resultado das relações sociais e a interação entre espaço e tempo na totalidade, deve-se ainda atentar para as *funções e formas* que constroem um território.

No que toca a produção do espaço urbano, as transformações possibilitam vislumbrar o grau de complexidade que resultaram em ações desiguais estabelecidas pela valorização do solo urbano. Dessa forma, ainda que nos debruçemos a entender diferentes dimensões da vida urbana, presenciamos a contínua reestruturação espacial que segue em direção ao aprofundamento da fragmentação socioespacial.

Tendo em vista esses elementos, que são de escala nacional e que fazem referência também a nossa realidade, é preciso reconhecer que estamos diante de um processo que vem perdurando no espaço/tempo, independentemente das escalas de acontecimentos da vida e das relações, muitas dinâmicas e transformações poderão ser notadas, as quais nos indicaram muitas dicotomias, na produção do espaço urbano, notadamente, capitalistas e responsáveis por definir a nova forma metropolitana, um novo modelo de cidade, com novos assentamentos residenciais. Em certa medida essa transformação ampliou o agravamento da fragmentação do tecido urbano, de uma forma geral, as periferias dispersas tenderiam a satisfazer a territorialização dos agentes territoriais locais.

A análise espacial nos leva a pensar, que qualquer análise superficial da produção dos grandes centros urbanos, mostram-se vinculados ao setor financeiro como possibilidade de investimento produtivo para alavancar o processo de transformação espacial. Isso se deve ao fato de que a reprodução do capital transforma o espaço em mercadoria consumível, essa necessidade se tornará provável com a interferência do Estado que irá acelerar o processo de valorização/desvalorização dos lugares e, com isso, expulsão/atração dos habitantes, que em grande medida serão empurrados para as periferias.

Os mecanismos de divisão social do espaço têm na segregação socioespacial a condição para realização da propriedade privada e da urbanização capitalista que se realiza, no sentido que fundamenta a apropriação/dominação pelo capital especulativo. Esse é o caminho que norteia as formas de uso e ocupação dos espaços segregados (periferias), isso faz pensar que a violência não existe exatamente apenas na apropriação/expropriação, mas em todos os danos sociais, econômicos e políticos decorrentes do processo desigual de ocupação do solo urbano.

Notadamente, esses são fatores que cooperaram bastante para revelar que a ponta do “iceberg” (dimensão extrema da pobreza urbana) põe em evidência a desmedida massa de excluídos do mercado de trabalho, do consumo e dos serviços de infraestrutura urbana, essa precarização territorial “*Exclusão territorial*”. Em decorrência disso, projeta-se uma nova estrutura para a realidade urbana, que tem na violência a sua face mais perversa.

Desse modo, o necessário debate acerca da utilização do conceito de território nos propicia identificar algumas alterações que estão relacionadas às mudanças ocorridas na sua análise do espaço urbano. Nesse sentido, torna-se fundamental construir uma base teórica conceitual que consiga de forma sintética apontar as mudanças e diferenciações ao longo da história, sobretudo, às questões que conduzem e conduziram a nossa reflexão a alcançar a devida compreensão das particularidades da territorialização dos agentes territoriais.

Com o direcionamento da análise da complexidade da realidade urbana, o conceito de território ganha a necessária problematização de uma diversidade de eventos, circunstâncias e fatores analisados pelo viés geográfico, que são tomados como parâmetro para a compreensão da dinâmica urbana. Esses componentes reverberam a importância na avaliação do avanço nas considerações acerca das relações de poder, que julgamos nesse trabalho serem importantes para explicitar a problemática em relação a espaço/território.

Apesar de serem questões importantes, o que ocorre é que temos uma diversidade de dimensões que trabalharam o conceito em diferentes contextos, de fato, essa relação espaço-tempo torna a análise muito mais complexa. Essa é, de algum modo, o reconhecimento da importância de uma dimensão subjetiva da realidade, não desprendida da objetiva, mas como constitutiva, o que coloca o conceito de território como instrumento analítico das múltiplas formas de organização territorial e, assim, pela intensificação daquilo que queremos alcançar dentro da perspectiva de território.

É claro que apreender esses espaços a partir das suas representações sociais, demonstra determinadas questões ou relações, reconhecendo que umas são neste momento mais importantes que as outras. Trata-se de se reconhecer níveis de apreensão espacial que nos possibilitam ponderar sobre as formas de interesalaridades da produção do espaço urbano.

Esse sentido relacional é um dos fatores que talvez explique esse esforço em trilhar um caminho que nos leve a compreender a relação indissociável entre espaço e tempo, uma vez que a escolha da linha de território que seguimos neste trabalho está assentado na complexidade em que o espaço passou e tem sido afetado por novos padrões de produção do espaço. Trata-se, pois, de reconhecer tanto a espacialidade quanto a temporalidade dos elementos presentes nos territórios.

Outro ponto a ser destacado é que esse desenho da malha urbana facilita a territorialização dos agentes territoriais locais, uma vez que a maioria dos crimes são associados a espaços ou áreas com poucos recursos de infraestrutura urbana e oferta de equipamentos de proteção social. Dessa forma, o processo de segregação e fragmentação socioespacial das áreas periféricas construíram um conjunto de elementos favoráveis à violência. De fato, a caracterização geral desses espaços periféricos, revela que há mais similitudes do que diferenças entre eles, principalmente, quando o que estiver em questão são formas de apropriação/territorialização de um território comum.

Esse aspecto é importante, visto que, há um esforço em compreender quais fatores podem estar associados à ocorrência de determinados tipos de crimes, no entanto, as formas mais extremas de poder parecem se concentrar mais em áreas pobres, essa informação deverá suscitar análises suplementares sobre os motivos dessa concentração em determinados locais. Esse conjunto de elementos mostra como a territorialização dos agentes territoriais locais está presente de forma perversa, interferindo diretamente na organização socioespacial e redefinindo as novas/velhas relações de territorialidades.

Diante do enredamento da questão urbana, os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e a possível relação com os agentes territoriais, estão vinculadas às disputas por território de influência, no Estado do Pará, em especial, na cidade de Belém. Estas manifestações estão particularizadas, em conformidade, com as especificidades do espaço urbano e das relações sociais que nele tem seu palco, de processos sociais menos ou mais gerais, que se originam e operam na escala local.

Para a escala do bairro Cabanagem, as informações foram organizadas em diferentes graus de detalhes, as quais nos deram suporte para entender a montagem e a superposição dos diferentes agentes e as relações de poder em que estão envolvidos. As análises da distribuição de áreas violentas no interior do bairro ilustram como esses espaços violentos têm diversos indicadores ainda piores que as outras áreas ao seu entorno, uma vez que, mesmo que estejamos nos referindo a um bairro, esse mesmo espaço pode ser classificado em vários estratos conforme a dinâmica dos grupos.

É importante esta apreciação resumida para se chegar ao processo de precarização dos territórios, pois a estruturação do bairro se configura como um mosaico, contrastando com áreas que gozam de asfalto e áreas que prevalecem as palafitas. Essa visualização permite associar o domínio dos agentes territoriais a espaços comerciais, assim como aos aglomerados, estes sendo relacionados às milícias e ao tráfico de drogas e ao mesmo tempo as ações do Estado, as quais

passam a fazer parte de uma rede organizada a partir de relações que se estabelecem dentro da microescala.

De qualquer forma, podemos associar o processo de precarização dos territórios como as melhores definições levantadas para compreender as formas pelas quais se constroem certas territorialidades no espaço do bairro, considerando também as relações de poder, as quais estão imbricadas nas formas de apropriação/dominação dos territórios que ajudam a reconfigurar novas/velhas territorialidades. Para isso, o controle do espaço é essencial para territorialização dos agentes territoriais locais, suas territorialidades representam a construção política e econômica de um território. Nestes termos, percebe-se o quanto a relação de poder interfere nas ameaças à vida, principalmente por meio dos Crimes violentos letais intencionais (CVLI).

Os problemas mais citados dão conta que os CVLI's estão no topo quando o que está em jogo são os conflitos por áreas de interesse, os quais fazem uso do território como meio de expandir suas zonas de influência (zona de tensão) e a pressão exercida nas territorialidades dos agentes territoriais Secundários. Essa pressão exercida direta e indiretamente cria situações que envolvem conflitos por territórios que por sua vez são marcados por ações autoritárias e coercitivas, como as que visam o controle das territorialidades, a exemplo da territorialidade dos moto taxistas, feirantes, comerciantes, moradores, entre outros, é decretada em nome da “*expansão*” de territórios.

Embora haja diferenças nos ritmos de mobilidade e circulação, o que inclui dificuldades de acesso a áreas de maior concentração de traficantes ou milicianos, esses espaços concentram uma lógica de confinamento de ordem mais simbólica, em uma leitura mais simples, pode ser percebida pelas ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) que deixam marcas tanto no espaço como no imaginário da população residente, que vive o medo diário de novos conflitos por áreas de influência.

É importante assinalar, contudo, que a pesquisa também apontou que uma pequena parte dos agentes de segurança, principalmente, policiais civis e militares atua como agentes Primários. A partir daí, juntamente com a identificação dos principais agentes que estão envolvidos na dinâmica de territorialização, foi possível perceber que agentes de segurança pública que representam o Estado atuam tanto como agentes territoriais Primários como Secundários.

Para se chegar a tal análise levamos em consideração as diferenciações e complementariedades que surgiram a partir das entrevistas, as quais foram pensadas na tentativa de responder as inquietações referentes aos conflitos entre os agentes territoriais Primários e a ocorrência de CVLI's. Não há dúvidas de que o bairro tem sido tomado como referência para

o tratamento multifacetado e multiescalar da realidade, podemos inferir que a organização espacial/territorial do bairro tem sido produzida de acordo com dinâmica territorial exercida pelos agentes territoriais.

Diante dessas primeiras declarações, argumentamos que as ações do Estado agravam a dinâmica de conflitos, pois aparecem como instrumento de poder junto ao mercado imobiliário, assim como parte dos agentes de segurança pública atuam como agentes territoriais Primários. Nesse contexto, o que resta à população desprovida de recursos é habitar em áreas sem o mínimo para emergir dessa situação, isto é, o discurso que recai sobre a periferia que as denota, ou seja, conforma-se o crime à pobreza, como se ambos fossem variáveis necessárias entre si, quando o primeiro, em verdade, é consequência da própria desassistência vivenciada por áreas periféricas, nas mais diversas acepções.

Este é cenário presente nos últimos anos, os CVLI's tornaram-se um dos problemas mais graves a serem enfrentados na atualidade e a territorialidade dos agentes territoriais como: o tráfico de drogas, as milícias e o recuo do Estado são fatores que exercem forte influência nessa questão, considerando-os nessa discussão como fator principal para o aumento da violência, são ambientes que tem na sua estrutura condições propícias a territorialização dos agentes territoriais Primários, onde se criam os territórios da violência, nas suas mais variadas manifestações.

Antes de qualquer coisa foi necessário que se construísse uma linha tênue que considerasse o debate sobre o pensamento espacial através das territorialidades. Assim, ao mesmo tempo no presente trabalho, de outra forma, território em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não o poder político em leitura *estadocêntrica*.

Para isso, foi estabelecida uma discussão que considera a periferia como área pobre, no sentido de apontar indicadores socioeconômicos e infraestruturais de baixa qualidade, como lugar construído de relações sociais que se encontram e se entrelaçam em um *lócus* específico, que se faz do encontro de momentos articulados em redes de relações altamente conflituosas. Esse sentido se faz de relações concretas cotidianas que incorporam o econômico, o político e o social construídos na constituição do fenômeno da violência homicida que marca a trajetória dos jovens homens moradores das periferias das regiões metropolitanas.

Dessa forma, a expansão e o fortalecimento da territorialidade dos agentes territoriais Primários nos últimos anos, de maneira inevitável arrastariam a atritos com outras formas de organização. É notável, de qualquer modo, a interferência na dinâmica dos agentes territoriais Secundários, direta ou indiretamente, deliberada ou não, definidoras do direito de viver ou morrer.

Assim, para estabelecimento dos territórios, por sua vez, os agentes territoriais Primários se utilizam de dispositivos definidores da lógica espacial, seja pela violência letal ou ainda pela negligência e cumplicidade do Estado com as várias faces da violência, como a negação aos direitos de cidadania e a segregação socioespacial.

Por um lado, a política de morte perpetrada por uma estrutura sombria que parece ser uma regra na periferia da Região Metropolitana de Belém, aparece como a mais clara demonstração de poder, uma vez que, a representação territorial dos CVLI's pode ser entendida em sentido amplo, o qual vai além do ato de matar um concorrente em função de defesa e/ou coerção, podendo ser percebida como uma ação de apropriação/dominação territorial material/simbólica.

Essa dinâmica tem sido agravada pela lógica perversa que assombra as periferias, principalmente, pelos conflitos entre os agentes territoriais Primários que buscam expandir seus territórios de influência. Em face disso, a referida disseminação da violência é reafirmada pelos altos índices de CVLI's.

Nesta conjuntura, observa-se que as disputas territoriais entre traficantes milicianos e o próprio Estado têm interferido na dinâmica do espaço. No tocante aos novos padrões, pode-se argumentar que o Estado tem papel decisivo, e este, por sua vez, exerce forte influência sobre duas questões: a primeira entendida em um sentido bem amplo, a qual deixa de exercer o seu dever de levar condições mínimas de moradia, ao reorganizar o espaço de acordo com seus interesses. A segunda, em um sentido mais restrito, associa-se a uma parte dos agentes de segurança que generalizam a população, ao usar de força extrema nas abordagens policiais, principalmente, quando um policial morre na periferia, há uma onda de mortes, entre culpados e inocentes.

A ausência do Estado tem contribuído para a formação de áreas de tensão e para os conflitos entre traficantes/traficantes, traficantes/milicianos, milicianos/policiais e traficantes/Estado via força policial. Para completar esse quadro, valem registrar que esses conflitos têm elevado, ano após ano, o número crimes violentos letais intencionais, esse por sua vez, mostra-se como a forma de poder mais pura.

É seguro que os conflitos por territórios possuem interfaces e lógicas próprias, impondo seu ritmo na organização, produção e reprodução do espaço, que se verificou como facilitador a Geografia do bairro que favorece a territorialização. Nessa dinâmica, em determinados momentos são definidos os espaços de influência a partir de limites subjetivos e que não necessitam de delimitações fixas, ou seja, assegurados legalmente. Em geral surgem através de

relações de territorialidades, fazendo parte das estratégias dos conflitos desenvolvidos na espacialidade e que demarcam suas relações com ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Luciana Texeira. DINIZ, Alexandre Magno Alves. **A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese de interiorização**. Vol. 30. Rio de Janeiro: R. Bras. Est. Pop, 2013, pp. 171-191.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, v. 17, 2012 – Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012. p. 456.
- ARENDT, H. **Da violência: Relume-Dumará**, Publicação original: 1969/1970. Digitalização: 2004. Rio de Janeiro.
- BASTOS, Filipe Burlamaqui. Coordenador da Relatoria. Assembleia Legislativa Estado do Pará. Comissão Parlamentar de Inquérito. **CPI das Milícias**. Requerimento nº 310/2014. 27 de janeiro de 2015.
- BEATO, Claudio. **Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública**. Editora UFMG, 2008.
- BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, Rio de Janeiro: v. 4, n. 6, pp. 29-42, jan./jun. 1999.
- BORGES, Maria Vitória Paracampo. **Cidadania e direito de morar: a prática de ocupações coletivas e o movimento de posseiros de Jaderlândia**, Ananindeua, Pará. 1992. 363 f. Dissertação (Mestrado em planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade do Pará, Belém, 1992.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Manual de preenchimento: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia**. Brasília: SENASP, 2006. Disponível em: www.mj.gov.br/senasp. Acesso em: 20 ago. 2019.
- CARDOSO. Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos Metrôpole**, v. 15, n. 29, p. 55-75, 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. *Boletim amazônico de geografia*, v. 1, n. 1, p. 186-204, 2014.
- _____. Clay Anderson Nunes *et al.* Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Anais do VII congresso de Geógrafos**. Vitória 2014.
- COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. Setor Patrimonial, projeto Urbanizar 2 1993. Visita técnica em 23/05/2017 às 11h30min.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3a ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Antonio Cleison de Souza. Abordagens de Espaço e Território: **Uma Análise dos Homicídios e Sua Relação com o Tráfico de Drogas no Bairro Cabanagem em Belém-PA, no Período de 2013 a 2015**. Universidade Amazônia. 2017.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

COUTO, Vinicius Assis; BEATO FILHO, Claudio. Milícias: o crime organizado por meio de uma análise das redes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 7, n. 17, p. 201-221, Set.-Dez/2019.

DAMIANI, Amélia Luísa. Acidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I. 1993. 358f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Colledge de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOVERNO DO PARÁ. Secretaria de Segurança Pública, 2016

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. Rogério. “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo. 20 a 26 de março de 2005.

_____. Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. ISSN 1981-3732. UFF. 2007.

_____. Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **Os limites do Capital**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: 2000-2010. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 09/10/2018.

LEFEBVRE, H. A cidade e a divisão do trabalho. In: **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. H. **O direito à cidade**. 5ª. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo. 1997.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I; tradução de Reginaldo Santana, 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PALHETA, João Marcio *et al.* O traçado da linha da primeira légua patrimonial (LPLP) e da linha de preamar média (LPM) de 1831 da cidade de Belém. SILVA, C. N. *et al.* **Belém dos 400 anos: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade**. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, pp. 297-312.

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968 (Coleção José Veríssimo).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 144/152.

REIS NETTO, Roberto Magno; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Associação interna como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no estado do Pará. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 2, 2019.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RODRIGUES, Edmilson B. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA, 1996.

_____. Edmilson. **Os desafios da metrópole: reflexões sobre o desenvolvimento para Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

RODRIGUES, Eliene J. **Banidos da cidade, unidos na contradição: o conjunto Cidade Nova como um espelho da segregação social em Belém**. 1988. 410f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1988.

SACK, R. **Human territory: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. Milton. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo. Editora da universidade de São Paulo, 2014.

_____. Milton. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Marlon Lima. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais: Experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a questão da militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 77-116

SOUZA, Renata Durans Pessoa. **Área de expansão de Belém: um espaço de múltiplas vivências**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair. **A cidade dispersa, os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Saint Clair. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

VENTURA, N; CARDOSO, A. C. D. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos Metrópole**, v. 15, n. 29, p. 55-75, 2013.

VIEIRA, D. C. M; BARROS A. P. S; CHAGAS C. A. N. PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA: uma análise dos homicídios na 4ª e 5ª AISP, Belém-Pará. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 17, p. 13151, 2019.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016: homicídios por arma de fogo no Brasil**. Frasco Brasil, 2016.